

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**GIOVANA DE OLIVEIRA PADULA**

**ENVELHECIMENTO E GESTÃO PÚBLICA: O “ESTADO DA  
ARTE” NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA.**

**SÃO CARLOS- SP  
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**GIOVANA DE OLIVEIRA PADULA**

**ENVELHECIMENTO E GESTÃO PÚBLICA: O “ESTADO  
DA ARTE” NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA.**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós Graduação em Gestão de Organizações  
e Sistemas Públicos, da Universidade  
Federal de São Carlos, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Mestre.**

***Orientador: Prof. Dr. Wilson José Alves  
Pedro***

**SÃO CARLOS- SP  
2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P125e Padula, Giovana de Oliveira  
Envelhecimento e gestão pública : o "estado da arte" na produção científica brasileira / Giovana de Oliveira Padula. -- São Carlos : UFSCar, 2015.  
99 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Envelhecimento. 2. Administração pública. 3. Universidade. 4. Revisão bibliográfica. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas  
Públicos

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Giovana de Oliveira Padula, realizada em 11/06/2015:

---

Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro  
UFSCar

---

Prof. Dr. Roniberto Morato do Amaral  
UFSCar

---

Prof. Dr. Fabio Roberto Bárbolo Alonso  
UFF



## Resumo

Nos dias atuais o fenômeno do envelhecimento vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores por conta das características e relevância da transição demográfica e dos impactos nas políticas públicas. Por conta deste fenômeno, considera-se de extrema relevância a visualização da produção científica desenvolvida, e neste estudo optou-se pela ênfase no que tem sido produzido nas universidades federais. Este estudo tem por objetivo analisar a produção científica brasileira sobre o tema envelhecimento e administração/gestão pública, a partir de publicações científicas (qualis A1 e A2 das áreas interdisciplinar e administração) e dos dados obtidos sobre os grupos de pesquisas cadastrados no Diretório de grupos de pesquisa do Brasil CNPq (áreas biológica, saúde, humana e sociais aplicadas). Trata-se de um estudo social e exploratório e descritivo de análise de documentos e informações públicas. Os resultados obtidos apontam que as temáticas gestão/administração pública e envelhecimento não estão sendo desenvolvidas diretamente tanto nas revistas pesquisadas como nos grupos de pesquisa de universidades federais. Optou-se, dessa forma, a apresentar uma caracterização sobre o que ambos os objetos de estudo apresentam sobre a temática envelhecimento. Nesse sentido, verificou-se que o tema envelhecimento vem sendo explorado por diferentes áreas de conhecimento em uma abordagem interdisciplinar. Foi observado que a maioria dos grupos (n= 180) estão concentrados na área da ciências da saúde, com área predominante em medicina (n=39). Quanto às revistas científicas, observou-se que as revistas interdisciplinares com qualis A2 possui maior quantidade de publicações sobre envelhecimento humano (n=262). Neste estudo, conclui-se que é necessária uma reflexão mais aprofundada sobre o envelhecimento populacional no âmbito dos estudos de administração pública, e aponta também para a necessidade de mais estudos sobre envelhecimento e administração pública.

Palavras-chave: Envelhecimento, Administração pública, Universidade, Revisão.

## **Abstract**

Nowadays the aging phenomenon has been studied by many researchers because of the characteristics and relevance of the demographic transition and the impact on public policy. Because of this phenomenon, it is considered extremely relevant to the broad scientific production developed view, and in this study we chose to focus on what has been produced in federal universities. This study aims to analyze the Brazilian scientific literature on the topic aging and administration / public management, from scientific publications (qualis A1 and A2 of interdisciplinary and administration areas) and on the registered research groups in groups Directory Research CNPq Brazil (biological areas, health, human and applied sciences). It is a social and exploratory and descriptive study of document analysis and public information. The results suggest that the thematic management / public administration and aging are not being developed directly as both magazines surveyed in the research groups of federal universities. It was decided, therefore, to present a characterization of what both study objects present on the topic aging. Accordingly, it was found that the aging subject is being exploited in different areas of knowledge in an interdisciplinary approach. It was observed that most groups (n = 180) are concentrated in the area of health sciences, with predominant area of medicine (n = 39). As for scientific journals, it was observed that interdisciplinary journals with qualis A2 has a higher number of publications on human aging (n = 262). In this study, further reflection on population aging in the context of public administration studies have concluded that it is necessary, and also points to the need for more studies on aging and public administration.

**Keywords:** Aging, Public Administration, University, Review.

## **Lista de figuras**

Figura 1: Elo entre as áreas de Gestão pública e Gerontologia .....	7
Figura 2: Concentração dos grupos de pesquisa por região no Brasil.....	46

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Período de criação dos grupos de pesquisa .....	42
Gráfico 2: Quantidade de autores por artigo científico.....	55



## Lista de tabelas

Tabela 1: Total de grupos de pesquisa de Universidades Federais cadastrados no DGP encontrados a partir dos termos de busca .....	40
Tabela 2: Distribuição dos grupos de pesquisa por área de concentração e termo de busca .....	42
Tabela 3: Total de linhas de pesquisa por área de concentração .....	44
Tabela 4: Total de grupos de pesquisa por área predominante.....	45
Tabela 5: Total de grupos de pesquisa por instituição federal.....	50
Tabela 6: Nível de formação dos recursos humanos dos grupos de pesquisa.....	51
Tabela 7: Gênero dos líderes dos grupos de pesquisa.....	52
Tabela 8: Total de instituições parceiras por área de concentração .....	52
Tabela 9: Total de revistas brasileiras qualis A1 e A2 interdisciplinares e de administração.....	54
Tabela 10: Distribuição dos artigos científicos por qualis .....	55
Tabela 11: Período de publicação dos artigos .....	56



## Sumário

1.Introdução.....	01
2. Justificativa.....	06
3. Revisão bibliográfica .....	08
4. Objetivos .....	34
5. Procedimentos metodológicos .....	35
6. Resultados e discussão .....	40
7.Proposta interventiva.....	58
8. Considerações finais.....	62
9. Referências bibliográficas .....	65
10. Anexos.....	77

## 1. Introdução

O fenômeno da queda da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida da população é um fenômeno mundial e, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil as mudanças e consequências vêm ocorrendo de forma radical e acelerada (VERAS, 2009).

De 1960 a 2010, a esperança de vida do brasileiro aumentou 25,4 anos, passando de 48,0 para 73,4 anos (SILVA; GOMES; FREITAS, 2013).

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000 o contingente de pessoas com mais de 60 anos, no Brasil, alcançava cerca de 15 milhões, e em 2010 a proporção de pessoas idosas tinha aumentado de 8,6% para 11%, sendo que, no grupo de pessoas com 80 anos ou mais, o aumento chegou a quase 65%.

Em números absolutos, alcançou-se em 2010 mais de 20 milhões de pessoas idosas (ANDRADE, 2013).

Bezerra (2012) estima que em 2.020 a quantidade de pessoas idosas representará em média o total de 32 milhões, fazendo com que seja um desafio cuidar dessa população, a maioria com níveis socioeconômico e educacional baixos e elevada prevalência de doenças crônicas e debilitantes.

Nos países desenvolvidos o envelhecimento populacional ocorreu em um cenário socioeconômico favorável, permitindo que fossem implementadas medidas de proteção social a este público. Já no caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil, não há um preparo para atender essa demanda, por isso faz-se necessário e urgente a criação de medidas de promoção do envelhecimento com qualidade de vida, autonomia e independência.

Veras (2009 p. 549) destaca que o fenômeno do envelhecimento “traz uma série de questões cruciais para gestores e pesquisadores dos sistemas de saúde, com repercussões para a sociedade como um todo, especialmente num contexto de acentuada desigualdade social, pobreza e fragilidade das instituições.”.

Este novo panorama brasileiro faz com que surja a necessidade de uma dedicação maior dos pesquisadores na produção de conhecimentos relacionados ao estudo do envelhecimento humano (PEDROSO, 2013).

Segundo Lanzoni (2008) as atividades de produção de conhecimento na modalidade de pesquisa podem ser desenvolvidas por equipes de pesquisadores titulados ou em processo de formação, organizados por grupos de pesquisa e/ou autonomamente.

Nesse sentido, destaca o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil CNPq como uma importante ferramenta para a localização dos pesquisadores e caracterização de suas atividades de pesquisa, além da divulgação e a visualização da rede de conhecimento (BORGES, 2012).

O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil foi criado no ano de 1992 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, 2014).

Em sua base de dados, encontram-se os grupos de pesquisa existentes no Brasil, com os dados que os descrevem, tais como: linhas de pesquisa; área de predominância; membros líderes, estudantes e técnicos; região geográfica e unidade federativa (UF); instituições às quais estão vinculados e etc.

O surgimento de pesquisas referente à temática do envelhecimento, da velhice e dos idosos é consequência do aumento da população idosa no Brasil. Para Santos e Gonçalves (2008 apud VALADARES; VIANA, MORAES, 2013 p. 118), o interesse na área gerontológica aparece num contexto de defasagem de recursos sociais e de saúde, bem como de carência de profissionais de atendimento aos idosos.

Entende-se que o desenvolvimento da pesquisa é uma importante estratégia para o fortalecimento da Gerontologia como ciência e profissão, pois a prática profissional é sustentada pela atualização contínua de novos conhecimentos.

Quanto à análise da produção de conhecimento é de considera-se uma estratégia de suma importância, pois auxilia desenvolvimento, aprimoramento e ampliação da base científica levando ao aperfeiçoamento profissional contínuo, ressaltando uma própria identidade profissional (AQUINO, et al, 2011).

Revisando a produção de conhecimentos na área da Gerontologia destaca-se o estudo realizado por Goldstein (1999) sobre a produção científica brasileira na área da Gerontologia um levantamento na base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do conjunto de dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre docência defendidas entre os anos de 1975 a 2002, em universidades brasileiras. Os resultados obtidos apontaram um acentuado crescimento na produção científica sobre velhice, a partir de 1990, o qual coincide com a grande expansão das universidades de terceira idade e também com a formação de grupos de pesquisa. Segundo Goldstein (1999) houve outro salto quantitativo, em 1999, que coincide com a criação dos cursos de pós-graduação em Gerontologia.

Nesse sentido, a universidade tem como prioridade, antes de tudo, a transmissão do saber e criação de novos saberes, além de ser uma instituição investigadora, inserida em uma realidade rica em questões históricas, políticas e sociais, onde deve estar apta a intervir (VASCONSELOS, 1996).

Gubiani, Morales e Selig (2013) destacam que as universidades tem um importante papel na produção do conhecimento, são essenciais no processo de inovação e atuam como agentes de inovação. Interagem com a sociedade, identificam problemas e propõem a solução.

Para Fernandes (2013) os processos social-históricos de institucionalização do fazer universitário público admitem elementos dos valores influentes na consolidação do capitalismo no Brasil, bem como subsídios associados às questões internas da ciência e da pesquisa, do ensino e da extensão universitária e pensar sobre estas questões necessitam o entendimento de nossas instituições universitárias públicas em associação com a dinâmica dos interesses sociais expressos no Brasil e nas regiões brasileiras.

Chauí (2002) acredita que a universidade pública nunca deixou de ser uma instituição social, ou seja, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, onde possui autonomia para intervir em outras questões sociais.

A autora afirma ainda que parcerias com os movimentos sociais, nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo em que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos.

As universidades abertas para a terceira idade (UNATI'S) podem também serem vistas como um modelo de prática social.

A Primeira Universidade da terceira idade (UnATI) teve início em meados da década de 70 na Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, na França. A iniciativa foi do professor chamado Pierre Vellas, o qual entendeu que a universidade poderia melhorar a vida das pessoas idosas, um grupo etário cada vez mais numeroso, cuja situação socioeconômica, de saúde e de cuidado era lastimável. A partir desta iniciativa local, o movimento UnATI se espalhou por diversos lugares do mundo, e atualmente milhões de pessoas idosas de diversos países, participam de uma série de atividades mentais, educacionais e culturais, que contribuem para um envelhecimento ativo e, conseqüentemente, para uma velhice bem-sucedida (CACHIONI & ORDONEZ, 2011 apud CACHIONI, 2012).

Além do modelo francês de UnATI, outro modelo que se destaca é o modelo anglo-saxão, existente especialmente no Reino Unido. Tem como característica predominante a aprendizagem compartilhada ou de autoajuda. No Brasil, o modelo predominante foi o modelo francês, as primeiras ações seguidas pelo modelo UnATI foram no âmbito da extensão universitária na área gerontológica e datam no início da década de 1980, com expressiva expansão na década de 1990, em todo o território nacional (CACHIONI, 2012).

Segundo Ferreira (2013) estas instituições permitem, ainda, que os idosos se mantenham ativos, ao participarem em atividades educativas, surgindo como um importante modelo para promoção do bem-estar e para a velhice saudável e bem sucedida.

Em relação ao desenvolvimento de pesquisas, acredita-se que o diálogo com a realidade talvez seja a definição mais adequada, pois compreende princípios científicos e educativos, nesse sentido, destacam-se os programas de extensão universitária.

Pode-se definir a extensão universitária como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.” (UFPI, 2015).

Silva (2001 apud ASSIS, 2012 p. 39) relata que “os programas de extensão universitária permitem ao aluno vivenciar a realidade de como é o fazer, o criar e o construir”.

Segundo a autora essa vivência é “concretizada com a participação dos discentes em projetos oferecidos pelo curso de formação em um processo de integração daquilo que ocorre fora da sala de aula e que possibilita o enriquecimento do processo de formação profissional” (ASSIS, 2012 p. 40).

Por meios de projetos extensão são expostas as dificuldades encontradas no contexto, tornando assim possível para o acadêmico ter contato direto com o meio no qual está inserido e refletir quanto às dificuldades encontradas e possíveis soluções.

A tríade “ensino-pesquisa-extensão” é base na história das relações entre conhecimento científico e demandas sociais. O conhecimento científico, ao longo dos tempos, tornou-se uma forma de conhecimento privilegiada pela grande importância que adquiriu para a vida das sociedades contemporâneas (CÉSAR, 2013).

Mediando as relações entre teoria e prática, e vivenciando os processos de produção e transmissão de conhecimentos (pesquisa-ensino-extensão), a comunidade acadêmica começou a rever as bases do ensino da gestão pública, explorando os novos caminhos necessários a uma ação mais efetiva do setor público, tendo em vista a complexidade dos problemas com os quais nossas sociedades se deparam (CAVALCANTI, 1991).

Revisando sobre a história das universidades brasileiras é possível perceber que diversos autores possuem visões divergentes quanto ao papel das universidades, fato o qual pode estar associado à falta de uma política interna e externa adequada aos interesses sociais causa questionamentos sobre seus reais objetivos perante a sociedade. Neste estudo, acredita-se que a universidade possui um papel importante diante dos interesses culturais, políticos e sociais, e reconhece a necessidade de discussões para a criação de políticas internas e externas.

Convém mencionar dois relevantes desafios que vêm sendo dirigidos ao modelo atual da pós-graduação, voltados principalmente ao nível de mestrado, que são: a crescente demanda pela pós-graduação (em parte explicada pela expansão dos cursos de graduação); e as demandas provenientes dos setores público e privado, não apenas as de caráter econômico, como também as de cunho social, ambas a exigir um profissional com sólida formação para atuar além do mercado acadêmico (BARROS; VALENTIM; MELO, 2011).

Diante desta problematização, a criação do mestrado profissional pode ser visto como o aperfeiçoamento do profissional que deseja aprofundar ainda na universidade seu conhecimento obtido na graduação, uma vez que o mercado de trabalho cada vez mais exige profissionais que consigam solucionar problemas do cotidiano que impliquem na união de esforços práticos e teóricos (SILVEIRA; PINTO, 2011).

Segundo Ficher (2005) o mestrado profissional é uma alternativa relativamente recente na pós-graduação brasileira, já que os primeiros cursos datam de meados dos anos 90. Visto como uma necessidade da demanda do mercado de trabalho e rota alternativa de formação, como também uma alternativa para o ensino e pesquisa, é uma tentativa de orientar o ensino para a aplicação.

Segundo Silveira e Pinto (2011) a Capes acredita na junção do aspecto prático ao teórico, com ênfase nos problemas externos à academia, com qualidade avaliada e atestada dentro normas para garantir programas de relevância e excelência para o País, e ainda auxilia a comunidade acadêmica e os demais setores da sociedade, que necessitam de estudos e pesquisas de qualidade.

Em meio aos sistemas públicos de ensino, destacam-se neste estudo as universidades públicas federais, as quais desempenham um papel crucial não só quanto à formação de profissionais e pesquisadores, como também de internacionalização, desenvolvimento regional e nacional, expansão e modernização do sistema, entre outros. Dessa forma, as universidades federais podem ser consideradas instrumento chave para produção de conhecimento.

A produção de conhecimento sobre envelhecimento humano vem conquistando desdobramentos importantes. Entretanto, segundo Prado e Sayd (2004), poucas são as publicações que nos trazem informação de abrangência nacional acerca das atividades desenvolvidas nas instituições de ensino e pesquisa, nos serviços de saúde, ou em outros espaços, muitos dos quais ainda por serem identificados.

Optou-se pela utilização do termo “Estado da arte” neste estudo, pois, segundo Ferreira (2002 p. 257) pode ser entendido como “uma atividade de caráter bibliográfico que tem em comum o desafio de mapear e de discutir uma produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários”.

Pretende-se neste estudo identificar o que está sendo explorado cientificamente sobre a temática da gestão pública e envelhecimento humano através dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de grupos de pesquisa no Brasil CNPq nas grandes áreas ciências biológicas ciências da saúde, ciências humanas e ciências sociais aplicadas, uma breve exploração das revistas científicas qualis A1 e A2 interdisciplinares e da área de administração, além do desenvolvimento de uma proposta de intervenção junto as considerações finais para resolutividade das demandas apontadas ao decorrer deste estudo.

## **2. Justificativa**

Atualmente o interesse em estudar o processo de envelhecimento humano faz parte do ciclo de consequências do fenômeno da transição demográfica, fruto do considerável aumento da população brasileira acima de 60 anos de idade. As projeções futuras e consequências das mesmas quanto a este fenômeno é também um dos motivos que despertam a curiosidade e preocupação.

Atualmente é possível reconhecer a importância das universidades em produzir ciência, tecnologia e inovação para a melhoria da saúde da população e avanço no desenvolvimento do país.

Segundo Erdmann e Lanzoni (2011), o processo de construção de conhecimentos possibilita a “disposição de recursos humanos competentes no processo investigativo, no domínio dos diferentes métodos de investigação e das bases teórico-filosóficas que sustentam

o saber, bem como na gerência do processo produtivo rumo a excelência ou à qualificação” (ERDMANN, LANZONI, 2011 p. 317).

Segundo Almeida (2012) o interesse pelos velhos é influenciado pelo Estado, indústria e público, o que leva a Gerontologia ao risco de ser considerada ideológica.

Dessa forma, a atuação do gerontólogo se insere em um processo arquitetado de forma gradativa pelos egressos dos cursos, legitimando a necessidade de tratar de forma integral o envelhecimento como um fenômeno multifacetado, amplo, contínuo e que merece a atenção do poder público, da sociedade civil e dos programas de atenção social e de saúde pública (ALMEIDA et al; 2012).

Pensar em gestão de organizações e sistemas públicos no Brasil é uma tarefa complexa, porém de incontestável relevância, e uni-la à complexidade do processo de envelhecimento humano se faz não só interessante como necessário.

A figura abaixo ilustra o elo entre ambas temáticas:

Figura 1: Elo entre as áreas de Gestão pública e Gerontologia



A Gerontologia pode ser entendida como campo de estudos que investiga as experiências de velhice e envelhecimento em diferentes contextos socioculturais e históricos, abrangendo aspectos do envelhecimento normal e patológico (ALMEIDA et al; 2012).

Nesse sentido, as universidades públicas podem ser reconhecidas como o ambiente para esta investigação, pois no Brasil, é a principal instituição de produção de conhecimento e tecnologia.

Considerando como interesse da gerontologia o desenvolvimento de estratégias que promovam envelhecimento ativo e saudável, acredita-se que a exploração dos grupos de pesquisa relacionados ao envelhecimento no âmbito da administração pública pode servir como um instrumento que fornece diretrizes para a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas a população idosa e em processo de envelhecimento, como também um maior investimento em prevenção e promoção da saúde e cidadania.

### **3. Revisão bibliográfica**

Apresenta-se a seguir uma revisão bibliográfica contendo quatro tópicos a respeito dos sistemas públicos de ensino superior, o papel das universidades, gestão pública, e por fim, o envelhecimento humano neste contexto.

#### **3.1 Sistemas públicos de ensino superior e sistemas de ensino superior federal.**

Em meio a debates sobre os limites e as relações entre o espaço público e o privado, nos múltiplos âmbitos sociais – saúde, educação, pesquisa científica, entre outros – as atenções se voltam para a universidade (MACHADO, 2001).

Segundo Fernandes e Oliveira (2010) a universidade se apresenta como núcleo de concepção, transmissão e propagação da cultura, da ciência e da tecnologia através da articulação entre a pesquisa, a docência e o estudo, se integrando à vida da sociedade em permanente interlocução com a mesma. Considera-se, portanto, as universidades como as principais responsáveis pela produção de conhecimento no Brasil.

Segundo Machado (2001) o conhecimento é componente fundamental para a produção de riquezas, e claramente ligado ao universo do trabalho. De modo geral, a importância decisiva da educação para uma justa “distribuição” desse “bem” tem sido reconhecida, e as universidades, como centros de criação de conhecimento, possuem, um papel de destaque.

O reconhecimento do papel da universidade como um aparelho de transformação social, desenvolvimento sustentável e inclusão do país no cenário internacional, mobilizou os

movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita (BRASIL, 2012).

Para se compreender a educação superior brasileira no contexto atual, é interessante compreender seus primórdios, para assim entender seu contexto histórico-político de criação e expansão.

Segundo Saviani (2010) a expansão do ensino superior no Brasil iniciou-se em 1808 com os cursos superiores criados por D. João VI. Na Primeira República ocorreu a expansão do ensino superior através da criação de instituições ditas livres, conseqüentemente, não oficiais sendo de iniciativa particular.

O autor aponta ainda uma nova mudança a partir da década de 1930 com a retomada do protagonismo público que se acentuou nas décadas de 1940, 1950 e início dos anos 60 por meio da federalização de instituições estaduais e privadas e com a criação de novas universidades federais.

Este período se estendeu até Constituição de 1988, possibilitando a percepção de uma continuidade representada pela prevalência do modelo napoleônico de universidade na organização e expansão do ensino superior no Brasil (SAVIANI, 2010).

As primeiras escolas superiores de administração no Brasil surgiram das conseqüências da política desenvolvimentista tomadas a partir dos governos de Getúlio Vargas. Uma das condições básicas para a consolidação dessa política era a disponibilidade de pessoal qualificado para gerir eficazmente as organizações públicas e os diversos programas de governo, bem como os empreendimentos privados, os quais deveriam adotar critérios de racionalidade econômica (SERVA, 1990).

No período de 1935 a 1964, a universidade brasileira além das necessidades do país o qual, estava em pleno processo de industrialização e desenvolvimento econômico.

Um dos destaques nesse processo de desenvolvimento do ensino superior certamente foi a criação, em 1947, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no momento em que o recém-constituído Ministério da Aeronáutica assumia a coordenação do sistema de transportes aéreos do país, pelo sua ruptura com a estrutura existente nas instituições de ensino superior (PERSEGUINO, 2011).

Houve, no início da década de 60, um intenso crescimento das discussões e reivindicações quanto à reforma universitária, liderado principalmente pelo movimento estudantil, aliado ao contexto sócio-político da época, que fazia emergir a discussão sobre a necessidade das denominadas reformas de base. (PERSEGUINO, 2011).

Porém, em 1964, o golpe militar interrompeu esse debate e somente após o término deste período ocorreu uma enorme restrição de recursos financeiros, contribuindo para o crescimento do setor privado de ensino superior.

Porém, segundo Perseguino (2011) apesar de ter havido um significativo aumento das instituições privadas de ensino superior e das respectivas vagas no setor, esse crescimento parece ter sido desordenado e qualitativamente duvidoso. Neste contexto, o setor público não acompanhou esse crescimento.

Como alternativa de desenvolvimento desse processo o governo Lula, criou o programa Universidade para Todos. O PROUNI, uma resposta à demanda de acesso ao ensino superior gratuito, a qual não havia sido alcançada pelas instituições públicas, e da determinação do Plano Nacional de Educação de aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos, no ensino superior, de 12% para 30%, até o final da década, mas de um modo tal que a participação do setor público fosse igual ou maior a 40% (CUNHA, 2007).

Segundo Cunha (2007) o conjunto de medidas denominadas Plano de Desenvolvimento da Educação incluiu o Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem por objetivo munir apoio financeiro aos projetos de universidades que se propuserem a reduzir as taxas de evasão, preencher as vagas ociosas e aumentar as vagas de ingresso, especialmente no período noturno. Apesar das variadas críticas, principalmente por não levar em conta as particularidades das universidades federais, foi uma alternativa de motivar o crescimento do segmento do ensino superior.

Estas breves reflexões quanto ao ensino superior brasileiro vêm sendo pensadas há muito tempo. Oliveira (1974) já alertava quanto à necessidade de mudança, pois acreditava que a educação é processo dinâmico cuja atualização constante é imperativo ditado pela própria evolução conjuntural.

Desde então o sistema de ensino superior brasileiro passou e tem passado por diversas mudanças em sua estrutura. No início dos anos 60, existiam cerca de cem instituições, sendo a maioria de pequeno porte e direcionadas para atividades de transmissão do conhecimento, com um corpo docente fracamente preparado profissionalmente. Esses estabelecimentos criados para a reprodução de quadros da elite nacional abrigavam menos de 100 mil estudantes, com predominância quase absoluta do sexo masculino (MARTINS, 2000).

Com o tempo mudanças foram ocorrendo, como a inclusão de grupos socialmente distintos e o aumento de estudantes do gênero feminino. As mudanças no ensino superior se

tornou extremamente complexo por conta das diferentes posições ocupadas por essas instituições diante dos indicadores que comandam o funcionamento desse espaço social (SIQUEIRA, 2006).

Menezes (2011) acredita que o ensino superior público ao longo do tempo têm sofridas mudanças significativas em sua forma de gestão e administração do conhecimento, especialmente após a adoção do modelo econômico neoliberal e a chamada crise da pós-modernidade. Esse modelo atual tem norteado as políticas públicas e suas diversas formas de gestão universitária para um caminho atual, ao mesmo tempo incerto.

O Atualmente existe no Brasil 2.391 instituições de ensino superior (IES) que apresentam grandes diferenças entre si. Apenas 301 destas são públicas, as demais são privadas. Essas IES estão divididas em 195 universidades, 52,4% públicas federais, estaduais e municipais; 126 centros universitários, 2.391 faculdades privadas (INEP, 2013).

A tabela a seguir permite uma visão quanto ao número de instituições de educação superior por organização acadêmica.

<b>Categoria administrativa</b>						
	Pública				Privada	Total geral
	Total- Pública	Federal	Estadual	Municipal		
Total de instituições	301	106	119	76	2.090	2.391

FONTE: INEP/MEC, 2013.

É perceptível, deste modo, que o sistema público atua como grande irradiador do ensino superior brasileiro, o qual se sabe que muitas vezes passa por complicações.

Neves (2012) discorre sobre algumas delas. Segundo a autora, está havendo um descompasso entre as condições de realização do ensino superior, maior acesso e inclusão, e a capacidade socioeconômica dos candidatos. Além do problema do acesso e do preenchimento das vagas, outra complicação é a oferta de cursos no ensino superior.

Um exemplo de problematização no âmbito do ensino superior federal é o corte de gastos no âmbito da Administração Pública Federal, da ordem de 50%, através do Decreto nº 7.446, de 01/03/2011, que afetou em larga medida as universidades federais, ocasionando a suspensão de concursos previstos no âmbito do REUNI e limitando os gastos com deslocamentos de pesquisadores (PERSEGUINO, 2011).

Martins (2000) discorre sobre a dinâmica desse processo de expansão do ensino, a qual produziu um complexo e diversificado sistema de instituições.

Segundo o autor, o hábito intelectualizado de parte considerável da comunidade acadêmica nacional de eleger uma imaginária universidade brasileira como objeto legítimo de reflexão e forma de se referir à totalidade do ensino superior no país tem contribuído para desviar a atenção de um dos aspectos mais significativos do processo de sua expansão: o fenômeno do surgimento de uma multiplicidade de tipos de estabelecimentos acadêmicos com formatos institucionais, vocações e práticas acadêmicas bastante diferenciadas (MARTINS, 2000).

A abordagem do sistema de ensino superior do Brasil é um exercício árduo e complexo devido à diversidade de sua estrutura e organização. Há de se levar em consideração a importância de se entender o cenário que o Brasil está inserido, no caso, América Latina, um continente de muitas desigualdades, tanto no âmbito social como no âmbito territorial.

A América Latina possui diversos índices desiguais em vários aspectos, como, por exemplo: distribuição de renda, despesas com bens de consumo, serviços, acesso à saúde e, principalmente, acesso à educação (STALLIVIERI, 2006).

A democratização da educação brasileira passou por diversas fases, tendo sido compreendida, primeiramente, como direito universal ao acesso e, posteriormente, como direito a um ensino de qualidade e à participação democrática na gestão das unidades escolares e dos sistemas de ensino (MENDONÇA, 2001).

Porém, as universidades ainda formam um conjunto que não possui a clareza de um sistema integrado em que pese a interdependência de seus diversos componentes, sua interação com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura em geral, evidenciando, também a relação entre a universidade com setor privado e as instituições governamentais (STALLIVIERI, 2006).

Balbatchevsky<sup>1</sup> acredita que as essas mudanças no ensino superior no Brasil são constatáveis em aspectos como: o forte crescimento da população estudantil, que permanece em descompasso com o crescimento mais lento das instituições; as limitações orçamentárias, frequentemente associadas a pressões para a ampliação do controle e burocratização dos sistemas de avaliação; as novas tecnologias de informação, que ampliam os processos de internacionalização e mudam o processo de produção do conhecimento.

Pode-se afirmar que o setor de ensino superior brasileiro apresentou taxas significativas de crescimento no século passado, levando em consideração o desenvolvimento industrial

---

<sup>1</sup> Palestra on line intitulada: As transformações do ensino superior no Brasil e no mundo. Disponível no site do Instituto de estudos avançados (USP)- <http://www.iea.usp.br/>

brasileiro, o qual este intrinsecamente atrelado ao aumento da oferta de vagas em universidades federais. Contudo, este crescimento vem apresentando sinais de esgotamento, ocorrendo uma ociosidade no sistema que se percebe nas vagas não preenchidas nos processos seletivos, apesar de haver ainda uma demanda reprimida por ensino de graduação no Brasil (QUEIROZ, et al. 2013).

A partir das reflexões apresentadas, destaca-se a importância das políticas públicas assegurarem o ajuste da demanda e a oferta, além de outras carências que o setor de ensino público ainda possui.

### 3.2. Papel da Universidade

As universidades possuem um papel crucial para a geração de conhecimento. Segundo Chiarini e Vieira (2012) as universidades são homogêneas quanto à criação de conhecimento, pois algumas universidades focam mais intensamente na produção de conhecimento científico e tecnológico do que outras, porém, pode-se dizer que, no Brasil, instituições privadas de ensino superior que se destinam à pesquisa científica são exceções, sendo a produção de conhecimento responsabilidade das universidades públicas. Contudo, nem mesmo as instituições de ensino superior públicas podem ser generalizadas: as universidades federais são as principais responsáveis pela produção de conhecimento.

Destaca-se nesse sentido, a importância não só da produção de conhecimento, como também da comunicação científica.

Segundo Garvey (1979 apud. Miranda; Pereira, 1996 p. 375) a comunicação científica pode ser compreendida como "o conjunto de atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar, até que a informação acerca dos resultados seja aceita como constituinte do conhecimento científico".

O periódico científico, criado em 1665, tornou-se de um veículo cujo objetivo consistia em publicar notícias científicas, para um meio de divulgação do conhecimento que se origina das atividades de pesquisa (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Atualmente os periódicos científicos continuam a ser o principal meio de comunicação entre pesquisadores, porém novos meios para esta comunicação vêm surgindo, principalmente por conta do movimento de acesso livre a informação (FREIRE; FREIRE, 2012).

Pode-se atribuir esse fenômeno aos avanços tecnológicos e de comunicação, pois alguns métodos de acesso livre a informação são os repositórios temáticos ou institucionais, as bibliotecas virtuais e, blogs.

O Brasil tem vivenciado um importante desenvolvimento acadêmico. O aumento quantitativo dos programas de pós-graduação e a elevação na titulação do corpo docente das universidades têm trazido crescimento no número de grupos de pesquisa e, conseqüentemente, na produção de conhecimento. A própria ideia de formação de grupos de pesquisa pelo CNPQ faz parte desse processo (PRADO; SAYD, 2004).

Segundo Pedroso (2013) a produção de conhecimento sobre o envelhecimento humano está ligado a um processo recentemente influenciado pela área acadêmica. Dessa forma, os grupos de pesquisa interessados nessa temática buscam perspectivas futuras para a população idosa e dependendo dessas perspectivas, as suas ações poderão ter diferentes influências para a população. Certamente, o mapeamento dos grupos de pesquisa contribui para o entendimento destes estudos.

Prado e Sayd (2004) afirmam que o crescimento do interesse pela temática do envelhecimento humano no Brasil está interligada ao processo de formação dos grupos de pesquisa.

Constata-se também que os desdobramentos de transição demográfica, bem como os impactos deste fenômeno no movimento das políticas públicas, seja pelas diretrizes jurídico-políticas, ou pelas demandas sociais e históricas, evidenciam também a relevância deste tema.

No âmbito da Gerontologia, acredita-se que os cursos de graduação e pós-graduação contribuíram para uma maior discussão e criação de grupos de pesquisa e publicações científicas.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) foi pioneira no estado de São Paulo, com a concepção do Programa de Mestrado em Gerontologia sendo um curso multidisciplinar, criado em 1997 (CNPQ, 2012).

Outra universidade em destaque é a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que instituiu seus cursos de Mestrado em 2008 e Doutorado em 2010, também em Gerontologia (PEDROSO, 2013).

Acredita-se que a criação destes cursos de pós-graduação, repercutiu, dessa maneira, um avanço gradativo na área da pesquisa e na criação de grupos de pesquisa (PRADO; SAYD, 2004).

Cabe, entretanto, destacar que muitos estudos e pesquisas sobre o processo de envelhecimento são também desenvolvidos em diversos programas de pós-graduação, em áreas interdisciplinares.

Também se destaca, como apontado anteriormente, a importância da criação de cursos de graduação em Gerontologia em duas universidades públicas no Brasil, a Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O projeto político-pedagógico do curso de Gerontologia da EACH/USP é embasado no princípio a interdisciplinaridade, isto é, propõe que a formação dos estudantes seja feita de modo integrado, unindo bases teóricas relacionadas ao seu curso de ingresso a temas de formação geral como cidadania e direitos humanos, relação sociedade-natureza, tratamento de dados, entre outros (LIMA, 2009).

Quanto ao projeto político-pedagógico do curso de graduação em gerontologia da UFSCar tem por objetivo:

*“formar um profissional generalista na área de Gerontologia, humanista, crítico e reflexivo. Profissional capacitado a atuar na gestão da velhice saudável e na gestão da velhice fragilizada pautado em princípios éticos e interdisciplinares na perspectiva da gestão de diferentes questões que surgem individual e coletivamente na velhice. Diante das demandas de cuidado, o profissional deverá ser capaz de compreender, criar, gerir, desenvolver e avaliar formas de apoio ao idoso e seus cuidadores familiares e profissionais, considerando questões biológicas, psicológicas e sociais da velhice. O profissional deverá ser capaz de contribuir para que as demandas sejam melhor atendidas, de forma que os idosos tenham melhor qualidade de vida, dentro das possibilidades existentes em cada contexto”. (UFSCAR, 2012).*

Cabe ressaltar que, além deste presente estudo que se desenvolvem na área da administração ciências contábeis e turismo, junto ao Programa de Pós Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, outros estudos vinculados ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Gerontologia Social (NIEPGS) também estão sendo desenvolvidos por pesquisadores de diversas áreas em relação à temática.

Acredita-se ser relevante aspectos históricos do surgimento das universidades no Brasil. Do período colonial à República, houve grande resistência quanto à criação de universidades no Brasil. Até o fim do período monárquico, mais de duas dezenas de propostas e projetos foram apresentadas sem êxito; após a Proclamação da República, as primeiras tentativas também se frustraram (FÁVERO, 2000).

Com o apoio do governo federal ocorreu o que Fávero (2000 p.01) chama de “desoficialização” do ensino superior, o qual gerou condições para o surgimento de universidades, fazendo com que houvesse um deslocamento do governo central para a órbita dos Estados.

Apesar de a ideia criação de universidades no Brasil já estivesse presente durante a Colônia, é durante o Império, depois da Independência, que a ideia adquire maior energia.

Em 1930 o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual teve como primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elaborou e implementou reformas de ensino – secundário, superior e comercial (FAVERO, 2006).

Já no ano de 1931 ocorre promulgação do decreto nº. 19.851, o qual cria o Estatuto das Universidades Brasileiras. A Universidade de São Paulo, criada em 25 de janeiro de 1934, a qual apesar de ser uma universidade estadual, foi a primeira a se adequar ao decreto federal (FIGUEIREDO, 2005).

Cunha (1980) destaca ainda que na sociedade civil foi marcante os conflitos entre os defensores os autoritários e os liberais, sem que nenhum dos dois tivesse conseguido que suas ideias exercessem hegemonia sobre todos os educadores .

Por conta deste contexto, segundo Rothen (2006) o Estatuto das universidades brasileiras oscilou entre a postura autoritária e a liberal. Sintomático é o fato de nos decretos proporem-se um modelo único de universidade e, ao mesmo tempo, o Estatuto admitir “variantes regionais”.

Segundo Fávero (2000, p. 45), “não é sem razão que se diz que o Estatuto (...) é uma média das aspirações, apresenta às vezes caráter ambíguo mascarando a realidade”.

Nas primeiras linhas da Exposição de Motivos, Campos (2000) apresentam duas premissas básicas norteadoras da elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras: manter “um estado de equilíbrio entre tendências opostas”; “não determinar uma brusca ruptura com o presente”.

As intenções apresentadas na introdução da exposição estão presentes nos atos legislativos, marcando-os com a adoção de princípios ambíguos (ROTHEN, 2006).

Tanto que a definição de universidade não ocorre pela explicitação das propriedades principais do íntimo universitário, mas sim pelos institutos unificados e por possuir tanto recursos didáticos e financeiros. No artigo 5 assim é prescrito:

*“A Constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências I congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de direito, Faculdade de Medicina,*

*Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e letras; dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessários ao ensino eficiente; dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária; submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto” (BRASIL, 1931 apud ROTHEN, 2006).*

Percebe-se que não há uma concepção única e igualitária de universidade, e de educação superior sendo, o Estatuto da Universidade Brasileira, apesar das suas imprecisões, representante das concepções que intermediam a discussão posterior sobre o modelo de Universidade a ser então adotado no Brasil.

Da leitura dos documentos destacam-se as seguintes questões que até hoje continuam presentes: Autonomia universitária deve ser plena ou restringida pelo Estado? Qual o grau de autonomia desejável? Qual deve ser a prioridade do ensino realizado na Universidade? A formação profissional? A formação cultural? As duas? É possível o ensino superior fora do sistema universitário? Qual deve ser a representatividade nos órgãos colegiados? Qual o método de ensino? É aceitável o uso intensivo de aulas expositivas? Em que dimensão devem ser inseridas as atividades práticas? (ROTHEN, 2006).

Estas são questões que ainda instigam os estudiosos sobre as universidades brasileiras.

Após a II Guerra Mundial (1939-1945) iniciou-se a chamada República Populista, que se estendeu desde a destituição de Getúlio Vargas em 1945 até o golpe militar de 1964.

O populismo, fenômeno típico da América Latina, surgiu a partir do período entre guerras, por conta da emergência das classes populares urbanas, resultantes da industrialização, quando o modelo agrário-exportador foi sendo substituído pelo nacional-desenvolvimentismo (PASINATO, 2013).

Neste contexto, na Era Vargas, Minozzi (2007) aponta que houve uma expansão do ensino, porém, manteve-se a mesma estrutura anterior. A expansão escolar se realizou diante das pressões de demanda provocada pela pressão social que não criou, todavia, condições para mudanças mais profundas, permanecendo a mesma estrutura do antigo regime.

As mudanças que ocorreram neste período não foram suficientes e resolutivas, pois não atenderam o país como um todo.

A expansão de oportunidades educativas, naquele período, se caracterizou pela desigualdade, pois atendeu às expectativas das camadas privilegiadas da sociedade em detrimento das camadas populares (MINOZZI, 2007).

No início dos anos 50, houveram algumas tentativas de luta maior autonomia universitária. Um movimento tanto externo como interno começou a se esboçar.

Porém, Fávero (2006) aponta uma questão de complexidade desta situação, que é de multiplicar as universidades, mas com predomínio da formação profissional, sem idêntica preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento (FAVERO, 2006).

Então, nos anos 60, algumas universidades elaboraram planos de reformulação estrutural.

No caso das universidades do Brasil o Conselho Universitário designou, em fevereiro de 1962, uma comissão especial para tratar da questão, e de seus esforços resultou o documento *Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil*, o qual teve suas diretrizes aprovadas em junho de 1963 pelo Conselho Universitário, porém, com o golpe militar de 1964, sua implantação é cessada. (FRAGA, 1991)

Segundo Mendonça (2000) a radicalização do debate sobre a reforma da universidade liderado pelo movimento estudantil, a qual lutou por uma reforma universitária ligada às mobilizações populares em torno das *reformas de base*, num contexto político em que a aliança populista que escorava o governo apoiava-se para a centro-esquerda, passou a retomar as tendências nacionalistas e lançava-se em várias frentes para promover reformas sociais e políticas que permitissem redirecionar o processo de desenvolvimento nacional.

Fraga (1991) caracteriza a reforma como:

*“um projeto ambicioso e prematuro de libertação dos laços de dependência cultural para a situação histórico-social e política da nação. Pensava-se, precocemente, numa universidade integrada, multifuncional, audaciosa, agressiva, balanceada quanto à graduação e à pós-graduação, engajada e dirigida. Essa ação decisiva do governo era em si mesma mais uma ação política e transitória do que uma satisfação ao movimento popular de reforma universitária ou à crise permanente que continuava no seio do ensino superior”.*

A partir dos anos 60 pode-se notar o início de um processo de privatização sem precedentes do ensino no país, caracterizando a educação enquanto um grande negócio, tirando do Estado seu dever, destinando verba pública para a iniciativa privada, atitude a qual perdurou nas décadas posteriores.

Após a queda do regime militar foi restabelecido o estado de direito e inaugurou a chamada Nova República (1985-atualmente), ou seja, o Estado gerencial. Foi um período de inicial da democracia no Brasil, que vem se consolidando até os dias de hoje. Após mais de duas décadas de regime autoritário, com o país em meio a uma grave crise econômica e

desigualdades sociais, os governo democrático passa a reformular integralmente o aparelho administrativo, com o objetivo de melhorar sua eficiência (BRESSER PEREIRA, 2010).

Nunca na história do país foram abertas tantas universidades particulares como nos anos 80 e 90, bem como, praticada a isenção fiscal para empresário da educação. A educação superior brasileira, que se manteve relativamente estagnada ao longo da década de 80, retomou seu crescimento nos anos mais recentes, e tende a se expandir cada vez mais nos próximos anos. Este crescimento se deve, em parte, a grande expansão ocorrida no ensino médio (SCHWARTZMAN, 2000).

A reforma educacional proposta na década de 90 através da Lei de Diretrizes e Base (LDB) para educação nacional e do Plano Nacional de Educação (PNE), apresentou-se como alternativa de dar forma às políticas neoliberais, caracterizadas principalmente pela privatização, entendendo esta, como a entrada desregrada de recursos não públicos para manter as atividades próprias da universidade (FIGUEIREDO, 2005).

Muito se evoluiu desse período em diante e, nesse sentido, outro acontecimento o qual merece destaque devido sua importância foi no ano de 2004, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) decidiu intensificar a agenda da reforma universitário com objetivo de identificar as convergências e divergências nas propostas já formuladas por diversas entidades em seus fóruns próprios. Sete tópicos foram acordados para discussão: 1) Missão da educação superior, 2) Autonomia, 3) Financiamento, 4) Acesso e permanência, 5) Estrutura e gestão, 6) Avaliação e 7) Conteúdos e programas, sendo que dois destes já se anteciparam à agenda estipulada pelo próprio governo. (MANCEBO, 2004).

Buarque (2003) acredita que o mundo passou por uma imensa desarticulação ideológica, que incluiu uma grande desarticulação política e de desigualdade social. Perante estas transformações radicais, a universidade ainda representa patrimônio intelectual, independência política e crítica social. Graças a essas características, a universidade é a instituição mais bem preparada para reorientar o futuro da humanidade.

*“Resta pouca esperança de que um novo sistema global de ideias venha a ser criado para renovar a crença na utopia de um mundo em que o sonho humano de progresso tecnológico se alie à liberdade e à igualdade. Essa crença implicava confiança nos políticos, nos líderes religiosos e nos juízes, de quem se esperava a invenção de meios para a criação de coalizões entre os seres humanos. No entanto, se examinarmos as instituições que sobreviveram ao longo desses últimos mil anos, podemos ainda nos permitir ter esperanças, se voltarmos nosso olhar para a universidade.”*  
(BUARQUE, 2003 p. 04).

Santos (2010) aborda em seu estudo algumas medidas que auxiliariam em uma maior democratização das universidades, dentre elas: lutar pela definição de universidade, reconquistar a legitimidade, melhoria ao acesso e as condições de extensão e ação em pesquisa, entre outras.

Importante destacar, quanto à produção de conhecimento científico a existência do campo de estudos CTS (ciência, tecnologia e sociedade).

Segundo Bazzo (2000) os estudos sociais da ciência e tecnologia, compõem “um campo de trabalho nos âmbitos da investigação acadêmica, da educação e das políticas públicas dos países onde atualmente já estão implantados”.

Ainda com base no autor, o mesmo afirma que entender a ciência e tecnologia como processos sociais que respondem em parte por valores e interesses externos e que tem um considerável interesse ao público pelas consequências que deles derivam é também, em qualquer país em que a palavra democracia goza de algum sentido, defender a renovação dos tradicionais conteúdos educativos e a transformação das atuais políticas.

Segundo Rizatti (2002) a universidade, muitas vezes, enfrenta críticas por parte da sociedade. É acusada de ser apenas uma instituição que repassa conhecimento e de ter se transformado num órgão corporativo e burocrático. Estes são sintomas de uma crise maior, a crise de objetivos. Por esta razão, a Universidade precisa adequar-se às mudanças e criar novos paradigmas institucionais, direcionando seus objetivos às necessidades societárias emanadas de um contexto veloz e imprevisível de transformações globais, como por exemplo, a questão do aumento da população idosa brasileira.

Como uma organização complexa, as universidades desempenham um importante papel no campo econômico, tecnológico e social. Ela forma profissionais para atuar em diversas áreas do conhecimento, produz saber e o aplica na solução de problemas sociais. O estudo de organizações universitárias, pela sua própria natureza, implica na análise de suas especificidades e das interações que ocorrem entre seus agentes (RIZATTI, 2002).

Pode-se dizer que as instituições universitárias tem papel efetivo na resolutividade de crises e problemas. Como destaca Ferreira & Oliveira (2010) tem-se observado mudanças substantivas nas concepções e nos papéis sociais das universidades, principalmente públicas. Segundo a autora, discutir as novas concepções e finalidades sociais que estão sendo solicitadas para as universidades implica em compreender o atual processo de reestruturação produtiva do capitalismo global, uma vez que essa reestruturação vem exigindo, cada vez

mais, que a relevância e a pertinência social da universidade esteja associada à sua capacidade de contribuir com a produção de conhecimentos, tecnologias e inovações que ampliem as vantagens competitivas do país e das empresas na chamada “sociedade ou economia do conhecimento”, em âmbito local, regional e internacional.

Durante todas as conquistas e fracassos acontecidos com o passar dos anos, uma vertente que se destaca quando tratamos do papel das Universidades, é tríade: Ensino, pesquisa e extensão.

A tríade ensino, pesquisa e extensão é uma das maiores virtudes e expressão de compromisso social. O exercício de tais funções é sugerido como dado de excelência no ensino superior, fundamentalmente voltado para a formação profissional, para apropriação e produção do conhecimento científico (MARTINS, 2011).

A universidade brasileira, ao longo do século XX e começo do século XXI, passou por grandes transformações ao longo da história do país, decorrentes do processo de desenvolvimento sócio-político do Estado e das demandas da sociedade brasileira, e ainda se encontra em processo de transformação (PEDRO et al, 2012).

Portanto, discutir sobre o papel da universidade ainda é um exercício complexo, porém de extrema necessidade, pois, como abordado acima, possui um importante papel nas discussões sociais, políticas, econômica, culturais e civis além de ser parte da “construção dos projetos de país e na criação de pensamento crítico e de longo prazo” (SANTOS, 2010, p.8).

### 3.3. Gestão pública

Muito se fala sobre gestão pública, mas poucas pessoas se preocupam em conhecer o seu real significado, sua real função. Segundo Santos, (2006 apud BONEZZI, 2008 p. 12) "gestão pública refere-se às funções de gerência pública dos negócios do governo".

No âmbito das questões do envelhecimento humano no Brasil, percebeu-se no levantamento realizado neste estudo que há poucos movimentos acadêmicos abordando o papel da gestão pública frente às demandas ocasionadas pelo processo de transição demográfica e aumento da expectativa de vida.

O processo de envelhecimento deve ser encarado como responsabilidade social. A pessoa idosa dos dias de hoje é diferente de meio século atrás, e por conta disto há a exigência de diferentes ações, num aspecto permanente.

O governo precisa cumprir com sua responsabilidade social, sendo a decisão do poder público de proporcionar ações para atenuar possíveis danos provenientes de da mudança na estrutura etária.

Segundo Bonezzi (2008) quando se pensa em gestão pública, deve-se levar em conta o princípio econômico da escassez, onde as demandas sociais não têm fim e os recursos financeiros para atendê-las são limitados e escassos, portanto priorizar a administração bem planejada, eficaz e eficiente de tudo aquilo que for gerado por meio da sociedade, ter sempre em vista o interesse do coletivo.

A questão do planejamento governamental e gestão pública constituem em duas dimensões cruciais e inseparáveis da atuação dos Estados contemporâneos.

Por exemplo, a realidade brasileira atual frente às demandas do envelhecimento humano. Segundo Pedro et al. (2012) envelhecer, frente seus dilemas e contradições, pode ser também sinônimo de exclusão social e com o aumento quantitativo de pessoas idosas crescem as demandas sociais e políticas para a promoção do envelhecimento ativo. Diante dos avanços científicos e tecnológicos, a sociedade civil começa a perceber que na velhice pode-se ter uma vida social mais engajada, participativa e ser capaz de aprender e de por em pratica um envelhecimento mais ativo. Uma vez contemplado na agenda política é preciso desenvolver estratégias de promoção de saúde e cidadania.

Souza (2003) apresenta em seu estudo um padrão de gestão pública com duas funções básicas, que são: a organização do setor público a partir da adoção de modernas ferramentas de gestão, a exemplo da descentralização voltada para o aumento da eficiência e produtividade e; organização do setor público voltada para o atendimento.

Historicamente, até 1808, existia no uma administração colonial relativamente aparelhada, mas a formação do Reino Unido de Portugal, e Algarves e a instalação de sua sede na antiga colônia tornaram irreversível a constituição de um novo Estado nacional (COSTA, 2008).

Toda a questão burocrática, trazida de Lisboa ou formada aqui, em confronto à antiga administração metropolitana, teve que ser preparado para que a soberania se garantisse, o Estado se organizasse e projetasse sobre o território, e o governo pudesse tomar decisões, ditar políticas e agir.

Durante o Império (1882-89) e da chamada República Velha (1889-1930) se deu o processo de formação do Estado nacional. Embora seja desse período a cristalização das principais características do Estado brasileiro, vê-se que a própria diferenciação do aparelho de Estado e o surgimento de novas instituições fazem parte da dinâmica de instauração da

modernidade do Estado e mercado, autônomos com relação à dominação patriarcal e cada vez mais apartados entre si, constituem as bases da formação social moderna.

A burocracia se consolida na gestão pública. Nos primeiros 100 anos de Brasil independente, pode-se dizer que ocorreu de forma lenta e superficial, e é na Revolução de 1930 que vai encontrar seu ponto de aceleração (COSTA, 2008).

Segundo Bresser-Pereira (2007) ocorreu no Brasil uma grande industrialização e um grande desenvolvimento econômico entre 1930 e 1980. É o período da estratégia nacional-desenvolvimentista iniciada por Getúlio Vargas e retomada, depois de uma crise nos anos 1960, pelos militares no poder. Em todo esse período, a burocracia pública desempenhou papel-chave, sempre associada à burguesia industrial.

Foi partir da década de 1930, que surgiu uma forte tendência pela missão de transformar as estruturas econômicas e sociais da nação no sentido do desenvolvimento, sendo a industrialização a maneira historicamente preponderante de se fazer isso. Ocorre que em contexto de desenvolvimento tardio, vale dizer, quando as bases políticas e materiais do capitalismo já se encontram constituídas e dominadas pelos países ditos centrais – ou de capitalismo originário – a tarefa do desenvolvimento com industrialização apenas se torna factível a países que enfrentam adequadamente as restrições financeiras e tecnológicas que então dominam o cenário mundial (CARDOSO, 2011).

Também se observa, paralelamente, a construção de certo nível de comprometimento de setores públicos não estatais –setores privados– em relação ao cumprimento de ações sociais voluntárias ou partilhadas com o próprio setor público estatal. O aumento da participação social organizada na composição de certa tática de atendimento social ao longo dos últimos tempos esteve ligada à ideia de mais envolvimento e participação da sociedade civil na formulação, na implementação, no controle, na gestão e na avaliação das políticas sociais (CARDOSO, 2011).

A participação social na gestão pública é uma questão que diversos autores se dedicaram a explorar por conta a sua importância na democracia.

Sabe-se que diferentes correntes de orientação política defendem em diversos países a descentralização político-administrativa do Estado.

Nesse sentido, diversos tipos de argumentação, pesquisadores de variadas filiações ideológicas sustentam a necessidade de reformar as instituições estatais segundo considerando a descentralização e da participação.

Segundo Rocha (2011) principalmente por parte de setores da esquerda, a criação de espaços de debate implicaria a democratização do processo de tomada de decisões em áreas de políticas públicas específicas.

O desenvolvimento da democracia implica, nesse sentido, no fortalecimento das instituições políticas locais, por viabilizarem a participação dos cidadãos nas decisões públicas.

Segundo Rocha (2011 p. 2)

*“fortalecer institucional e politicamente esses espaços de participação implicaria criar condições para a superação de problemas advindos do Estado centralizado, a saber: balcanização do poder público por elites econômicas e políticas; exercício de um poder ilegítimo da burocracia pública no processo de tomada de decisões; e o clientelismo como lógica de ação do Estado.”*

Destacam-se, nesse contexto, as conferências nacionais, as quais se tornaram uma importante política participativa do Brasil. As conferências nacionais tiveram início nos anos 1940, quando o governo Vargas convocou a conferência nacional de saúde. Mais de modo recente, a partir de 1988, as formas de participação da sociedade civil previstas pela Constituição nas áreas de saúde e assistência social levaram à institucionalização das conferências nacionais.

No entanto, segundo Avritzer (2012), o grande impulso às conferências nacionais ocorreu depois de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente. Nos últimos 20 anos, 80 delas conferências aconteceram, sendo 21 na área da saúde; 20 sobre a questão das minorias; 6 relativas ao meio ambiente; 22 sobre economia, do Estado e do desenvolvimento; 17 a respeito educação, cultura e assistência social; e 11 sobre direitos humanos.

O autor apresenta ainda os resultados de uma pesquisa nacional, realizada em julho de 2011, a partir de uma amostra de 2.200 respondentes. Seus resultados mostram que o padrão de participação inclusiva que surgiu ao nível local, no Brasil, está se expandindo para o nível nacional.

Refletir historicamente quanto às questões da gestão pública auxilia na compreensão da validade e a relevância do conhecimento administrativo, pois, muitas vezes, só a sua aplicação limita seus aspectos positivos ou negativos (MOTTA, 2013).

Farah (2000) aborda em seu estudo as evoluções da reforma do Estado, a qual se deu a partir dos anos 70, aonde considera a área social em particular. Através da análise da agenda

de reformas em políticas sociais no Brasil e de suas transformações ao longo da década de 80 mostrou-se como a ênfase à democratização das políticas e processos decisórios veio se somar a preocupação com a eficiência e eficácia da ação estatal, o que se traduziu na ênfase a questões como qualidade, capacidade de resposta a perfis diferenciados de usuários, e a gestão propriamente dita dos programas sociais da máquina pública.

Silva (1996) apresenta em seu estudo a história dos projetos políticos urbanos durante os anos 80 impregnada de impactos quanto a participação social, como por exemplo: a necessidade consensual do estabelecimento da participação social nas instâncias públicas e a implementação da participação como instrumento-chave do exercício da democracia local e meio de legitimação das aspirações populares em matéria de vida cotidiana. A palavra participação ostenta tamanha força que seu sentido parece ilusionista, fazendo cair no esquecimento sua ambiguidade e suas filiações diversas.

Nos anos 90, a discussão sobre participação popular no Estado democrático ganhou particular importância com a conquista de diversas e importantes prefeituras pelos setores progressistas no país. Percebeu-se a insuficiência do acúmulo teórico anterior a essas gestões e a necessidade de reflexão e revisão da conceituação de participação popular, bem como a necessidade de outros conceitos, tais como parceria, qualidade de vida e do meio ambiente, desenvolvimento (SILVA, 1996).

Abrucio (2007) aponta que o Brasil criou uma série de instrumentos e ambientes participativos capazes de constituir controle político e social dos agentes governamentais. Porém, segundo o autor, o maior problema no Brasil é fazer valer o que já foi criado, como tribunais de contas, ouvidorias, conselhos de políticas públicas, os quais precisam cumprir seus papéis institucionais ainda não são efetivos — e em grande parte do país infelizmente esta é a realidade.

Helal (2010) compartilha do pensamento de Bourdieu, o qual identifica, no âmbito do Estado, o problema da ação coletiva. Ao identificar a burocracia pública como um campo de lutas, o autor ressalta o desafio do Estado, em desenvolver uma ordem pública, imbuída de um capital também público, inserido em um campo burocrático, em que os ocupantes disputam poder e recursos.

Uma resposta possível para esta problematização seria o insulamento burocrático e inserção social. No âmbito o insulamento burocrático, o Estado seria preservado de pressão dos grupos de interesse, porém admite-se que arduamente o Estado consegue realizar

programas que levem ao desenvolvimento socioeconômico, sem algum tipo de parceria ou outra espécie de ligação.

O Estado divide entre sua relação à ação na sociedade e sua autonomia diante ela (capacidade *versus* insulamento).

Os neomarxistas acreditam que há uma relação positiva entre capacidade e autonomia: quanto maior a autonomia do Estado, maior será sua capacidade de ação. Já para alguns neoweberianos o Estado deve estar mais fincado nas demandas da sociedade do que insulado- “a eficiência estatal exige inteligência acurada, inventividade, repartições ágeis e respostas elaboradas a uma realidade econômica mutável”. (HELAL, 2010 p. 328).

A perspectiva contemporânea sobre o “estado da arte” na gestão pública apresenta recorrência de temas, dilemas e paradoxos, e ao mesmo tempo uma constante busca de novos conhecimentos para a solução de problemas práticos.

Segundo Motta (2013) por causa de um crescente dinamismo, novos problemas pressionam para novas soluções dentro da gestão pública. Técnicas e processos de trabalho recém-introduzidos tornam-se rapidamente vulneráveis: sofrem os desgastes naturais de uma realidade mutante, mais complexa e demandante de maior eficiência.

Bianco (2014) afirma que o Estado, tem tomado iniciativas pontuais no sentido de mudar esta realidade, ou seja, tem buscado certo aprimoramento da gestão pública com a inclusão de formas de gestão diferenciadas, com o desígnio de alcançar a eficiência e a eficácia da administração no emprego dos recursos financeiros disponíveis, para que sua aplicação em obras e serviços atenda de maneira satisfatória as demandas existentes. É introduzida assim a ideia de um Estado gerencial.

Martins (1997) acredita que o Brasil teve seu processo de evolução pública diferenciada por dois motivos. Em primeiro lugar, a autonomia adquirida pelo Estado, como parte da herança histórica e como uma condição funcional para transformar regiões díspares do ponto de vista socioeconômico em uma nação; em segundo lugar, a disputa pelo Estado e pelos favores de sua burocracia à qual foram levados os interesses heterogêneos e não hegemônicos. O autor acredita também que qualquer tentativa de reforma da administração pública no Brasil enfrenta fortes obstáculos e resistências de caráter legal, corporativista e político. Porém, a reforma é possível se for adotada uma estratégia realista e flexível, tendo como meta mudanças parciais e incrementais, visando gerar um efeito-demonstração.

Helal (2010) afirma que o contexto social e cultural do Brasil faz com que o Estado e suas organizações estejam fortemente influenciados pela ação de grupos de interesse. Tal

contexto faz com que aqueles que atuam na esfera pública se deparem constantemente com o dilema da ação coletiva.

Hofling (2001) traz também em seu artigo contribuições quanto à gestão pública. Sua “frustração” é mais voltada para o sistema educacional. A autora considera que o governo, o qual tem como obrigação atender a sociedade como um todo, longe de ofertar privilégios aos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que permitam a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social.

Considera ainda que “serviços” sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais.

A sociedade brasileira é extremamente desigual e heterogênea, e assim sendo, acredita-se que a política educacional desempenha um papel crucial na formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada”. (HOLFLING, 2011).

Para a autora, a frustração – ou não – destas expectativas se coloca em relação direta com os pressupostos e parâmetros adotados pelos órgãos públicos e organismos da sociedade civil com relação ao que se concebe por Estado, Governo e Educação Pública.

Existe a necessidade de uma reflexão, pois se os indivíduos são racionais e instrumentais, em que condições agem em prol do interesse coletivo? Quais alternativas são possíveis para a melhoria da gestão pública com base na racionalidade, moralidade e formação de preferências? Como a gestão pública deve agir para que não haja privilégios para apenas um grupo de interesse? (HELAL, 2010)

Gaetani (1999) afirma que a discussão quanto a gestão pública é vinculada à problemática existencial do campo profissional. Uma série de fatores contribui para tornar o ensino de complexa institucionalização: a fragilidade das questões intelectuais, a dificuldade de validação externa, a especificidade da área, a carência de credenciais acadêmicas e a permanente necessidade de legitimação social. A configuração de uma profissão implica a existência de uma autonomia organizada — usualmente concebida e comandada por uma comunidade de pares — capaz de se auto-orientar em termos do desenvolvimento de uma agenda de pesquisa.

Uma agenda de longo prazo para reformular a gestão pública brasileira depende como em qualquer outro campo de políticas públicas, não só de ideias e análises, mas

principalmente, é preciso constituir coalizões, para isso atores estratégicos devem ser convencidos da centralidade dessa questão (ABRUCIO, 2007).

Concorda-se com Bianco (2014) quanto à inadequação das técnicas e práticas advindas do setor privado no setor público e a incompatibilidade entre a lógica gerencialista e o interesse público; mas isso não significa que o setor público não necessite de melhorias em sua gestão ou que não se deva buscá-las.

Muito ao contrário, porém essa busca por melhoria deve seguir um caminho próprio, buscando soluções adequadas às suas especificidades, as particularidades existentes no ambiente da burocracia estatal, valorizando os seus aspectos positivos, pois afinal ela os tem.

Há, portanto, uma consciência aguçada das contradições que podem estar envolvidas na devolução à sociedade de direitos e deveres na gestão da coisa pública. Uma hipótese possível é que a negociação, em vez do confronto, permita avanços na qualidade da gestão pública, no sentido de incorporar os agentes sociais de modo mais criativo e proativo na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento das ações governamentais.

#### 3.4. A questão do envelhecimento neste contexto

Atualmente, a gestão pública brasileira passa por diversos dilemas e desafios, como a inversão da pirâmide etária brasileira, o envelhecimento humano acelerado, o aumento significativo da expectativa de vida das pessoas idosas, a redução da taxa de natalidade, as conquistas tecnológicas e científicas, os avanços da medicina, as mudanças no contexto sócio-político-econômico (DEL MASSO, 2010).

Faz-se necessário entender as características de uma realidade em que o Estado é mínimo a ação social se coloca como responsabilidade.

Muito se avançou na questão do envelhecimento populacional tanto na agenda internacional como também na nacional. A legislação incorporou grande parte das sugestões das assembleias internacionais. Porém, Ainda existe a necessidade de que essas leis se sejam realmente implementadas no dia-a-dia dos idosos brasileiros.

Pesquisas de natureza longitudinal ou envolvendo sequencia de coortes são metodologicamente mais adequadas para que se chegue a conclusões mais validas sobre as mudanças individuais, e não individuais que caracterizam a velhice e o envelhecimento, porém seus altos custos financeiros e a exigência de uma estrutura estável de pesquisadores e teóricos dificulta sua implementação em países com pouca tradição de pesquisa e de financiamento à pesquisa. Se essas pesquisas forem interdisciplinares, o que seria ideal, elas

umentam as exigências para o grupo de pesquisadores, em termos de numero, integração e interatividade (GUARIENTO, et al, 2011).

Nesse contexto, a formação de grupos transnacionais e a institucionalização da cooperação internacional aparecem como soluções desejáveis e favoráveis.

Para o alcance de tais metas é necessário que as políticas públicas sejam concebidas com base na colaboração entre o Estado e a sociedade civil, de forma a construir um maior acesso ao entorno físico, aos serviços e recursos, aí incluídos a atenção à proteção ambiental. Assim sendo, os idosos podem contribuir para o bem-estar da sociedade e ao mesmo tempo se beneficiar dos direitos de se realizarem como cidadãos, de receberem atenção, serem independentes, participarem e serem tratados com dignidade (CAMARANO, 2005).

Em médio prazo, a criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação em Gerontologia contribuirá para a emergência de novas alternativas para a constituição das profissões no âmbito da Gerontologia. Caberá aos profissionais formados pelos novos cursos de graduação e de pós-graduação colaborar para despertar o interesse de diferentes setores da sociedade pela pesquisa e pelos serviços de atenção ao idoso, e para convencer a população de que tem algo muito importante a contribuir para a sociedade (GUARIENTO et al, 2011).

Neste processo, a universidade, o governo, o comércio, a indústria, o setor de serviços, os meios de comunicação em massa, as sociedades científicas e profissionais e os pesquisadores e praticantes da área afins a gerontologia são os meios para alcançar visibilidade (GUARIENTO et al, 2011)

A interação entre esses atuantes deverão resultar novas possibilidades para a pesquisa e para atenção aos idosos.

No âmbito acadêmico, segundo Del Masso (2010) os projetos de extensão universitária são uma alternativa de enxergar as demandas da população idosa, e a necessidade das novas ações voltadas aos idosos, além de capacitar profissionais nessa área do conhecimento.

A partir de ações como estas, a universidade possibilita a participação e conexão dos idosos ao meio acadêmico, sendo uma espécie de devolutiva à sua responsabilidade social, socializando saberes e produzindo novos conhecimentos e práticas interdisciplinares.

Porém, além das universidades, a administração pública brasileira tem o dever de pensar e elaborar políticas públicas para que o fenômeno do envelhecimento populacional ocorra visando a melhor qualidade de vida da população.

Com a certeza de que toda a sociedade será afetada pelas mudanças provenientes do processo, pensar em estratégias para todas as demandas será um desafio para a gestão pública.

Esperam-se impactos em diversas áreas como: cultural, social, econômica, política e da saúde. Toda a sociedade será afetada pelas mudanças provindas do fenômeno do envelhecimento no Brasil.

Concorda-se com Correa et al (2013) que a qualidade de vida para um país que se encontra em estágio notável de envelhecimento de sua população deve ser, discutida e colocada em pauta nas discussões em diversas esferas.

As reflexões de Ottoni (2014) também fundamentam o interesse pelo objeto de estudo desenvolvido e apresentado. O autor destaca o histórico de lutas por direitos pela população idosa até às conquistas sociais. No Brasil, o vislumbre de novos horizontes, para essa população, é mais evidente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Pedro (2013) também é um dos autores que destaca a imprescindível importância em fomentar a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos, visando a condições objetivas e subjetivas em prol do envelhecimento digno – individual e coletivo, além disso, destaca-se que “desde o princípio que a esfera pública tem um papel fundamental neste processo” (PEDRO, 2013 p. 2).

Estes são alguns autores que destacam a importância da gestão pública frente às demandas do processo de envelhecimento e que seus estudos me guiaram à realização deste.

Em uma pesquisa realizada sobre o envelhecimento populacional pela Helpage International (2002 apud CAMARANO, 2005), foi apontado que de 46 países, apenas 19 implantaram, na prática, políticas relacionadas aos idosos. Em 2002, foram pesquisados 79 países, 29 apresentavam políticas específicas elaboradas para essa população e 16 estavam em processo de desenvolvimento. Foi observado, nesses, dois enfoques diferentes: os países que aceitavam integrar os temas de envelhecimento às políticas sociais e aqueles que criavam políticas específicas sobre o envelhecimento.

No Brasil, a incorporação das questões referentes ao envelhecimento populacional nas políticas brasileiras é consequência de pressões e influências da sociedade civil.

Na tentativa de melhor lidar com esse novo cenário, surge o termo “envelhecimento ativo”. O envelhecimento ativo, na perspectiva da Organização Mundial de Saúde (2005) é “um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”.

Segundo Pedro (2013) uma abordagem de promoção do envelhecimento ativo para o desenvolvimento de políticas e programas tem que potencialmente articular os desafios do envelhecimento individual e coletivo.

Coutinho (2013) acredita que o grande desafio para o governo e a sociedade em geral atualmente é a longevidade com qualidade de vida para a população, onde se faz imprescindível à promoção de modos de viver mais saudáveis em todas as etapas da vida, estimulando a prática de atividades físicas no cotidiano e no lazer, o acesso a alimentos saudáveis, moradia adequada e acesso aos serviços de saúde entre outras medidas.

A abordagem apresentada pelos autores aponta direta e indiretamente para a necessidade de se pensar nas questões que o fenômeno do envelhecimento populacional demanda à área da administração pública e por consequência o papel das universidades na produção e disseminação de conhecimento.

Segundo Lima e Menezes (2011) o conhecimento produzido deve demonstrar no decorrer dos anos um ritmo ajustado às exigências sociais e as necessidades de enfrentamento da população.

A nossa sociedade vem dando valor à investigação científica, como base para adoção ou não de determinadas ações, comportamentos e valores.

O Brasil, nos últimos tempos, vem empregando esforços para o desenvolvimento dos Programas de pós-graduação. Seu crescimento é acompanhado por um sistema nacional de pós-graduação, que tem como objetivo atender com qualidade as diversas demandas nacionais desses programas; e assim, atender as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país (SILVA, SANTOS, 2014).

No estudo desenvolvido por Lima e Menezes (2011) percebeu-se que a distribuição das produções científicas realizadas no Brasil sobre envelhecimento humano pode ser compreendida ao se considerar a região geográfica não uniforme dos grupos e linhas de pesquisa sobre o envelhecimento humano de acordo com as regiões do país: 59,7% no Sudeste; 21,5% no Sul; 13,9% no Nordeste; 4,9% no Centro-Oeste, não havendo registro destes na região Norte. Dessa forma, entende-se que a produção científica está fortemente associada à existência e alocação de programas de Pós Graduação e Graduação em Gerontologia.

A produção de conhecimento é também desenvolvida por programas de ensino-extensão, os quais diversas vezes trazem benefícios diretos para a sociedade. Por exemplo, o estudo desenvolvido por Reinhardt et al. (2012), o qual analisou a resposta farmacoterapêutica dos idosos hipertensos beneficiados pelo serviço de Atenção Farmacêutica oferecido pela Universidade Feevale, no qual foi possível observar que, desde o início das atividades de

extensão, as médias das pressões arteriais vêm diminuindo e se mantendo dentro dos valores desejáveis.

Outro exemplo Liga acadêmicas de medicina da FMB/UNESP como exemplos de extensão universitária em que o conhecimento científico é utilizado a serviço da sociedade, ponderando-se, por outro lado, a importância de que não reforcem vícios acadêmicos, mas aperfeiçoem a relação entre Universidade e comunidade (HAMAMOTO FILHO, et al, 2011). Um último exemplo, porém não menos importante, é o Programa de Extensão Gerontologia: Gestão da Velhice Saudável, o qual desenvolve o GEROCINE, um programa de extensão o qual visa promover a análise e discussão, compreensiva e crítica sobre o processo de envelhecimento humano sob o espectro do cinema. Trata-se de uma estratégia de intervenção relacional, que se aproxima da concepção de Tecnologia Social em saúde, que articula elementos dos determinantes do envelhecimento ativo e visa promover a parceria e o intercâmbio através de ações socioeducativas, no contexto processo de envelhecimento. Visa também contribuir na qualificação dos atores sociais (profissionais e pessoas adultas e idosas), bem como uma articulação interdisciplinar das ações de ensino, pesquisa e extensão (BRIGOLA; BRITO; PEDRO, 2013).

As universidades abertas da terceira idade (UATI) são também um modelo de produção de conhecimento, pois além de serem frequentemente objetos de pesquisa, também possibilitam a aquisição de conhecimentos e a atualização das pessoas que participam. Frequentemente as UATI'S, são frutos de projetos de extensão, ou se não frutos, possuem projetos de extensão sendo desenvolvidos em conjunto, pois o benefício é mútuo.

Por exemplo, a Universidade Aberta da Terceira Idade, um dos maiores programas de extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, implantou o serviço de Cuidado Integral à Pessoa Idosa (CIPI), na Policlínica Piquet Carneiro (PPC), com o intuito de prestar assistência através do desenvolvimento de um modelo de avaliação funcional abrangente, cuja estratégia permitiria enxergar os riscos de saúde à pessoa idosa pro meio de procedimentos de rastreamento de complexidade crescente (SANCHEZ; LOURENÇO, 2008).

Desta forma, além da produção de conhecimento por parte dos pesquisadores da atividade de extensão, há também as vantagens para os participantes, pois são assistidos de perto. Entretanto, alternativas sugeridas para uma melhora social no contexto do envelhecimento, são sempre importantes.

Filho (2006) apresenta em seu estudo algumas delas, que seriam: Introdução de um fator de sustentabilidade, adequando a evolução do sistema de pensões à evolução da

esperança de vida; aceleração do prazo de transição para uma mais justa fórmula de cálculo das pensões, que considera a totalidade da carreira contributiva e garante melhor proteção social aos trabalhadores com baixos salários; reforço dos incentivos ao envelhecimento ativo; reforço da proteção aos trabalhadores com longas carreiras contributivas; estabelecimento de novos mecanismos de atualização das pensões e desindexação do salário mínimo nacional, garantindo uma atualização mais sustentável das prestações e diferenciando positivamente a atualização das pensões mais baixas; melhoria da sustentabilidade e transparência do modelo de financiamento da Segurança Social; alteração dos regimes contributivos especiais, incluindo os trabalhadores independentes; reforço dos mecanismos de combate à fraude e à evasão contributiva; melhoria da proteção social, muito em particular através da adequação das prestações a novos riscos ou realidades sociais; reforço dos mecanismos de poupança complementar; estruturação de um conjunto de incentivos à natalidade; reforço da informação prestada aos Parceiros Sociais e a generalidade da sociedade sobre a situação do sistema de segurança social.

Otoni (2014) destaca que na atualidade, o aumento da longevidade é uma questão de grande preocupação não só para o Brasil como também para o mundo todo. Este fenômeno envolve questões cruciais, como aposentadoria, impostos, saúde pública, habitação, dentre outras. O que antes era visto com descaso, hoje se torna uma questão social.

No Brasil, não ocorreram reformas e ajustes necessários nas instituições sociais que prestam atendimento a essa população como foi feito em países desenvolvidos. Porém, seguindo a tendência mundial, percebeu-se a necessidade de mais atenção à população idosa, mediante benefícios e políticas específicas a esta faixa etária. Sabe-se que ainda falta muito para que haja uma valorização efetiva dos idosos, mas é necessário ressaltar que o processo já foi iniciado (OTTONI, 2014).

Wong (2006) acredita que as políticas públicas têm buscado a superação de tais desigualdades. A maior parte delas estão relacionadas à idade e precisa levar em conta o atual processo de transição de estrutura etária. As demandas dos idosos poderão se tornar tão grandes que recursos de outros programas precisarão ser alocados para este segmento populacional.

Faz-se necessário que haja um planejamento governamental quanto aos gastos públicos com a população idosa, pois segundo Wong (2006) as atuais receitas e despesas governamentais per capita continuarem constantes, a diferença entre receitas e despesas expandir-se-á velozmente, com o risco de tornar insustentável o débito fiscal.

Concorda-se com Goldani (2010) a qual aborda que a associação entre alterações na estrutura etária e na Previdência merecem um modelo de análise mais complexo, que incorpore vários elementos da relação entre grupos etários e não apenas o nível de despesas públicas, mas também questões referentes a como a necessidade de estabelecer as despesas públicas da proteção social para grupos etários situados em contexto amplo de desigualdades sociais e econômicas, consideração dos princípios sobre os quais o poder público é ofertado e a necessidade de informações apropriadas sobre os cuidados em saúde e necessidades e o de diferentes grupos etários.

A partir destes breves apontamentos, é válido destacar novamente a extrema importância de planejamento público neste novo cenário populacional que o Brasil está inserido, como dito anteriormente. É importante também o conhecimento do “estado da arte” desta temática para poder visualizar o que está sendo produzido, pensado, analisado e desenvolvido na gestão pública frente as demandas do envelhecimento humano. Dessa forma, o tópico a seguir apresenta os resultados obtidos neste estudo.

## **4. Objetivos**

O presente estudo tem por objetivos:

### 4.1. Geral:

- Apresentar e caracterizar dados obtidos sobre os grupos de pesquisas de instituições de ensino superior, com ênfase na participação das universidades federais, áreas ciências biológicas, saúde, humanas e sociais aplicadas cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil CNPq (DGP) e apresentação de um breve processo exploratório do conteúdo das revistas científicas qualis A1 e A2 interdisciplinares e de administração sobre a temática da gestão/administração pública e envelhecimento.

### 4.2. Específicos:

- a) Realizar levantamento bibliográfico sobre a gestão pública e o processo de envelhecimento humano no Brasil.
- b) Identificar e caracterizar os grupos de pesquisa das instituições de Ensino Superior Público Federal brasileiro, a partir do Diretório de Grupos de Pesquisas no Brasil

CNPq, de grupos existentes a menos de um ano, de um a quatro anos, de cinco a nove anos e de dez a catorze anos e quinze anos ou mais.

- c) Explorar as revistas científicas interdisciplinares e de administração qualis A1 e A2 a partir dos termos de busca gestão pública e envelhecimento e administração pública e envelhecimento.
- d) Desenvolver uma proposta de intervenção no âmbito da gestão pública e envelhecimento.

## **5. Procedimentos metodológicos**

### **5.1 Tipo de pesquisa.**

Este estudo, quanto aos fins, é de natureza exploratória e descritiva.

“A investigação exploratória, [...] é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou final da pesquisa. A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VERGARA, 2005 p.47).

Quanto aos meios trata-se de um levantamento bibliográfico e documental.

O levantamento bibliográfico pode ser entendido como a produção bibliográfica existente em livros, artigos de periódicos, teses, folhetos e afins que tratem de um determinado tema. É imprescindível a todo que tiveram e têm a preocupação em preservar o conhecimento, que foi e é diariamente gerado no mundo, em diversos idiomas, a fim de que seja aproveitado, em curto, médio ou longo prazo, e contribua para o desenvolvimento ou progresso da ciência (GALVÃO, 2010).

E a investigação documental é realizada a partir de “documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas: registros, anais regulamentos, circulares ofícios, memorando e etc.” (VERGARA, 2005 p.48).

### **5.2 Coleta de dados.**

Foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico, a fim de identificar a produção científica sobre a temática gestão pública e envelhecimento. O período da busca foi

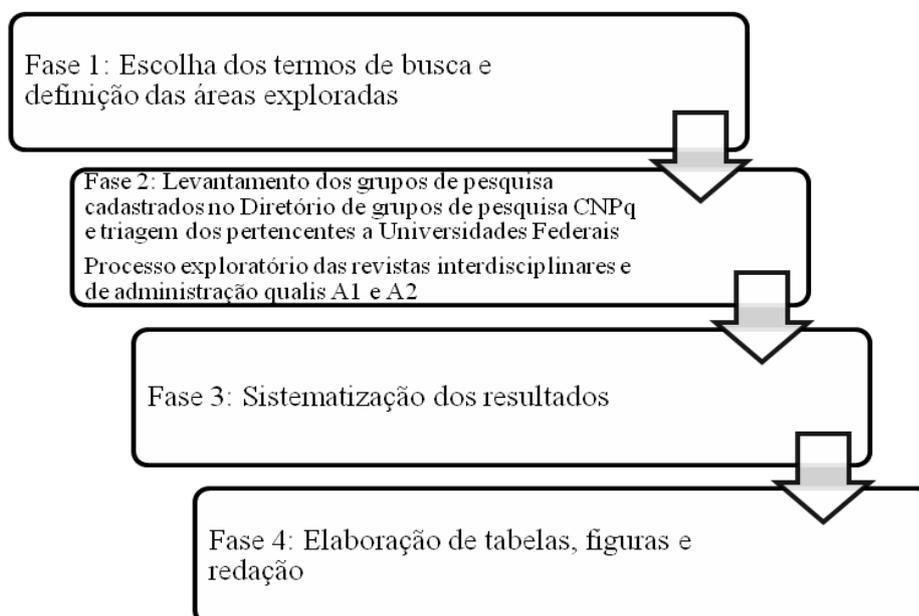
em agosto de 2013, e em abril de 2015 a busca pelos grupos de pesquisa foi realizada novamente, por conta da inclusão de outros termos de busca.

Após a leitura dos materiais (prevalência de artigos científicos), delineou-se o referencial teórico, e se deu início a coleta de dados.

A coleta dos dados para levantamento e caracterização dos grupos de pesquisa foi feito através do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB). Foi escolhida esta base de dados, pois o DGPB se constitui em um inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no Brasil. Atualmente as informações disponíveis são referentes aos recursos humanos constituintes dos grupos, às linhas de pesquisa, às áreas predominantes do conhecimento, as empresas do setor produtivo e anos de existência dos grupos (menos de um ano, de um a quatro anos, de cinco a nove anos, de dez a catorze anos e de quinze anos ou mais de existência). Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil (CNPQ, 2015).

As informações contidas no diretório podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos, e realiza censos bianuais, que são fotografias dessa base corrente (CNPQ, 2015).

Para facilitar a compreensão, a seguir são apresentadas as fases do procedimento:



Para a escolha dos termos de busca (envelhecimento, Gerontologia, Geriatria, idoso, velhice, administração/gestão pública) foi consultado previamente se as terminologias faziam parte da biblioteca virtual de Descritores em ciências da saúde (DeCS).

Como resultado de busca, com exceção da palavra gestão pública, todos os outros termos estavam inseridos, inclusive a terminologia administração pública.

O DeCS pode ser definido como uma linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis (DECS, 2014).

Vale ressaltar que, para a escolha dos termos de busca levou-se em consideração a existência de diversas palavras chave que poderiam ser utilizadas. A escolha destes termos se deram por considerar, baseado na literatura sobre a temática do envelhecimento humano em grupos de pesquisa no Brasil, que seria alcançada uma abrangência significativa de grupos de pesquisa sobre este tema cadastrados no Diretório.

Para a escolha das grandes áreas para identificação dos grupos de pesquisa levou-se em conta a definição de Alkema (2006) traduzida por Almeida et al. (2012), a qual afirma que “a Gerontologia estuda os processos associados à idade, ao envelhecimento e à velhice, sendo uma área de convergência entre a biologia, a sociologia e a psicologia do envelhecimento”.

De acordo com esta definição, o desenvolvimento da pesquisa gerontológica abarca a fusão das perspectivas biológica, psicológica e social. Para compreender as experiências individuais e coletivas do envelhecimento torna-se necessário analisar as características biopsicosociais dos indivíduos, as características da família e do ciclo familiar, elementos contextuais tais como heterogeneidade cultural, os benefícios e restrições econômicas, o ambiente físico; o cenário político e, o mais importante, agregar essas informações para compreender em qual contexto o indivíduo envelhece (GUARIENTO et al, 2011).

Assim sendo, considerou-se que as grandes áreas de concentração dos grupos de pesquisa selecionadas neste estudo (ciências biológicas, humanas, saúde e sociais aplicadas) são as áreas que mais se aproximam dos processos explorados pela Gerontologia, e de sua interdisciplinaridade.

Inicialmente, os termos de busca foram: envelhecimento administração pública e o termo envelhecimento gestão pública. Os filtros de busca foram frase exata, qualquer palavra, todas as palavras. As áreas de concentração foram sendo alternadas, assim como os anos de existência dos grupos. Como houve uma escassez de resultados (n=0) foi realizada uma segunda busca.

Para a segunda busca foram utilizados os termos: envelhecimento, Gerontologia, Geriatria, idoso e velhice. Cada termo foi pesquisado separadamente dos demais, ainda assim utilizou-se como filtro busca pela palavra exata.

A busca foi aplicada nos campos: Nome do grupo, nome de linhas de pesquisa, palavra chave da linha de pesquisa. Foi permitida a amostragem de grupos tanto certificados, como não atualizados.

Quanto aos filtros selecionou-se: grupos de todas as regiões, anos de existência dos grupos de pesquisa com menos de um ano, de 1 a 4, 5 a 9, 10- 14 anos 15 anos ou mais.

Foi selecionado também, filtro para área do conhecimento e setor de aplicação selecionou-se as grandes áreas (ciências biológicas, humanas, saúde e sociais aplicadas alternadamente), em todas as áreas de conhecimento, todos os setores de aplicação e todas as formações acadêmicas de recursos humanos.

Como critério para caracterizar o grupo de pesquisa sobre envelhecimento humano como específico ou não específico, considerou-se como específico os grupos que tinham 50% ou mais das linhas de pesquisa tratando da temática do envelhecimento humano.

A seleção dos grupos de pesquisa de universidades federais (n= 260) e sua caracterização foi feita manualmente.

Todos os dados dos grupos de pesquisa foram incluídos em planilha no programa *Excel* para *Windows*.

Quanto aos dados das revistas interdisciplinares e de administração qualis A1 e A2 optou-se por esta escolha, pois se considerou que as áreas interdisciplinar e de administração eram as opções mais adequadas, pois englobam tanto a interdisciplinaridade da área da Gerontologia e da gestão pública, como também, fornece a possibilidade de identificar produções científicas que abordem especificamente do envelhecimento humano no âmbito da administração, tema de interesse deste estudo. Além disso, considerou-se pertinente esta escolha, pois o Programa de Pós Graduação onde este trabalho se desenvolve está vinculado, segundo a CAPES, a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

Segundo a CAPES (2015) qualis é um procedimento que afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos.

A classificação de periódicos e eventos é avaliada e atualizada anualmente. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero (CAPES, 2015).

Foram escolhidos os qualis A1 e A2 neste estudo, pois se faz interessante identificar a produção científica de qualidade mais elevada realizada no Brasil.

Abordam-se primeiramente informações sobre a busca dos dados dos grupos de pesquisa.

Inicialmente, os termos de busca foram: envelhecimento administração pública e o termo envelhecimento gestão pública. Os filtros de busca foram frase exata, qualquer palavra, todas as palavras. As áreas de concentração foram sendo alternadas, assim como os anos de existência dos grupos. Como houve uma escassez de resultados (n=0) foi realizada uma segunda busca com o termo envelhecimento.

Todos os dados foram sistematizados no programa *Excel* para *Windows*.

### 5.3 Análise dos dados

Para a análise dos dados deste estudo, se utilizou das ferramentas disponíveis no *Excel*.

Referente aos procedimentos de análise foram organizadas em tabela *Excel* as informações dos grupos de pesquisa encontrados, e a partir desta tabela principal cada variável foi separada em um arquivo próprio para facilitar a análise.

Foram analisados sobre os grupos de pesquisa: total de grupos de pesquisa (específicos e não específicos sobre envelhecimento humano), anos de existência dos grupos de pesquisa, distribuição destes grupos nas áreas de concentração, área predominante dos grupos de pesquisa por área de concentração, distribuição dos grupos por região geográfica, distribuição dos grupos de pesquisa por unidade federativa gênero dos líderes dos grupos de pesquisa, total de linhas de pesquisa (específicas e não específicas sobre envelhecimento humano), total de instituições parceiras por área de concentração e total de recursos humanos por área de concentração.

Os critérios de exclusão para levantamento dos grupos de pesquisa foram: Não pertencer a uma universidade federal.

O processo para análise da produção científica foi similar ao utilizado para a análise dos grupos de pesquisa. Neste caso, os artigos foram classificados como específicos em português, não específicos em português, específicos internacionais, não específicos internacionais, total de autores por artigo e período de publicação. Foram considerados não específicos os artigos que não tratavam do tema envelhecimento humano. Para identifica-los como não específicos observou-se se os descritores envelhecimento, idoso ou velhice estavam

contidos no título do artigo e se o contexto do artigo se tratava do processo de envelhecimento humano.

#### 5.4 Limitações do método:

Algumas limitações para o desenvolvimento do estudo foram a escassez de resultados sobre as buscas com os termos de busca envelhecimento e gestão pública e envelhecimento administração pública, o filtro para a busca das palavras chave nas revistas científicas foram palavras no título e/ou palavras no assunto, por fim os grupos de pesquisa selecionados são apenas os existentes em Universidades Federais brasileiras (n=62) limitando o “n” total de grupos de pesquisa com o termo de busca envelhecimento.

## 6. Resultados e discussão:

### 6.1 Grupos de pesquisa das Universidades Federais:

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos das informações sobre grupos de pesquisa de universidades federais contidas no Diretório de grupos de pesquisa no Brasil.

Desta forma, a tabela 1 apresenta o total de grupos de pesquisa encontrados em cada área de concentração:

Tabela 1: Total de grupos de pesquisa de Universidades Federais cadastrados no DGP encontrados a partir dos termos de busca.

<b>Área de concentração</b>	<b>Grupos (Total)</b>	<b>Grupos específicos</b>	<b>Grupos não específicos</b>
<b>Ciências biológicas</b>	29	2	27
<b>Ciências humanas</b>	31	9	22
<b>Ciências sociais aplicadas</b>	20	6	14
<b>Ciências da saúde</b>	180	49	131

Foram encontrados no total 260 grupos de pesquisa a partir dos termos de busca: envelhecimento, geriatria, gerontologia, velhice e idoso. Deste total, 66 grupos tratam especificamente do tema envelhecimento humano e 194 não tratam especificamente desta temática.

Vale destacar que grande parcela da produção científica brasileira sobre envelhecimento não pode ser qualificada como gerontológica, pois são estudos que se encontram conceitual e metodologicamente situados em outras áreas de conhecimento; e nem tampouco seus autores seriam identificados como geriatras ou gerontólogos (PRADO; SAYD, 2006).

Fica clara a predominância das ciências da saúde entre os grupos que se voltam para o estudo do envelhecimento humano. No estudo de Prado e Sayd (2004) também se evidenciou a representatividade predominante da área das ciências da saúde.

Vale destacar que o CNPq atualiza sua “Árvore do Conhecimento” e, por exemplo, na área das Ciências da Saúde existem muitas subdivisões, com um total de 73 áreas predominantes, porém destas não consta a área da Geriatria, tampouco a Gerontologia, apesar de ambas terem surgido em tempos semelhantes. Mais complexa ainda é a Gerontologia, pois, embora grande parte dos estudos sobre o envelhecimento se encontrarem na área da saúde, outras áreas como ciências humanas, ciências Sociais aplicadas também têm relevante participação (ALMEIDA, et al, 2012).

Deste modo, o uso de descritores da área da gerontologia não é suficiente para identificar todos os grupos de pesquisas que realmente referem-se ou se concretizam dentro da gerontologia.

Pode-se dizer que expressivo número de grupos de pesquisa com importante produção na própria área não indicam na sua denominação a palavra “gerontologia” ou até mesmo os termos de busca utilizados nesta busca, fazendo com que ocorra uma perda significativa do total de produções e, ao mesmo tempo, perde-se a visibilidade do que a área produz realiza no campo da produção de conhecimentos (ERDMANN; LANZONI, 2008).

VALADARES, VIANNA E MORAES (2013 p. 60) apresentaram os seguintes fatores para justificar, nos campos da pesquisa e do ensino, o atraso na construção do conhecimento em Gerontologia: “A importância que a medicina ou, mais especificamente, a geriatria, teve durante muito tempo sobre os demais campos da gerontologia, dificuldade de a gerontologia se firmar como disciplina ou mesmo ciência e, com isso, poder definir um campo de atuação e de construção de conhecimentos e resistência à realização de investigação com caráter interdisciplinar”.

A grande amplitude de áreas do conhecimento as quais estão ligados os grupos de pesquisa voltados para o envelhecimento humano corresponde a um achado importante, confirmando as indicações de estudos anteriores que registram teses e dissertações provenientes de programas de pós-graduação inscritos em grande diversidade de áreas e qualificando os registros acerca do amplo leque de abordagens que marca este objeto de estudo (PRADO; et al.,1999; PRADO E LIMA, 2000 apud PRADO, SAYD, 2004).

O censo do ano de 2010, disponível no site do CNPQ, apontou a existência de 27.523 grupos de pesquisas cadastrados no Diretório dos grupos de pesquisa do Brasil. Estes grupos

estão vinculados a grandes áreas, que são: ciências agrárias (n= 2.699), ciências biológicas (n=3.108), ciências exatas e da terra (n=2.934), ciências humanas (5.387), ciências da saúde (4.573), ciências sociais aplicadas (3.438), engenharias (3.548) e linguística, letras e artes (1836).

Segundo Chiarini e Vieira (2012) a alocação de recursos financeiros dedicados à pesquisa apresenta especial concentração em *hard sciences* que seriam áreas de engenharia e ciências exatas, entretanto há um maior total de recursos humanos agrupados nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes (*soft sciences*). Essa desconexão entre alocação de recursos financeiros e recursos humanos atinge diretamente a capacidade de inovação do país e dessa forma, é possível que as universidades brasileiras não estejam formando recursos humanos suficientes para competir em mercados avançados em ciência e tecnologia.

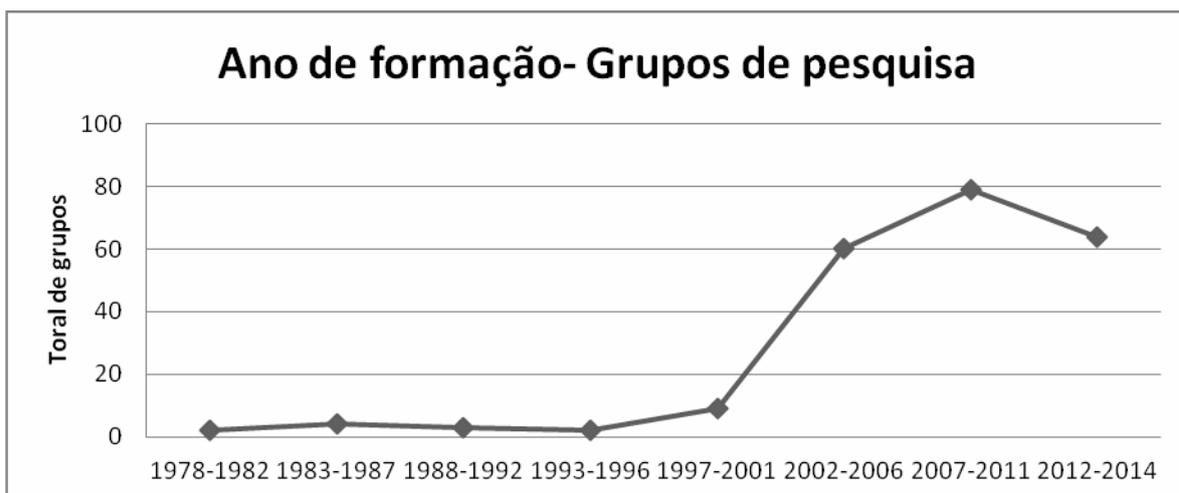
A tabela 2 permite a visualização da distribuição destes grupos de pesquisa por termos de busca nas áreas de concentração. Os grupos contabilizados no termo de busca envelhecimento que se repetiram nas buscas posteriores com outros termos não foram contabilizados novamente.

Tabela 2: Distribuição dos grupos de pesquisa por área de concentração e termo de busca:

<b>Termo de busca</b>	<b>Ciências biológicas</b>	<b>Ciências humanas</b>	<b>Ciências sociais aplicadas</b>	<b>Ciências da saúde</b>
<b>Envelhecimento</b>	20	19	16	120
<b>Gerontologia</b>	0	1	2	11
<b>Geriatria</b>	0	1	0	6
<b>Idoso</b>	7	9	1	23
<b>Velhice</b>	0	3	1	20

O gráfico a seguir apresenta o período de formação dos grupos de pesquisa. É possível notar que os primeiros grupos de pesquisa sobre envelhecimento nas universidades federais foram criados entre o fim da década 70, porém apenas no fim dos anos 90 é que há um salto quantitativo na criação de grupos de pesquisa.

Gráfico 1: Período de criação dos grupos de pesquisa:



Nesta busca, detectou-se como primeiro grupo de pesquisa criado, no ano de 1978, o grupo nomeado “Epidemiologia de Doenças Infecciosas e Parasitárias” da Universidade Federal de Minas Gerais, com predominância na área de saúde coletiva.

Segundo Prado e Sayd (2004) um importante desenvolvimento acadêmico ocorreu no Brasil a partir da ampliação dos programas de pós-graduação e a elevação na titulação do corpo docente das universidades o que resultou em um aumento no número de grupos de pesquisa e da produção de conhecimento. Segundo as autoras, a própria ideia de formação de grupos de pesquisa pelo CNPq faz parte desse processo.

Porém, é importante se levar em consideração ao se analisar os dados que o fato de um determinado grupo de pesquisa ter sido criado, por exemplo, na década de 1970 não significa que esses pesquisadores iniciaram seus estudos nesse momento; nos setores com maior história e tradição de geração de conhecimento, a pesquisa científica pode ser muito anterior à formação dos grupos (PRADO; SAYD, 2004).

Analisando o gráfico, percebe-se que houve um aumento à criação dos grupos de pesquisa por volta dos anos 90, atingindo seu auge ente os anos 2007 a 2011.

Segundo Borges et.al (2012) o aumento do interesse em pesquisas com idosos ocorreu pela necessidade da busca por soluções para as demandas incididas por conta do envelhecimento populacional, bem como a criação de linhas de pesquisa relacionadas ao envelhecimento nos programas de Pós-Graduação, fato o qual pode ter contribuído para o aumento dos grupos de pesquisa nesse período.

Além disso, em 2004 a estabilidade do investimento em pesquisas foi de 1% do PIB, cooperando para o avanço da ciência no país e favorecendo a expansão das iniciativas das agências de financiamento como o CNPq e a CAPES (BORGES, et.al; 2012).

Segundo Valadares, Vianna e Moraes (2013) a gerontologia se insere, lentamente no cenário acadêmico no século XX e com mais vigor no século XXI, gradativamente encampando os focos de estudo dos grupos de pesquisa no Brasil.

O interesse pelo envelhecimento é influenciado pelo Estado, indústria e público, o que faz com que a gerontologia corra o risco de ser considerada ideológica. Um projeto político para inclusão da gerontologia como campo do conhecimento científico seria a proposição dela como uma ciência técnica valorizando seu caráter intervencionista sobre os idosos. No entanto, segundo os autores, esta proposição dificilmente atrairá pesquisadores de ponta e financiamentos relevantes. (DEBERT, 1999; PRADO E SAYD; 2007; ALMEIDA, et.al, 2012)

A tabela a seguir apresenta o total de linhas de pesquisa por área de concentração (n= 1313), apresenta também quantas são específicas sobre envelhecimento humano (n= 265) e quantas não são específicas (n= 1048), a média do total de linhas de pesquisa é de cinco linhas por grupo, e se considerarmos apenas a média das linhas específicas sobre envelhecimento humano seria de 1,01 linhas específica por grupo.

Ao lado, na tabela, se apresenta a porcentagem de ambas referente ao total de linhas de pesquisa da área de concentração. A área das ciências biológicas é a área com menor concentração de linhas de pesquisa específicas (n=9,4%) e a área de ciências sociais aplicadas é a área com maior concentração de linhas de pesquisa específicas (n=25,6%).

Tabela 3: Total de linhas de pesquisa por área de concentração:

Área de concentração	Linhas de pesquisa total	Linhas de pesquisa específicas	%	Linhas de pesquisa não específicas	%
Ciências biológicas	170	16	9,4	154	90,5
Ciências humanas	154	37	24,1	117	75,9
Ciências sociais aplicadas	117	30	25,6	87	74,4
Ciências da saúde	872	182	20,9	690	79,1

Pedroso e Diehl (2012) apontam também a clara liderança das ciências da saúde. Segundo os autores, a predominância dessa ciência está em parte relacionada com algum grau de interesse de cunho nacional, como políticas e intervenções (PEDROSO, 2013).

Nesse sentido, concorda-se com Silva (2013), o qual acredita que a área de concentração dos grupos de pesquisa ser significativamente maior na área da saúde pode se dar ao fato de que o envelhecimento populacional em nível mundial é atribuído aos avanços da medicina, sendo assim, uma possível explicação para a maior concentração de pesquisadores interessados no processo de envelhecimento humano estar concentrados nesta grande área.

Acredita-se que com o decorrer do tempo as questões relacionadas à saúde pública constituirão em constituir um problema para o poder público. Faz-se necessário, além da perspectiva adotada, que as ações dos profissionais sejam dirigidas à transformação da realidade, não apenas enfocando a velhice, mas também todas as fases da vida, com uma visão de prevenção de doenças e promoção da saúde (BEZERRA, 2012).

Cabe aqui ressaltar que a característica interdisciplinar que a temática do envelhecimento humano permite que profissionais e pesquisadores de diversas áreas possam contribuir nesta perspectiva, de forma que outras questões, além da saúde da pessoa idosa, possam ser devidamente exploradas.

A tabela a seguir apresenta o total de grupos de pesquisa por área predominante em cada grande área de concentração.

No momento de preenchimento dos formulários que compõem a caracterização do Diretório dos Grupos de Pesquisa, o líder indica qual a grande área de concentração e uma área predominante dentro desta determinando assim a posição do grupo na árvore do conhecimento.

Neste estudo, a área predominante com maior quantidade de grupos na área das ciências biológicas é a área da morfologia (n=6) e imunologia (n=6). Quanto à área das ciências humanas, a área predominante com maior número de grupos é a área de psicologia (n=16), na área das ciências sociais aplicadas a área predominante é serviço social (n=9), e por fim, na área da saúde a área predominante com mais grupos concentrados é medicina (n=39).

Tabela 4: Total de grupos de pesquisa por área predominante:

<b>Ciências biológicas</b>	<b>Total</b>	<b>Ciências humanas</b>	<b>Total</b>	<b>Ciências sociais aplicadas</b>	<b>Total</b>	<b>Ciências da saúde</b>	<b>Total</b>
<b>Morfologia</b>	6	Psicologia	16	Serviço social	9	Medicina	39
<b>Imunologia</b>	6	Educação	9	Desenho industrial	2	Saúde coletiva	35

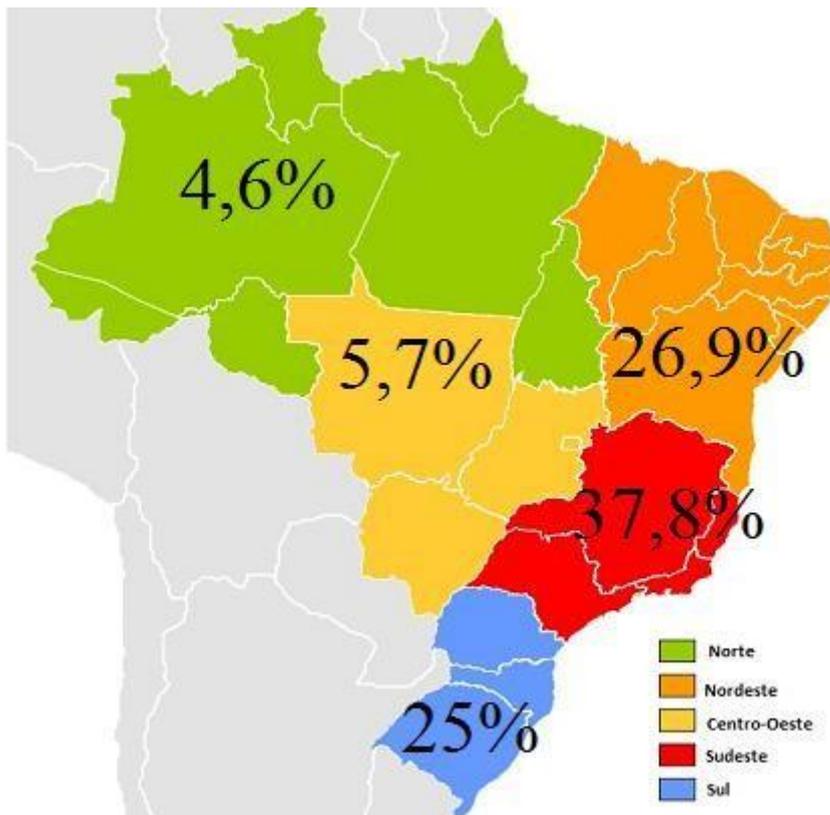
<b>Farmacologia</b>	5	Sociologia	4	Planejamento urbano e regional	2	Enfermagem	33
<b>Fisiologia</b>	3	Antropologia	3	Economia	2	Educação física	24
<b>Genética</b>	3			Direito	2	Fisioterapia e terapia ocupacional	16
<b>Bioquímica</b>	2			Demografia	3	Nutrição	12
<b>Microbiologia</b>	1					Odontologia	10
<b>Biofísica</b>	1					Fonoaudiologia	7
						Farmácia	5

Como apontado anteriormente, não existe ainda no DGP a opção geriatria e/ou gerontologia como área predominante e área de conhecimento.

Como solução, Prado e Sayd (2009) sugerem que a Tabela de Conhecimentos do CNPq poderia incluir campos multidimensionais (multidisciplinares), na qual além de identificar manualmente um campo predominante, seria possível também, indicar um campo em interação. Assim, seria possível inserir a imagem, multidimensional da Geriatria e da Gerontologia e da Biogerontologia, tanto nos estudos do envelhecimento, como sobre toda a região dos conhecimentos e saberes multidisciplinares.

Quanto à região geográfica, visualiza-se na ilustração abaixo a porcentagem to total de grupos de pesquisa em cada região brasileira.

Figura 2: Concentração dos grupos de pesquisa por região no Brasil



Em ordem decrescente, a região que possui maior quantidade de grupos de pesquisa é a região sudeste (n=98), seguida da região nordeste (n=70), sul (n=65), centro oeste (n=15) e norte (n=12).

No estudo de Prado e Sayd (2004) que também analisou grupos de pesquisa sobre o envelhecimento humano, os resultados corroboram quanto à ordem das regiões. A região Sudeste contou com 59,7% dos grupos de pesquisa, a região Sul 21,5% dos grupos, a região Nordeste 13,9%, a região Centro-Oeste com 4,9% não havendo registro de grupos na região Norte (PRADO E SAYD, 2004).

Em estudo mais recente, de Valadares, Vianna e Moraes (2013) as regiões geográficas brasileiras que apresentaram maior número de GPs com os termos envelhecimento, velhice, gerontologia e idoso, em ordem decrescente, foram: Sudeste, com 36,91%; Sul, com 29,75%; Nordeste, com 22,04%; Centro-Oeste, com 8%; e Norte, com 3,30%.

O fato da discrepância da concentração de grupos de pesquisa por região brasileira é explicada por Valladares Vianna e Moares (2013 p. 125):

“A criação dos GPs com a temática do envelhecimento teve aumento significativo na primeira década do século XXI, e continuou a crescer a partir de 2010, acompanhando a implantação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto*

*Sensu* na área gerontológica. Assim, entende-se que, mesmo tendo os GPs influenciado a criação dos PPGs, estes últimos mantiveram e ampliaram a motivação para o estudo, focando as pesquisas principalmente nas áreas de Saúde Coletiva, Enfermagem e Educação Física. O pioneirismo das regiões Sul e Sudeste nas pesquisas gerontológicas pode ser considerado como fator motivador para a grande concentração de GPs nesta área. Enfatadamente, as regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentam menor número de GPs específicos e, nestas regiões, somente o Distrito Federal possui o PPG em Gerontologia na Universidade Católica de Brasília (UCB-DF), criado em 2003 na categoria de mestrado, com 142 dissertações defendidas. Os avanços científicos e a implantação de PPGs nas IES das regiões Sul e Sudeste, citados por Zorzetto *et al.* (2006), explicam a discrepância na concentração de GPs em gerontologia por todo o Brasil.”

Além da influência dos programas de graduação e pós-graduação, Wong (2006) aponta que o processo de transição da estrutura etária está ocorrendo no Brasil de forma extremamente rápida e em todas suas regiões. Esta simultaneidade ocorre num contexto regional caracterizado por história e cultura de extremas desigualdades socioeconômicas e geográficas.

Algumas regiões brasileiras já começaram a perceber e pensar em alternativas específicas para promoção do envelhecimento, pois em alguns momentos as políticas já existentes não são suficientes, devido à realidade de cada região. No Paraná (Sul), por exemplo, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social mostra-se empenhada no que diz respeito ao reordenamento político, jurídico e administrativo da Política de Assistência Social, e tenta buscar respostas efetivas às necessidades e demandas da população idosa, no que diz respeito à comunidade, órgãos públicos, entidades privadas e organizações sociais (LUZ, 2009).

Em São Paulo (Sudeste) aderiu-se o programa “Cidade amiga do idoso” o qual propõe o envolvimento de toda a população do Estado, em suas diversas faixas etárias e grupos culturais, e une iniciativas de entidades e órgãos públicos e privados na criação de uma comunidade verdadeiramente amiga do idoso (OMS, 2008).

As diferentes realidades regionais e sociais presentes no Brasil são alguns exemplos de temas que necessitam de atenção dos estudiosos, pois estas diferenças precisam ser levadas em consideração no momento de elaboração das políticas públicas para envelhecimento populacional ativo, pois cada região possui suas especificidades.

Identificou-se neste estudo a relação de instituições de ensino superior federal onde os grupos estão inseridos. A tabela a seguir apresenta as siglas das instituições, assim como o total de grupos existentes em cada uma delas por área de concentração.

Tabela 5: Total de grupos de pesquisa por instituição federal:

<b>Instituição (Sigla)</b>	<b>Ciências biológicas</b>	<b>Ciências humanas</b>	<b>Ciências sociais aplicadas</b>	<b>Ciências da Saúde</b>	<b>Total</b>
<b>UFRGS</b>	3	6	0	10	19
<b>UFPB</b>	2	2	0	11	15
<b>UFSCar</b>	2	2	1	10	15
<b>UFMG</b>	1	1	5	7	14
<b>UFSM</b>	1	2	4	7	14
<b>UFRJ</b>	1	1	0	9	11
<b>UFF</b>	2	1	1	5	9
<b>UFPE</b>	2	0	1	6	9
<b>UNIFESP</b>	1	0	0	8	9
<b>UFMS</b>	0	0	1	8	9
<b>UFES</b>	0	1	1	6	8
<b>UFAL</b>	0	1	0	5	6
<b>UFG</b>	1	1	0	4	6
<b>UFBA</b>	0	0	0	6	6
<b>UFPR</b>	1	1	0	4	6
<b>UFJF</b>	0	1	0	5	6
<b>UFMT</b>	0	0	0	6	6
<b>UFCSPA</b>	1	0	0	5	6
<b>UFSC</b>	0	2	0	4	6
<b>UFRN</b>	2	1	1	2	6
<b>UFPI</b>	0	1	2	3	6
<b>UFTM</b>	0	1	0	4	5
<b>UFPA</b>	0	2	0	3	5
<b>UFVJM</b>	0	0	1	3	4
<b>UNIPAMPA</b>	1	0	0	3	4
<b>UFT</b>	0	1	0	3	4
<b>UFRB</b>	1	0	1	2	4
<b>UNIRIO</b>	1	1	0	2	4
<b>UFAC</b>	1	1	0	1	3
<b>UNIVASF</b>	1	0	0	2	3
<b>UFMA</b>	0	0	1	2	3
<b>UFU</b>	1	1	0	1	3
<b>FURG</b>	0	2	0	1	3
<b>UFC</b>	0	0	0	3	3
<b>UFAM</b>	0	0	1	2	3
<b>UFSJ</b>	0	0	0	2	2
<b>UFS</b>	0	0	0	2	2

<b>UFRRJ</b>	0	1	0	1	2
<b>UFPEL</b>	1	0	0	1	2
<b>UNIFAL</b>	1	0	0	1	2
<b>UFABC</b>	0	0	0	1	1
<b>UFV</b>	0	0	0	1	1
<b>UTFPR</b>	0	0	1	0	1
<b>UFOP</b>	0	0	0	1	1
<b>UFGD</b>	0	0	0	1	1
<b>UFCCG</b>	0	0	0	1	1
<b>UFLA</b>	0	0	0	1	1

Das 62 instituições de ensino superior federal, 48 delas possuem um ou mais grupos de pesquisa que tratam sobre o tema do envelhecimento humano. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é a instituição que possui maior quantidade de grupos de pesquisa inseridos (n=19). Em média, cada instituição possui cinco grupos de pesquisa.

O grupo de pesquisa que possui maior quantidade de linhas de pesquisa sobre envelhecimento humano é o Grupo de Pesquisa em Neurociência e Neuropsicologia – GpeNN da Universidade Federal de Alagoas, criado em 2013. O grupo possui sete linhas de pesquisa específicas e uma não específica, concentrado na área de ciências humanas, com área predominante em Psicologia.

Em relação ao índice de recursos humanos (RH), nota-se que a maior quantidade de RH possui nível de formação doutorado (n= 2129), seguido de graduação (n=1229) outros tipos de formação (n= 1122), mestrado (n=872), especialização (n= 210) e mestrado profissionalizante (n=28), totalizando 5.592 recursos humanos envolvidos com os grupos de pesquisa.

Inserem-se em nível “outros” recursos humanos técnicos e alunos de ensino médio. A tabela abaixo apresenta o total de recursos humanos e nível de formação por área de concentração.

Tabela 6: Nível de formação dos recursos humanos dos grupos de pesquisa:

Nível de formação	Ciências biológicas	Ciências humanas	Ciências sociais aplicadas	Ciências da saúde
Doutorado	260	244	147	1478
Mestrado	63	135	62	614
Especialização	11	14	11	174
Graduação	118	104	65	942
Mestrado profissionalizante	0	1	4	23
Outros	129	108	39	846
TOTAL	581	606	328	4077

A área de concentração da ciência da saúde é a área, onde há mais recursos humanos inseridos, representando 77% do total de RH dos grupos de pesquisa explorados neste estudo.

Prado e Sayd (2004) chamam atenção para o fato de que, uma mesma linha de pesquisa se refere a vários temas, entre os quais, algum respectivo ao envelhecimento. Dessa forma, não é possível saber quantos e/ou quais pesquisadores trabalham com envelhecimento humano, e assim sendo acredita-se que o número de pesquisadores pode estar superestimado.

Porém, as autoras discutem também que existem grupos que trabalham com temas relativos ao envelhecimento e que não foram contabilizados, pois não possuem as palavras-chave de cada estudo, como por exemplo, o caso de pesquisadores que estudam doenças crônicas e degenerativas, altamente associadas à velhice, ao processo de envelhecimento humano. Por esse ângulo, o total de recursos humanos estariam subestimados e, da mesma forma, não há parâmetros para dimensionar esse acontecimento (PRADO; SAYD, 2004).

Para Erdmann e Lanzoni (2008, p. 321), “os grupos de pesquisa constituem-se no locus de produção de conhecimentos e formação de recursos humanos em pesquisa”.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de parâmetros para investigar a real quantidade de recursos humanos envolvidos nos grupos de pesquisa sobre envelhecimento humano.

A tabela a seguir apresenta o total de líderes dos grupos de pesquisa, e seus respectivos gêneros.

Tabela 7: Gênero dos líderes dos grupos de pesquisa:

<b>Gênero</b>	<b>Ciências biológicas</b>	<b>Ciências humanas</b>	<b>Ciências sociais aplicadas</b>	<b>Ciências da saúde</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Feminino</b>	16	20	10	123	169
<b>Masculino</b>	11	12	8	60	91

Percebe-se através dos resultados que o 65% do total de líderes de pesquisa são do gênero feminino enquanto 35% pertencem ao gênero masculino.

Uma possível explicação seria a predominância das mulheres em algumas áreas de concentração, principalmente na área da saúde. Um exemplo desta realidade é o estudo de Blay (2002), onde foi feito o levantamento do gênero dos egressos da Universidade de São Paulo nos cursos de enfermagem, farmácia, educação, saúde pública, odontologia e psicologia e constatou-se que 76% pertencem ao gênero feminino, e 24% ao gênero masculino.

Segundo Blay (2002) a questão do gênero nas universidades ainda possui um cenário sofisticado de divisão sexual entre carreiras. O campo científico ainda é sexuado e retransmite experiências e obstáculos que homens e mulheres enfrentam na sociedade e na comunidade científica.

A tabela a seguir apresenta o total de instituições parceiras por área de concentração:

Tabela 8: Total de instituições parceiras por área de concentração:

<b>Área de concentração</b>	<b>Total de instituições parceiras</b>
Ciências biológicas	13
Ciências humanas	3
Ciências sociais aplicadas	6
Ciências da saúde	82

No total, 104 instituições vinculadas aos grupos de pesquisa. Destas instituições, a grande maioria são universidades públicas, porém encontraram-se também parcerias com empresas privadas, prefeituras municipais, laboratórios e etc.

Vale destacar que a parceria entre instituições e empresas possuem muitas vantagens para ambas.

Brisolla et al. (1997) apresenta algumas razões de estímulo à aproximação entre empresas e universidades como: o aumento crescente de custos em pesquisa e desenvolvimento tanto para as pesquisas acadêmicas como nas indústrias de pesquisa e

desenvolvimento; a redução de recursos governamentais para a pesquisa universitária, associada às mudanças nas políticas governamentais, contribuiu para que pesquisadores buscassem novas fontes de apoio; um novo paradigma científico que emergiu nos anos 80 aproximou os campos da inovação e da aplicação tecnológica; a disseminação da busca de novas formas organizacionais para aproximar empresas e universidades, em razão dos resultados obtidos por universidades referenciais; necessidade de maior interdisciplinaridade e adequação ao contexto globalizado para a solução de problemas industriais, os quais têm intensificado a colaboração entre diferentes agentes econômicos e levado à estruturação de redes e convênios.

Em seu conjunto, a análise dos dados apresentados aponta a escassez da temática gestão pública e envelhecimento, a qual não está sendo desenvolvido diretamente por grupos de pesquisa de universidades federais, baseado nos registros de grupos de pesquisa do Diretório de grupos de pesquisa CNPq, e com os termos de busca utilizados, porém há um considerável número de recursos humanos desenvolvendo pesquisas em diversas áreas do envelhecimento humano, com grande predominância na área da saúde.

Segundo Guariento et al. (2011) pesquisas de natureza longitudinal ou envolvendo sequencia de cortes são metodologicamente mais adequadas para que se chegue a conclusões mais validas sobre as mudanças individuais, e não individuais que caracterizam a velhice e o envelhecimento, porém, seus altos custos e a reivindicação de uma estrutura estável de pesquisadores e teóricos dificulta sua implementação em países com pouca tradição de pesquisa e de financiamento à pesquisa. Caso estas pesquisas forem interdisciplinares, o que seria ideal, elas aumentam as exigências para o grupo de pesquisadores, em termos de número, integração e interatividade.

Desta forma, a formação de grupos transnacionais e a institucionalização da cooperação internacional aparecem como soluções desejáveis e favoráveis (GUARIENTO et al; 2011).

A partir da discussão apresentada acima, aponta-se que é preciso que a questão da gestão pública e do envelhecimento humano seja incluído e desenvolvido nos grupos de pesquisas de universidades federais, a fim de que sejam realizados estudos longitudinais e em diferentes contextos que reforce a produção bibliográfica conciliando as questões do envelhecimento e gestão pública (LOCATELLI, 2013).

## 6.2 Revistas brasileiras interdisciplinares e de administração qualis A1 e A2:

Neste segundo momento apresenta-se um breve processo exploratório das revistas interdisciplinares e de administração qualis A1 e A2 como apontado anteriormente.

Para Mugnaini et al. (2004) as atividades de produção de indicadores quantitativos em ciência, tecnologia e inovação fortalecem o país, com o reconhecimento da necessidade, por parte dos governos federal e estaduais e da comunidade científica nacional, de dispor de instrumentos para definição de diretrizes, alocação de investimentos e recursos, formulação de programas e avaliação de atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Apresenta-se na tabela a seguir a representação percentual de revistas brasileiras qualis A1 e A2 interdisciplinares e de administração, considerando todas as revistas destas categorias apresentada pela lista da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES).

Tabela 9: Total de revistas brasileiras qualis A1 e A2 interdisciplinares e de administração:

Revistas	Total	Brasileiras	%
Interdisciplinares qualis A1	644	41	6,3
Interdisciplinares qualis A2	1.173	162	13,8
Administração qualis A1	122	2	1,6
Administração qualis A2	123	30	24,3

Vê se que estas revistas representam um total de 2.062, sendo destas 235 brasileiras, as quais representam 11,3% do total de revistas destas áreas e nestes qualis.

A partir das revistas brasileiras foi realizado o levantamento da produção científica com o termo de busca gestão pública e envelhecimento, e administração pública e envelhecimento nas revistas interdisciplinares e de administração. Por conta da escassez de resultados utilizou-se apenas o termo de busca envelhecimento.

Deste modo, os artigos encontrados foram segregados em específicos do envelhecimento humano e não específicos, tanto em português quanto em língua estrangeira.

Tabela 10: Distribuição dos artigos científicos por qualis:

Revista (Área)	Qualis	Específicos português	Não específicos português	Específicos inglês/espanhol	Não específicos inglês/espanhol	Total
Administração	A1	61	0	18	0	79
Administração	A2	36	4	15	0	55
Interdisciplinar	A1	10	2	4	1	17
Interdisciplinar	A2	224	41	38	10	313

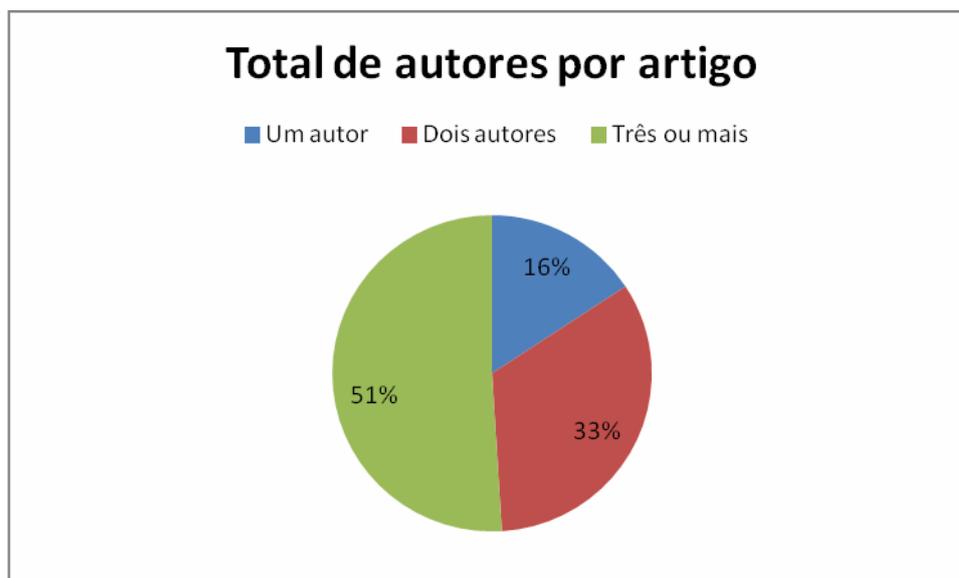
É possível visualizar que no qualis interdisciplinar A2 é encontrado a maior quantidade de artigos que abordam a temática do envelhecimento humano (n=313) sendo destes 262 específicos sobre envelhecimento humano, muito possivelmente pelo seu caráter interdisciplinar, e por ser o qualis onde há maior quantidade de revistas (n= 32).

Das 235 revistas pertencentes à área interdisciplinar e administração qualis A1e A2, 55 delas apresentaram resultados referente a busca de produção científica com o termo de busca envelhecimento. Desse modo, foram identificados 464 artigos e, com a utilização dos critérios de exclusão (não específicos), foram eliminados 58 artigos no momento da análise.

Desse modo, a amostra do estudo contou com 406 artigos para análise.

A tabela a seguir apresenta o total de autores por artigo específico sobre envelhecimento humano.

Gráfico 2: Quantidade de autores por artigo científico



Vê-se que em mais da metade dos artigos possuem três autores ou mais. Não foi encontrado na literatura estudos que abordem informação semelhante, impossibilitando uma possível comparação para análise e discussão. O fato da maioria dos artigos científicos encontrados possuírem mais de um autor pode estar ligado ao caráter interdisciplinar do envelhecimento humano, fazendo-se interessante que haja diferentes visões e contribuições sobre uma mesma temática.

Apresenta-se a seguir o período de publicação dos artigos encontrados:

Tabela 11: Período de publicação dos artigos

<b>Período de publicação</b>	<b>Administração qualis A1</b>	<b>Administração qualis A2</b>	<b>Interdisciplinar qualis A1</b>	<b>Interdisciplinar qualis A2</b>
<b>1980-1990</b>	6	0	0	4
<b>1991-2000</b>	10	5	0	11
<b>2001-2010</b>	47	23	7	157
<b>2011-2014</b>	16	23	7	90

Vê-se que no período de 2001 a 2010 houve um expansivo aumento na quantidade de artigos publicados em todas as revistas pesquisadas.

Este período se aproxima também do período de maior criação de grupos de pesquisa (2007-2011), portanto as razões para o aumento da quantidade de publicação podem ser as mesmas que de criação dos grupos de pesquisa, ou seja, a criação dos Programas de Pós Graduação em Gerontologia e dos cursos de Graduação em Gerontologia e aumento do interesse por parte dos pesquisadores por conta dos fenômenos da pirâmide etária.

Analisando o conjunto de informações, é possível verificar o considerável aumento de produção científica encontrada, e neste caso todos os qualis pesquisados apresentaram resultados.

No primeiro momento da busca, todos os qualis obtiveram resultados nulos, e em um segundo momento, com a inclusão do termo de busca envelhecimento encontrou-se no qualis interdisciplinar A1 e A2 um total de 406 artigos relacionados ao envelhecimento humano.

O fato do pouco movimento de exploração do envelhecimento pela área da gestão pública é preocupante para o Brasil, o qual passa por um momento de transformação que acarretará maior número de pessoas idosas, sendo um desafio para esta área.

Fato que pode ser comprovado no estudo de Locatelli (2013) a qual demonstra que em aproximadamente dez anos depois da pesquisa de Prado e Sayd (2004) intitulada “A pesquisa

sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa”, o envelhecimento populacional ainda representa um fenômeno pouco explorado pela administração.

Freitas et al. (2002) ressalta a importância de evidências das pesquisas sobre a velhice, no Brasil, com enfoque gerontológico, reafirmando a necessidade de investigações, visando reformular as representações sobre o envelhecimento no país. Ressalta também a importância das pesquisas voltadas para o entendimento do processo de envelhecer e que investir em pesquisas com essa temática favorece emergir as lacunas existentes nas políticas públicas e ações da sociedade.

Como abordaram Leme e Carvalho Filho (1998) o envelhecimento é um fenômeno predominantemente urbano, e o aumento da expectativa de vida não aumentou em harmonia com o declínio das taxas de fecundidade e melhorias sociais, demonstrando que o Brasil não está amadurecido para acolher esta mudança na pirâmide populacional.

O declínio da fecundidade ocorreu num ritmo acelerado, gerando no país uma população mais jovem que a população dos países desenvolvidos. Este fato leva a um estreitamento contínuo da base da pirâmide populacional e constante envelhecimento da população (LUZ, 2009).

No estudo de Prado e Sayd (2004) foi feito um levantamento sobre a produção de conhecimento quanto ao envelhecimento e saúde no Brasil no período de 1980 a 2002. Os registros bibliográficos das Bases de dados Lilacs, BVSE e SciELO.

Foi identificado 3.705 publicações sobre envelhecimento e saúde, o que corresponde a 1,2% do universo Lilacs; 2.102 são provenientes do Brasil, ou seja, 56,8% da produção da América Latina. A autora identificou a produção como recente e que cresce com forte intensidade, concentrada na região Sudeste do País. Predominou publicações em forma de artigo em periódicos provenientes de amplo leque de especialidades médicas, além de áreas como saúde pública e enfermagem. São 1627 artigos publicados em 197 revistas. No site SciELO, foram encontrados 20 periódicos publicados no Brasil com 86 artigos referentes ao envelhecimento e saúde no período de 1996 a 2002 (PRADO; SAYD, 2004).

Os dados demonstram que grande número das publicações relacionadas a envelhecimento no Brasil é mais voltado para a área da saúde e a concentração destes estudos acontecem na região sudeste, ou seja, as duas vertentes que mais se destacaram qualitativamente neste estudo, em geral. Deste modo, destaca-se novamente a necessidade de se pensar também nas outras questões desencadeadas pelo fenômeno do envelhecimento humano, as quais são emergenciais e tão importantes quanto às questões de saúde. Faz-se importante na mesma

proporção, a necessidade de se pensar no impacto do processo de envelhecimento em todas as regiões brasileiras, pois o que se observa na literatura é um grande foco na região sudeste.

Como aponta Wong (2006) o processo de transição da estrutura etária está ocorrendo no Brasil de forma extremamente rápida e em todas suas regiões. Esta simultaneidade ocorre num contexto regional caracterizado por história e cultura comuns e extremas desigualdades socioeconômicas e geográficas.

Algumas regiões brasileiras já começaram a perceber e pensar em alternativas específicas para promoção do envelhecimento, pois em alguns momentos as políticas já existentes não são suficientes, devido à realidade de cada região. No Paraná (Sul), por exemplo, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social mostra-se empenhada no que diz respeito ao reordenamento político, jurídico e administrativo da Política de Assistência Social, e tenta buscar respostas efetivas às necessidades e demandas da população idosa, no que diz respeito à comunidade, órgãos públicos, entidades privadas e organizações sociais (LUZ, 2009).

Em São Paulo (Sudeste) aderiu-se o programa “Cidade amiga do idoso” o qual propõe o envolvimento de toda a população do Estado, em suas diversas faixas etárias e grupos culturais, e une iniciativas de entidades e órgãos públicos e privados na criação de uma comunidade verdadeiramente amiga do idoso (OMS, 2008).

As diferentes realidades regionais e sociais presentes no Brasil são alguns exemplos de temas que necessitam de atenção dos estudiosos, pois estas diferenças precisam ser levadas em consideração no momento de elaboração das políticas públicas para envelhecimento populacional ativo.

## **7. Proposta interventiva**

Por tratar-se de um Mestrado Profissional, as diretrizes da CAPES apontam como entre os principais objetivos: capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Portanto, pensando nas questões acima e em todo conteúdo desenvolvido neste estudo, foi elaborado alguns subsídios para uma proposta interventiva referente às lacunas detectadas, que seriam a ausência de grupos de pesquisa que abordem especificamente a temática da gestão pública e envelhecimento humano, como também a ausência de publicações nas revistas interdisciplinares e de administração qualis A1 e A2.

Acredita-se que seja interessante para o início dos avanços nestas questões, um embasamento da internacionalização da Gerontologia, ou seja, como os países que estão passando por processo de transição demográfica semelhante ao Brasil estão lidando com estas demandas. Além disso, é importante ressaltar também a necessidade incentivo aos pesquisadores para a produção de conhecimento nesta área. Foi apontado durante o estudo a necessidade de um maior reconhecimento a área da Gerontologia no Brasil, tanto como ciência, como profissão. Por exemplo, no que diz respeito às revistas pesquisadas, não surpreende que não fosse encontrado uma quantidade extensa de artigos, uma vez que nenhuma revista interdisciplinar brasileira trata da Gerontologia. Em toda a gama de revistas interdisciplinares qualis A1 existentes (n=685), apenas três são da Gerontologia.

Vale lembrar que existe a necessidade de um planejamento maior quanto ao processo de envelhecimento humano no Brasil, além da urgência para atendimento da grande demanda causada pelo fenômeno da transição demográfica. É necessário, como já apontavam Camarano e Kanso (2005) após a Conferência de Madrid, políticas que promovam melhorias na saúde desde a infância e que se prolonguem ao longo da vida.

Dentre elas, “a promoção à saúde, o acesso universal aos serviços de saúde pública ao longo da vida e, em decorrência, a consideração da importância de fatores ambientais, econômicos, sociais, educacionais, dentre outros, no aparecimento de enfermidades e incapacidades, além de programas de capacitação de profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e de serviços sociais” (CAMARANO, KANSO, 2005 p.289).

Diante de um objeto amplo e complexo como o investigado no presente estudo, há de ser reconhecer que a governabilidade de uma proposição em uma ampla dimensão, requer um esforço amplo e coletivo, no sentido de disseminar esta discussão nas dimensões política, acadêmicas e associativas.

Neste sentido, há muitos elementos que uma proposta de intervenção a ser esboçada deve contemplar. Exploram-se alguns destes a seguir.

Do ponto de vista político, propõe-se ampliar o debate sobre a temática envelhecimento e gestão pública, junto aos mais diversos espaços: conferências do idoso (municipal, estadual e nacional).

Do ponto de vista acadêmico aponta-se a necessidade de ampliar estratégias de divulgação do tema em estudo, bem como alternativas para qualificação de recursos humanos – em nível técnico e superior, onde o tema – envelhecimento e gestão pública estejam contemplados de modo transversal e/ou enquanto disciplinas no vários de ensino.

Do ponto de vista associativo, onde a Gerontologia tem se articulado como campo de saber têm historicamente, algumas organizações que congregam profissionais e pesquisadores, entre elas a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) que tem como objetivo principal incorporar médicos e outros profissionais de nível superior que possuam interesse pela Geriatria e Gerontologia, estimulando e apoiando o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico na área do envelhecimento e promover o aprimoramento e a capacitação permanente dos seus associados (SBGG, 2014).

Temos também a Associação Brasileira de Gerontologia (ABG) a qual fornece atualização nas notícias e cursos relacionados ao envelhecimento humano, em seus aspectos biopsicossociais e relacionados à gestão de casos clínicos e políticas públicas dos idosos, além de emissão de ofícios redigidos pela equipe, a fim de apresentá-lo em reuniões políticas, alguns deles reforçando a abertura de editais de concurso público para área de atuação.

A Associação Nacional de Gerontologia (ANG) que tem como tem por finalidade contribuir para a melhoria das condições de vida da população idosa brasileira e possui os seguintes objetivos: Defender a efetiva concretização da Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso e demais legislações complementares, em âmbito Federal, Estadual e Municipal; Propor e apoiar a elaboração de sistema de monitoramento e avaliação da Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso nas questões referentes à gestão, controle e financiamento da Rede de Atendimento; promover a aproximação e intercâmbio entre especialistas e entidades voltadas ao estudo e à pesquisa dos conhecimentos relativos ao idoso, visando a produção de conhecimento; incentivar a criação e/ou reestruturação nos Estados de Associações Nacionais de Gerontologia; Promover a realização de congressos, seminários, reuniões, debates culturais, e outros eventos de caráter técnico-científico nas áreas da gerontologia; Propor e apoiar as ANG's estaduais, na realização de capacitação de Recursos Humanos em todas as áreas da gerontologia; Propor medidas relativas à defesa dos direitos dos idosos, às instâncias deliberativas e executivas da Política, Nacional, Estadual e Municipal do Idoso; Promover

espaço de conhecimento na área da gerontologia, nos níveis nacional e internacional através de intercâmbio com entidades congêneres (ANG, 2014).

Por fim, vale citar também a recém-criada Associação Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento (ASPEN) a qual é fruto da iniciativa de um grupo de profissionais atuantes nas áreas de pesquisa e políticas públicas.

É importante destacar que existem outras associações voltadas para profissionais da área do envelhecimento, estes foram alguns exemplos.

Diante deste amplo cenário, a proposta interventiva, vem reafirmar o que Estatuto do Idoso no Brasil preconiza- É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público garantir ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

Propõe-se, dessa forma que estas três dimensões se complementem de forma a criar métodos de discussão e desenvolvimento da administração pública e envelhecimento.

Um exemplo internacional disto é a *The Gerontological society of America*. Esta associação interdisciplinar é voltada para o desenvolvimento de pesquisas, educação e prática no campo do envelhecimento (GSA, 2015).

Dentre os programas e serviços desta Associação existe a *National Academy on an Aging Society*, que é um instituto não partidário de políticas públicas, o qual conduz pesquisas relacionadas ao envelhecimento populacional e provê estas informações ao público, academia, imprensa, e os elaboradores de políticas públicas (GSA, 2015).

Este é um exemplo do que vem sendo desenvolvido no âmbito da Gerontologia internacionalmente. Ações como estas adaptadas à realidade Brasileira podem ser um meio de resolutividade para a ausência de exploração da administração pública em relação ao envelhecimento uma vez que incentiva os pesquisadores a tratar sobre soluções para as demandas do envelhecimento, necessidades de políticas públicas e afins.

Sabe-se que estas proposições levam tempo até serem implementadas e os resultados aparecerem, porém é uma proposta interventiva de potencial para solucionar as demandas apontadas neste estudo.

Por fim, destaca-se a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o tema do envelhecimento populacional nos âmbito dos estudos em administração pública. Partindo da ideia de que as representações sociais sobre o que é ser velho/a e/ou idoso/a em nossa sociedade grande parte das vezes reproduz situações de discriminação e preconceito que

levam a desigualdades sociais, torna-se pertinente refletir sobre como as ações e práticas organizacionais estão ao mesmo tempo afetando e sendo afetadas por esse envelhecimento intensificado da população e, ainda, como os pesquisadores e acadêmicos da área estão concebendo tais temas.

## **8. Considerações finais**

O presente estudo contribui com apontamentos de um recente mapeamento dos grupos de pesquisa de universidades federais cadastrados no Diretório de grupos de pesquisa no Brasil CNPq que abordem questões do envelhecimento humano e um breve processo exploratório da produção científica das revistas interdisciplinares e de administração qualis A1 e A2. E contribui também com o apontamento da escassez de grupos de pesquisa e produção científica que abordem a administração pública e envelhecimento humano, destacando, dessa forma, a necessidade de criação de espaços para discussão da ligação entre gestão pública e envelhecimento.

O principal desafio do método utilizado para a realização deste estudo foi o levantamento e organização dos resultados, por terem sido realizados manualmente.

Houve limitações por conta da dificuldade de encontrar informações claras sobre os cursos de Pós-Graduação em Gerontologia; e também por não haver citação no do ano de inserção de cada linha de pesquisa dos grupos de pesquisa, impossibilitando de afirmar com certeza, o real ano de início dos grupos de pesquisa específicos. Tais limitações também já haviam sido apontadas por Valladares, Moraes e Vianna (2013).

A respeito das revistas científicas, houve muita dificuldade de encontrar na literatura trabalhos que tratassem deste tema, para que pudesse ser apresentada uma breve comparação.

A exploração da produção de conhecimento sobre ambos os temas poderia contribuir para auxiliar os caminhos da gestão pública em relação ao envelhecimento populacional no Brasil, pois a geração de conhecimento é necessária para o avanço e desenvolvimento.

Em suma, apesar da ausência nesta busca por de grupos de pesquisa no Diretório de grupos de pesquisa no Brasil e nas revistas científicas pesquisadas que abordem especificamente a questão do envelhecimento na área da administração/gestão pública, existem um considerável total de grupos que trabalham com a questão do envelhecimento e um total de artigos científicos nas revistas pesquisadas.

Pode-se dizer que a produção de conhecimento é uma importante estratégia para o fortalecimento da Gerontologia como ciência e profissão.

A base de dados do CNPq pode ser vista como uma ferramenta captadora de pesquisadores, pois facilita as informações para contato com o líder do grupo pelo endereço eletrônico, sistematiza a busca e fornece informações sobre os temas trabalhados em cada grupo de pesquisa, sendo assim essencial para a geração de conhecimento (ERDMANN; LANZONI, 2008).

Segundo Prado e Sayd (2004 p. 771) “um olhar mais especializado mostra que existem grupos bem situados nos programas de pós-graduação das áreas aos quais estão vinculados, com vários orientandos em diversos níveis de qualificação e vasta produção científica da mais elevada qualidade, inclusive sobre envelhecimento; da mesma forma, há grupos mais frágeis, que têm de construir seu espaço de geração de conhecimento; outros em posição intermediária”.

Os grupos de pesquisa encontrados não possuem caráter heterogêneo. Há grupos que tratam do tema envelhecimento como principal área de interesse e grupos que tratam do tema envelhecimento, porém não especificamente. Grupos voltados para a produção de conhecimento sobre envelhecimento correspondem a 25% do total de grupos de pesquisa que trabalham com essa temática encontrados neste estudo. E há os grupos que possuem algumas linhas de pesquisas referentes ao envelhecimento para o estudo do processo de envelhecimento humano. Correspondem a 75% do dos grupos encontrados neste estudo.

Dentre todos esses, o envelhecimento é um tema, tratado no interior de sua área / subárea, como, sociologia, antropologia, demografia, medicina, saúde coletiva, educação física, ou qualquer outra (PRADO; SAYD, 2004).

Vale destacar que, com exceção do curso de Gerontologia Biomédica da PUC (RS), os outros Programas aceitam o ingresso de graduados das diversas áreas de formação. É utópico pensar que apenas profissionais de saúde consigam elaborar políticas públicas eficazes que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, sem a participação do trabalho multiprofissional de engenheiros, arquitetos, advogados e administradores e etc. (VALLADARES, et al; 2013).

Dessa forma, entende-se a importância da interdisciplinaridade da Gerontologia, porém defende-se aqui a importância da legitimização desta área como uma ciência, e a importância de seu reconhecimento no mundo acadêmico e profissional.

Considerando o acelerado processo de envelhecimento populacional e a importância da gestão pública para melhoria da qualidade de vida dos idosos, faz-se necessário promover e fomentar a capacitação de recursos humanos nas diferentes regiões, principalmente nas

regiões Norte e Centro Oeste, visando o incentivo à criação de novos grupos de pesquisa e à produção de novos conhecimentos sobre essa temática.

A Gerontologia, enquanto área de conhecimentos e atuação profissional é um campo que vem agindo neste movimento, tendo como desafio a sensibilização da sociedade, das universidades e do poder público para as questões do envelhecimento populacional (ALMEIDA, et al; 2012).

O fato da pouca exploração do envelhecimento pela área da gestão pública é preocupante para o Brasil, o qual passa por um momento de transformação que acarretará maior número de pessoas idosas, sendo um desafio para esta área.

Segundo Lazzo et al. (2014 p. 42) “os fundamentos epistemológicos e conceitos que fundamentam a produção do conhecimento na Gerontologia apontam que existe certa frouxidão no uso de noções referentes à natureza científica dentro da área”.

Isto se deve ao fato de que existem diversas teorias que tentam explicar as dimensões psicológicas, biológicas e sociais do processo de envelhecimento, fazendo com que aja esta falta de consenso entre os investigadores sobre o porquê e como o ser humano envelhece (MAZO; LOPES; BENEDETTI, 2009).

Faz-se necessário que os pesquisadores do processo de envelhecimento desenvolvam novos estudos que abordem o envelhecimento para além da assistência, de modo que possam subsidiar as ações profissionais na sua prática, além de buscar alternativas que envolvam mudanças em vários setores da sociedade, de forma a corresponder com as necessidades não só das pessoas idosas, mas de todos nós que estamos em meio ao processo de envelhecimento.

Os questionamentos apontados por Luz (2009, p.147) em seu artigo são lembrados nesta desta dissertação:

“O governo é responsável por sua população, seja ela idosa, jovem ou infantil, no que diz respeito à dignidade humana. A pergunta que fica é esta: até quando poderá ele arcar com toda esta população que tende a aumentar a cada dia, a cada ano? E como poderemos alcançar uma seguridade nós, os jovens de hoje, que seremos velhos amanhã?”.

## 9. Referências bibliográficas:

- ABRUCIO, F.L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **RAP**. Rio de Janeiro Edição Especial Comemorativa 67-86, 1967-2007.
- Alkema, G.E. & Alley, D.E. Gerontology's Future: An integrative model for disciplinary advancement. **The Gerontologist**, 46(5), 574-582, 2006.
- ALMEIDA, E.B; SILVA, T.B; SUZUKY, M.Y. Gerontologia: práticas, conhecimentos e o nascimento de um novo campo profissional. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, pp. 489-501, 2012.
- ANDRADE, et.al. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(12):3543-3552, 2013.
- AQUINO, P.S.; et al. Análise da produção científica sobre enfermagem obstétrica na base de dados SciELO. **Rev Rene**, Fortaleza, jan/mar; 12(1):198-205, 2011.
- ASSIS, R.M; BONIFÁCIO, N.A. A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.1, n.3, p.36-50, set./dez. 2011.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA DO BRASIL. **Apresentação**. Disponível em < [angbrasil.blogspot.com/](http://angbrasil.blogspot.com/)>. Acessado em: 09/12/2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GERONTOLOGIA. **Associação ABG**. Disponível em < <http://abgeronto.blogspot.com.br> >. Acessado em: 09/12/2014.
- AVRITZER, L. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no brasil. Texto para discussão 1739. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2012.
- BARROS, E.C; VALENTIM, M.C, MELO, M.A. debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2011.
- BAZZO, W.A.; LINZINGEN, I.V.; PEREIRA, L. T. do V. O que são e para que servem os estudos CTS. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA**, 2000, Ouro Preto. COBENGE. Ouro Preto: ABENGE, 2000.
- BELLONI, J; LAPA, J.S. **Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de universidades federais brasileiras**.246f. Tese (Doutorado em Engenharia de produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2000.
- BEZERRA, F.C; ALMEIDA, M.I; NÓBREGA-TERRIEN, S.M. Estudos sobre Envelhecimento no Brasil: Revisão Bibliográfica. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de janeiro; 15(1):155-167, 2012.
- BIANCO, M.F; SOUZA, E.M. A nova gestão pública: um estudo do pró-gestão focado em dois projetos prioritários no Estado do Espírito Santo. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 118-143, jan./abr. 2014.

BONEZZI, C.A; PEDRAZA, L.L. **A nova administração pública: reflexão sobre o papel do Servidor Público do Estado do Paraná**. Monografia de especialização. Escola de governo do Paraná. Programa de Pós Graduação em Formulação e Gestão de Políticas Públicas, 2008.

BORGES, L.O; SANTOS, S.F; SCHERER, F.C. Grupos de pesquisa sobre atividade física e envelhecimento no Brasil. **Rev Bras Ativ Fis e Saúde**. Pelotas/RS 17(2):114-120 Abr/2012.

BLAY, E.A. Gênero na universidade. **Educação em revista**, nº 3, 2002.

BRASIL. III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias>>. Acessado em: 09/12/2014.

BRASIL. **Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto da Universidade Brasileira.

BRASIL. **Decreto n. 19.852 de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei No 10.741. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acessado em: 09/12/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resultados do Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em <[http://www.portal.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/](http://www.portal.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/)>. Acessado em: 11/03/2015.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 9-30, jun. 2007.

BRIGOLA, A.G; BRITO, M.G.L; PEDRO, W.J.A . Gerocine: uma tecnologia social para a promoção do envelhecimento ativo e saudável. In: V CONGRESSO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO DA UFSCar, São Carlos. **Anais de Eventos da UFSCar**. São Carlos: UFSCar, v. 1. p. 370-370, 2013.

BRISOLLA, S. et al. As relações universidade-empresa-governo: Um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 187-209, 1997.

BUARQUE, C. **A universidade numa encruzilhada**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/palestra6.pdf>>. Acessado em: Março de 2014.

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Temática Kairós**, Gerontologia,15(7), 01-21, 2012.

CACHIONI, M. & ORDONEZ, T.N. **Universidade da Terceira Idade**. In: Freitas, E.V.de & Py, L. (Orgs.). Tratado de Geriatria e Gerontologia (1): 1655-63. (3a ed.). Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2011.

CALDERON, A.I. Repensando o papel da universidade. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, vol. 44, núm. 2, abril-junio, pp. 104-108, 2004.

CAMACHO, A.C. A gerontologia e a interdisciplinaridade: aspectos relevantes para a enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem**. Março-abril; 10(2):229-33, 2002.

CAMARANO, A.A PASINATO, M. T. **O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas**. In: Ana Amélia Camarano. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60. 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, v. 1, p. 253-292, 2004.

CAMPOS, F. **Exposição de motivos**. 2ª ed. Brasília: Plano p. 121-158, 2000.

CARDOSO, J.C. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. **IPEA- Instituto de pesquisa e economia aplicada**. Texto para discussão 1584. Brasília, Março de 2011.

CARVALHO, M.C. **Programas e Serviços de Proteção e Inclusão Social dos Idosos**. Brasília: Secretaria de Assistência Social/ MPAS, 1998.

CASAGRANDE, M.F; MACEDO, I.M. **A importância da perspectiva dos idosos para o envelhecimento ativo: implicações para as políticas sociais**. Dissertação de mestrado em Administração Pública . Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/25297>> Acesso: Junho de 2014.

CAVALCANTI, B.S. Gestão pública integrada: implicações para a formulação de teorias, modernização administrativa e ensino da administração pública. **Rev. Adm. púb.**, Rio de Janeiro, 25 (3): 173-84, jul./set, 1991.

CESAR, S.B. **A INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO: Estudo em universidade brasileira**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Sistema de Informação e Gestão do Conhecimento. Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2013.

CHAIMOWICZ, F. **A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas**. **Rev. Saúde Pública**. vol.31, n.2, pp. 184-200, 1997.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez No 24, 2003.

CHIARINI, T; VIEIRA, K. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT&I. **RBE Rio de Janeiro** v. 66 n. 1 / p. 117–132 Jan-Mar 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Diretório dos grupos de pesquisa**. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/estratificacao/>> Acesso em: Maio de 2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Estatísticas**. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/estratificacao/>> Acesso em: Junho de 2014.

CORREA, D.G; BORBA-PINHEIRO, J.C; DANTAS, E.H. Qualidade de vida no envelhecimento humano. **Praxia**, Vol. 1, No. 1, 2013

COSTA, F.L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **RAP** — Rio de Janeiro 42 (5):829-74, set/out, 2008.

COUTINHO, A.M.C. CARVALHO, C.M. Envelhecimento ativo: longevidade com qualidade de vida. **An Congr Bras Med Fam Comunidade**. Belém, Maio; 12:1290, 2013.

CUNHA, L.A. O Ensino Superior na Era Vargas. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**. p. 204-295, 1980.

CUNHA, L.A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007.

DANUELLO, J.C; OLIVEIRA, E.F. Análise cientométrica: produção científica e redes colaborativas a partir das publicações dos docentes dos programas de pós-graduação em Fonoaudiologia no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 65 - 79, dez. 2012.

DEL-MASSO, M. C. S. **Envelhecimento Humano e Qualidade de Vida: responsabilidade da universidade neste século XXI**. In: Roberto Vilarta, Gustavo Luis Gutierrez, Maria Inês Monteiro. (Org.). *Qualidade de Vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI*. 1 ed. Campinas, SP: Ipes, v. , p. 27-35, 2010.

ERDMANN, A.L; LANZONI, G.M. Características dos grupos de pesquisa da enfermagem brasileira certificados pelo CNPq de 2005 a 2007. **Rev Enferm**.jun; 12 (2): 316 – 22, 2008.

FARAH, M.F.S. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. **O&S-** v. 7, No. 17-Janeiro/Abril, 2000.

FÁVERO, M.L. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR, 2006.

FERNANDES, E.M; OLIVEIRA, C. A produção do conhecimento na universidade: algumas reflexões. **8º Congresso de Pós-Graduação UNIMEP**; Tema: Desafios da educação superior na agenda do novo milênio. 26-28/10, 2010.

FÁVERO, M.L. **A universidade no Brasil de 1930 a 1937**. In: *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2a ed. Brasília: Plano. p. 29-77, 2000.

FERNANDES, M.G; SILVA, A.O; LOUREIRO, L.O; et.al. Indicadores e condições associadas ao envelhecimento bem-sucedido: revisão integrativa da literatura. **Cogitare Enferm**. Jul/Set; 16(3):543-8, 2011.

FERNANDES, M.S, et.al. Universidade pública: questões para o século XXI. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013.

FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FERREIRA, O.G; MACIEL, S.C; COSTA, S.M; Et.al. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Jul-Set; 21(3): 513-8, 2012.

FERREIRA, S; OLIVEIRA, J.F. As reformas da educação superior no brasil e na união europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

FIGUEIREDO, E.S. **Reforma do ensino superior no brasil: um olhar a partir da história. Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII, No. 2, dezembro de 2005.**

FILHO, D. A Reforma do Dividendo Populacional: Consequências Económicas e Sociais do Envelhecimento da População. **SOCIUS** - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa. No. 10, 2006.

FISHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **R B P G**, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005.

FRAGA, M.D; CIANO, L.M. A idéia universidade na reforma universitária de 1968. **Rev. Adm. púb.**, Rio de Janeiro, 25 (3): 155-71, jul./set. 1991.

FREIRE, G.H; FREIRE, I.M. A multiplicação dos espaços para comunicação científica. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.1, p. 9-10, jan./abr. 2012.

FREITAS, M.C; MARUYAMA, S.A; FERREIRA, T.M; MOTTA, A.M. Perspectivas das pesquisas em gerontologia e geriatria: revisão da literatura. **Rev Latino-am Enfermagem** março-abril; 10(2):221-8, 2002.

GAETANI, F. O ensino de administração pública no Brasil em um momento de inflexão. **Revista do Serviço Público**. Ano 50, Número 4; Out-Dez 1999.

GALVÃO, M. C. B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. In L. J. Franco, & A. D. C. Passos (Orgs.), **Fundamentos de epidemiologia** (2rd ed.). São Paulo: Manole, 2010. Disponível em <[http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento\\_bibliografico\\_CristianeGalv.pdf](http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf)> Acessado em: 02/04/2015.

GERONTOLOGICAL SOCIETY OF AMERICA. **About us**. Disponível em <<https://www.geron.org>> Acessado em: 08/04/2015.

GOLDANI, A.M. Desafios do “preconceito etário” no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010.

GOLDSTEIN, L. **A produção científica brasileira na área da gerontologia: (1975-1999)**. Revista On-line da Biblioteca Prof. Joel Martins. v.1, n.1, out. 1999.

GUARIENTO, M.E; NERI, A.L; FATTORI, A; Et.al. **Pesquisa em Gerontologia**. Guanabara Koogan, 3ª edição, 2011.

GUBIANI, J.C; MORALES, A.; SELIG, P.M. O resultado da pesquisa universitária é transferido para a sociedade? In: **XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA GESTÃO DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E AS PARCERIAS GLOBAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS SISTEMAS PRODUTIVOS**. Salvador, BA, Brasil, 08 a 11 de outubro de 2013.

HAMAMOTO FILHO, P. T. et. al. Ligas Acadêmicas de Medicina: extensão das ciências médicas à sociedade. **Rev. Ciênc. Ext.** v.7, n.1, p.126, 2011.

HELAL, D.H; NEVES, J.A.B. Burocracia e inserção social: Uma proposta para entender a gestão das organizações públicas no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 312-340, 2010.

HOFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população da Brasil por sexo e idade do período de 2000 à 2050**. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acessado em: Dezembro de 2013.

INEP-MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior (2010)**. Brasília: INEP/Ministério da Educação. Outubro de 2011.

LIMA, A.M.M. **Graduação em Gerontologia: da inovação pedagógica à formação da identidade profissional do gerontólogo**. In: Graduação em Gerontologia: desafios e perspectivas. Revista Kairós, São Paulo, caderno temático 4, ago, 2009.

LIMA, A.M.M.; SILVA, H.S.; GALHARDONI, R. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.27, p.795-807, out./dez. 2008.

LIMA, A.P.M. **Ensino de geriatria e gerontologia na área da saúde: Formação dos profissionais que atuam no atendimento ao idoso nas redes de serviço**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. 117p; 2010.

LIMA, T.A; MENEZES, T.M. Investigando a produção do conhecimento sobre a pessoa idosa longeva. **Rev. bras. Enferm;** Brasília , v. 64, n. 4, Aug. 2011.

LOCATELLI, P.A; FONTOURA, D.S. Envelhecimento populacional e os estudos em administração. **Gestão e sociedade** · Belo horizonte · volume 7 · número 17 · p. 273 300 maio/agosto, 2013.

LUZ, A.C. Administração pública - a população idosa e as implicações para o estado. Adm. de Emp. em Revista, Curitiba, n. 9, p. 131-148, 2009.

MACHADO, N.J. A Universidade e a organização do conhecimento: a rede, o tácito, a dádiva. **Estudos avançados** 15 (42), 2001.

MAGNANI, I. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro**. Disponível em: < [www.anped11.uerj.br/25/trab13](http://www.anped11.uerj.br/25/trab13)>. Acessado: Abril de 2014.

MANCEBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educ. Soc.** vol.25 no.88 special Campinas Oct, 2004.

MARTINS, C.B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em perspectiva**, 2000.

MARTINS, L. Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. Brasília: **ENAP**, 61 p. (Cadernos ENAP; n.8), 1997.

MARTINS, L.M. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na Universidade**. Disponível em < [http://www.umcpes.com.br/centraldoaluno/arquivos/16\\_09\\_2011\\_134/Ensino\\_pesquisa\\_extensao\\_como\\_fundamento\\_metodologico\\_da\\_construcao\\_do\\_conhecimento\\_na\\_universidade.pdf](http://www.umcpes.com.br/centraldoaluno/arquivos/16_09_2011_134/Ensino_pesquisa_extensao_como_fundamento_metodologico_da_construcao_do_conhecimento_na_universidade.pdf) > Acessado em: Novembro de 2013.

MEIRELLES, H.L. **Direito administrativo brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MENDÃO, L.T. **O papel da universidade sênior de Elvas no cotidiano dos idosos**. Tese de mestrado. Instituto politécnico de Porto Alegre escola superior de educação, Porto alegre, 2013.

MENDONÇA, A.W.P. A universidade no Brasil. *Revista brasileira de educação*. Mai/Jun/Jul/Ago Nº 14, 2000.

MENDONÇA, E.F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.** Vol 22 no.75 Campinas Aug. 2001.

MENEZES, C.A. Breve análise do ensino superior: perspectivas e tendências atuais. In: **XI COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL**. Florianópolis, 2011.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria interministerial Nº 1.227 de 28 de setembro de 2009**. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Port-MEC-17-2009-mestrado-profissional.pdf>>. Acessado e: 08/12/2014

MINISTERIO DA SAÚDE. Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Pesquisa em saúde no Brasil. **Rev. Saúde Pública** [online]. vol.42, n.4, pp. 773-775, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Saúde da Família**. Disponível em: 52 <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id\\_area=149](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149)> Acessado em: 28/08/2014.

MINOZZI, E.J. A educação brasileira na era Vargas: As reformas e os grupos escolares paulistanos. In: **IV COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES**. 30 de agosto, 2007.

MIRANDA, D.P; PEREIRA, M.N.F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.

MOITA, F.M.G; ANDRADE, F.C.B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 41 maio/ago. 2009.

MOTTA, P.R. O estado da arte da gestão pública. **RAE**. São Paulo n v. 53 n n. 1 n jan/ fev. 2013.

MUGNAINI, R; JANUZZI, P; QUONIAM, L. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, maio/ago, 2004.

NATIONAL ACADEMY ON AN AGING SOCIETY. **About the academy**. Disponível em <<http://www.agingsociety.org>>. Acessado: 05/12/2014

NEVES, C.E.B. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: **CONGRESSO DE 2012 DA LASA (ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS)**, São Francisco, Califórnia Maio 23 a 26, 2012.

OLIVEIRA, E.M. Instituições de ensino superior: centros de excelência acadêmica ou fábricas de profissionais? **RAP** Vol. 8, No 2, 1974.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**. Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 49 p. : 21 cm. – (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1), 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guia global: Cidade amiga do idoso**. Biblioteca OMS, 2008.

ORLANDI, B.D.M. **Uma análise sobre o acesso e uso de informações em saúde via internet pelas pessoas idosas**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, 105p; 2014.

OTTONI, M.A.M. Longevidade: uma conquista ou um peso para a sociedade brasileira? **Polêm!ca**, v. 13,n.1, janeiro/fevereiro de 2014.

PACHECO, R.S. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP — Brasil. **Revista do Serviço Público**. Ano 53 Número 1 Jan-Mar 2002.

PASINATO, D. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF** v. 12, n. 1, 2013.

PEDRO, W.J.A . **Gênero, tecnologia e envelhecimento: compartilhando experiências e reflexões.** In: **Dolores Galindo e Leonardo Lemos de Souza.** (Org.). Gênero e tecnologias. Tecnologias e gênero. Estudos, pesquisas e poéticas interdisciplinares. 1ed. Cuiabá MT: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, v. , p. 117-134, 2012.

PEDRO, W.J.A. Reflexões sobre a promoção do Envelhecimento Ativo. **Revista Kairós Gerontologia.** 16(5), pp.09-32, 2013.

PEDRO, W. J. A; ORLANDI, B.D.M; SILVA, M. C; PERSEGUINO, S. A. Interfaces cts (ciência, tecnologia e sociedade) e gestão pública: 'o estado da arte'. In: **III SIMPÓSIO DE DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE, 2012, ITAJUBÁ. III SIMPÓSIO DE DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE, 2012.**

PEDROSO, A. A.; DIEHL, A. A Cartografia do estudo sobre o envelhecimento humano no Estado do Rio Grande do Sul. 2012. **Revista de Divulgação.** Disponível em:<<http://portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php/revistaportal/article/viewFile/238/260>>. Acesso em: Junho de 2014

PEDROSO, A.A. A pesquisa sobre envelhecimento humano: grupos de pesquisa no estado de São Paulo. **RBCEH, Passo Fundo,** v. 10, n. 1, p. 92-103, jan./abr. 2013.

PERSEGUINO, S.A. **Interfaces entre os Avanços Científicos e Tecnológicos e as Novas Competências da Área de Gestão de Pessoas em Universidades: o Caso da UFSCar.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em ciência tecnologia e sociedade. São Carlos, 2011.

PRADO S.D; SAYD, J.D. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. **Ciência & Saúde Coletiva,** 11(2):491-501, 2006.

PRADO S.D; SAYD, J.D. A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: pesquisadores, temas e tendências. **Ciência & Saúde Coletiva,** 9(3):763-772, 2004.

PRADO S.D; SAYD, J.D. A produção científica sobre envelhecimento e saúde no Brasil. **Textos Envelhecimento.** v.7 n.2 Rio de Janeiro, 2004.

QUEIROZ, F.C.B; QUEIROZ, J.V; et.al. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 349-370, abr./jun. 2013.

RAPINI, M.S. Interação Universidade-Empresa no Brasil: Evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. **Estud. econ.,** São Paulo, v. 37, n. 1, p. 211-233, janeiro-março 2007.

RAVELLI, A.X; FERNANDES, G.C; BARBOSA, S.F. A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. **Texto Contexto Enferm,** Florianópolis, Jul-Set; 18(3): 506-12, 2009.

REINHARDT, F; et.al. Acompanhamento farmacoterapêutico em idosos hipertensos residentes em um lar geriátrico, localizado na Região do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, 15(1):109-117, 2012.

RIBEIRO, O. O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Número temático: Envelhecimento demográfico, 2012, pág. 33-52, 2012.

RIBEIRO, R. **A construção da velhice positivada em propagandas televisivas direcionadas ao público idoso**. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

RIZATTI, G. **Categorias de análise de clima organizacional em universidades federais brasileiras**, 202. 305f. Tese de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

ROCHA, C.V. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. **Revista de sociologia e política**. V. 19, Nº 38: 171-185 FEV, 2011.

ROTHEN, J.C. **A universidade brasileira segundo o estatuto de 1931**. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Texto.pdf>> Acessado: Junho de 2014.

SANCHEZ, M.A; LOURENÇO, R.A. Extensão e saúde: a importância de uma unidade de avaliação geriátrica na recuperação funcional de idosos frágeis. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 89-94, jan./dez. 2008.

SANTOS, B.S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Questões da nossa época**, 2010.

SAORI, L.K. **Área Monetária Ótima para o Brasil: análise das diferenças regionais**. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), 2009.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica** - V.8, N.2 ago/dez.pp.4-17, 2010.

SCHWARTZMAN, S. **A Revolução Silenciosa do Ensino Superior**. Preparado para apresentação no seminário sobre “o sistema de ensino superior Brasileiro em Transformação, São Paulo, NUPES/USP. In: O Ensino Superior em Transformação, São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES/USP), pp 13-30, 2000.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Rev. De Adm.** Vol. 24, No 2, 1990.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Carta de Bertioga**. Disponível em <<http://www.sescma.com.br>>. Acessado em: 09/12/2014.

SILVA, C.C; GOMES, L.G; FREITAS, C.M. Principais políticas sociais, nacionais e internacionais, de direito do idoso. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 257-274, 2013.

SILVA, F.L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos avançados**. 15 (42), 2001.

SILVA, H; LIMA, A. Gestão da atenção ao idoso: possibilidades e desafios no campo da Gerontologia. **Revista Temática Kairós Gerontologia**,15(6), pp.503-514, 2012.

SILVA, L.A; SANTOS, I. Perfil das produções sociopoéticas de programas de pós-graduação em saúde: revisão integrativa de literatura. **Rev. Enf. Profissional**. jan/abr, 1(1):252-266, 2014.

SILVA, P.R.G; D'ARC, H.R. Participação social: instrumento de gestão pública? Elementos para um debate sobre a gestão de cidades brasileiras. Quais as perspectivas nos anos 90? **RAP** Rio de Janeiro 30(2): 44-70. mar.labr.1996.

SILVEIRA, V.O; PINTO, F.C. Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **A SBGG**. Disponível em < <http://www.sbgg.org.br> >. Acessado em: 09/12/2014.

SOUZA, A.R; ARAÚJO, V.C. O estado da reforma: balanço da literatura em gestão pública (1994/2002).**Revista do Serviço Público**. Ano 54 Número 2 Abr-Jun, 2003.

SOUZA, J.V; RODRIGUES, M.M.C; FERREIRA, M.F. Evolução e transformações recentes na educação superior brasileira. **Ver a Educação**, v. 12, n. 2, p. 271- 298, jul./dez, 2011.

SOUZA, P.R. **Ensino superior**. Disponível em < <http://www.fedesp.org.br/superior/enfrentar%20e%20vencer%20desafios.pdf> > Acessado em: Março de 2014.

STALLIVIERI, L. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil Características, Tendências e Perspectivas**. Disponível em < [http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/sistema_ensino_superior.pdf) >. Acessado em: Março de 2014.

TEIXEIRA, E.B. A análise de dados na pesquisa científica importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**. Editora unijuí ano 1 n. 2 jul./dez. 2003.

TURRA, C.M. **Contabilidade das gerações: riqueza, sistemas de transferências e conseqüências de mudanças no padrão demográfico brasileiro**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Apresentação**. Disponível em < <http://www2.ufscar.br/home/index.php> > . Acessado em: Outubro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Gerontologia- Características Gerais do Curso**. Disponível em <<http://www.gerontologia.ufscar.br/caracteristicas>>. Acessado em 19/08/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gerontologia**. São Carlos, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Pró Reitoria de extensão. **Política Nacional De Extensão**. Disponível em < <http://www.ufpi.br/cppex/index/pagina/id/3854> >. Acessado em: 26/03/2015.

VALADARES, M.O; VIANNA, L.G; MORAES, C.F. A temática do envelhecimento humano nos grupos de pesquisa do Brasil. A temática do envelhecimento humano nos grupos de pesquisa do Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, 2013.

VASCONCELOS, M. L. M. C. **A formação do professor de 3º Grau**. São Paulo: Pioneira, 1996.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Rev. Saúde Pública** vol.43 no.3 São Paulo May/June 2009 Epub Apr 17, 2009.

VERGARA, S.V. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo. Editora Atlas, 6ª ed. 90p. 2005.

VIEIRA, E.F; VIEIRA,M.F. Funcionalidade burocrática nas universidades federais: conflito em tempos de mudança. **RAC**, v. 8, n. 2, Abr./Jun. 2004.

WONG, L.L.R.; CARVALHO, J.A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Envelhecimento Ativo: uma política de saúde [Manual] Tradução Gontijo, S. Brasília: **Organização Pan-Americana da Saúde**, 2005.

## **10. Anexos**

## **ANEXO I**

Características dos grupos de pesquisa encontrados:

Nome do grupo	Região	Instituição	Ano de criação	Grande área	Área predominante	Linhas de pesquisa
<b>De 1 a 4 anos de existência</b>						
Imunologia Humana - GEPIH	Nordeste	UFPB	2013	Ciências biológicas	Imunologia	5
Imunologia do Exercício e Saúde	Norte	UFAC	2013	Ciências biológicas	Imunologia	1
Plasticidade Neural, Meio ambiente e Comportamento	Nordeste	UFPE	2013	Ciências biológicas	Fisiologia	5
Metabolismo Energético e Nutrição Experimental	Sudeste	UFF	2012	Ciências biológicas	Morfologia	5
Laboratório de Psiquiatria Biológica do Semiárido Brasileiro	Sudeste	UNIVASF	2012	Ciências biológicas	Farmacologia	5
Fisiologia Endócrina e Metabologia	Sudeste	UFF	2011	Ciências biológicas	Fisiologia	6
Biologia estrutural e ultraestrutural dos tecidos orgânicos	Nordeste	UFPE	2011	Ciências biológicas	Morfologia	3
Ensino na saúde	Centro oeste	UFG	2014	Ciências humanas	Educação	4
Laboratório de estudos em memória e cognição (LEMCOG)	Nordeste	UFPB	2013	Ciências humanas	Psicologia	4
HUBRIS - Laboratório de Estudos e Pesquisa em Sexualidade e Violência de Gênero	Sudeste	UFTM	2013	Ciências humanas	Psicologia	2
Estudo das Representações Sociais	Norte	UFAC	2013	Ciências humanas	Psicologia	1
AMP	Sudeste	UFES	2013	Ciências humanas	Psicologia	3
Grupo de Pesquisa em Neurociência e Neuropsicologia - GPeNN	Nordeste	UFAL	2013	Ciências humanas	Psicologia	8
Ciências na vida: Produção de conhecimento e articulações heterogêneas	Sul	UFRGS	2012	Ciências humanas	Antropologia	4
Núcleo interdisciplinar de estudos e pesquisas em gerontologia social - NIEPGS	Sudeste	UFSCar	2012	Ciências humanas	Sociologia	3
Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa	Sudeste	UFES	2013	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	2
Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Envelhecimento	Sudeste	UFVJM	2011	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	3
Núcleo de Design, Ergonomia,	Nordeste	UFPE	2014	Ciências	Desenho	6

Saúde e Hedonomia (NuDESH)				sociais aplicadas	industrial	
Direito, Cidade e Envelhecimento	Sudeste	UFSCar	2013	Ciências sociais aplicadas	Planejamento urbano e regional	3
EMEA - Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada	Sudeste	UFMG	2013	Ciências sociais aplicadas	Economia	8
Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão em Gerontologia, Serviço Social e Saúde	Sul	UFMS	2014	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	1
Envelhecimento e Fonoaudiologia	Sul	UFRGS	2012	Ciências da saúde	Fonoaudiologia	2
Educação em Saúde	Sudeste	UFSJ	2011	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	2
Dermatologia Cosmiátrica	Sudeste	UNIFESP	2011	Ciências da saúde	Medicina	8
Ciência, Saúde e Sociedade	Sudeste	UFJF	2012	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	11
Biomedical Nutritional and Epidemiologic Research Group (BIONUTRE)	Centro Oeste	UFMT	2011	Ciências da saúde	Nutrição	3
Atividade Física e Saúde	Centro Oeste	UFMS	2011	Ciências da saúde	Educação Física	3
Alterações morfofisiológicas decorrentes dos transtornos circulatórios	Sudeste	UNIVASF	2013	Ciências da saúde	Medicina	3
GPNASC - Grupo de Pesquisa em Nutrição, Alimentação e Saúde Coletiva.	Norte	UFT	2013	Ciências da saúde	Nutrição	5
GEDAGIN- Grupo de Estudos e Pesquisa em Dança e Ginástica	Sudeste	UNIVASF	2012	Ciências da saúde	Educação Física	3
EANM - Grupo de Estudos de Aspectos Neuropsiquiátricos e Motricidade	Sudeste	UFABC	2011	Ciências da saúde	Medicina	12
Fisioterapia na Saúde do Idoso	Sudeste	UFES	2013	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	1
Fisiopatologia e Biologia Molecular de Doenças Crônicas	Centro Oeste	UFMS	2014	Ciências da saúde	Medicina	3
Exercício, condições de lactação e envelhecimento: aspectos eletrofisiológicos, bioquímicos e comportamentais	Nordeste	UFPE	2013	Ciências da saúde	Nutrição	2
Envelhecimento Humano - Pro-Gero	Norte	UFT	2014	Ciências da saúde	Medicina	2

Grupo de Estudos e Pesquisas em Neurociências	Sudeste	UFJF	2014	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	2
Neurociência Comportamental	Nordeste	UFPE	2013	Ciências da saúde	Medicina	6
Grupo de Estudos em Fisioterapia e Saúde Coletiva - GEFISC	Sul	UFRGS	2014	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	5
Grupo de Estudos em Fisioterapia e Saúde Coletiva - GEFISC	Sudeste	UFSJ	2011	Ciências da saúde	Educação Física	3
Núcleo de Pesquisa em Geriatria e Gerontologia	Sudeste	UFJF	2014	Ciências da saúde	Medicina	4
Núcleo de Pesquisa em Distúrbios Respiratórios Buco Facial Neuro Comportamentais e Envelhecimento	Nordeste	UFPB	2012	Ciências da saúde	Medicina	4
Núcleo de estudos em reumatologia, esportiva e recursos terapêuticos	Sul	UFSC	2014	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	4
Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Humano e Saúde (NEDHUS)	Nordeste	UFPB	2013	Ciências da saúde	Fonoaudiologia	5
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Envelhecimento Humano e Longevidade-NEPEHL	Sudeste	UFTM	2012	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	3
Núcleo de Estudos e Pesquisa do Envelhecimento	Sul	UNIPAMPA	2011	Ciências da saúde	Medicina	5
Núcleo de Estudo de Patologias Inflamatórias e Infecciosas	Sudeste	UFVJM	2014	Ciências da saúde	Medicina	3
Neuroplasticidade e Exercício Físico	Sudeste	UNIFESP	2014	Ciências da saúde	Medicina	12
Treinamento Físico: Saúde e Alto Rendimento	Sudeste	UFSCAR	2013	Ciências da saúde	Educação Física	3
Tecnologias, Corporeidade e Cognição - Implicações na Aprendizagem e Subjetivação Humana	Sul	UFRGS	2011	Ciências da saúde	Educação Física	3
Saúde e Funcionalidade no Envelhecimento Humano	Sul	UFMS	2011	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	3
Programa de Estudos em Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Curso de Vida e Envelhecimento	Nordeste	UFBA	2013	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	4
Núcleo Multiprofissional de Pesquisa em Gerontologia	Norte	UFMS	2011	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	6
Laboratório de Avaliação e	Sudeste	UFSCar	2013	Ciências da	Saúde Coletiva	3

Intervenção em Gerontologia				saúde		
Grupo de estudos e pesquisa em envelhecimento	Sul	UFCSA	2014	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	2
Gerontologia e qualidade de vida	Sudeste	UFSCar	2014	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	2
Estratégias de Marketing e Operações em Gerontologia - EMOG	Sudeste	UFSCar	2014	Ciências da saúde	Enfermagem	2
Saúde Humana e Animal	Sudeste	UFES	2013	Ciências da saúde	Farmácia	5
Liga de Diagnóstico e Tratamento das Lesões OroFace	Nordeste	UFAL	2012	Ciências da saúde	Odontologia	1
Diagnóstico, intervenção e efeitos metabólicos de alimentos e dietas na saúde e na doença nos diferentes ciclos da vida	Sudeste	UFVJM	2013	Ciências da saúde	Nutrição	3
Ciclos de Vida, Família e Saúde no contexto social	Sudeste	UFTM	2012	Ciências da saúde	Enfermagem	2
Centro de Estudos em Atividade Física e Saúde (CEAFS)	Sul	UFPR	2014	Ciências da saúde	Educação Física	2
Bioengenharia Ocular	Sudeste	UNIFESP	2012	Ciências da saúde	Medicina	3
Avaliação e intervenção nutricional em diferentes ciclos da vida	Sul	UNIPAMPA	2014	Ciências da saúde	Nutrição	3
Intervenção fonoaudiológica e multidisciplinar nos diferentes ciclos de vida	Nordeste	UFS	2014	Ciências da saúde	Fonoaudiologia	3
Grupo CUIDAR: Ensino e Pesquisa em Enfermagem	Sudeste	UFES	2011	Ciências da saúde	Enfermagem	2
Gestão da velhice fragilizada	Sudeste	UFSCar	2012	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Exercício físico aplicado às ciências da saúde	Centro Oeste	UFG	2012	Ciências da saúde	Educação Física	2
Neurociências e comportamentos	Nordeste	UFRB	2013	Ciências da saúde	Medicina	5
Laboratório sobre Enfermagem, Cuidado, Inovação e Organização da Assistência ao Adulto ou ao Idoso	Sudeste	UFF	2014	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Laboratório de Avaliação em Saúde	Sudeste	UFRRJ	2012	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	5
Instituto de Estudos e Pesquisa no Idoso	Nordeste	UFAL	2011	Ciências da saúde	Medicina	1
Grupo Multiprofissional de	Nordeste	UFAL	2014	Ciências da	Enfermagem	1

Pesquisa com Idosos				saúde		
Grupo de Pesquisa Enfermagem em Saúde Mental - GPESME	Sudeste	UFRJ	2012	Ciências da saúde	Enfermagem	4
Resiliência, Coping e Gerenciamento do Stress	Sudeste	UFSCar	2012	Ciências da saúde	Enfermagem	6
Processos de avaliação funcional e fisioterapia cardiorrespiratória em doenças	Sudeste	UFSCar	2013	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	4
Núcleo de pesquisa epidemiológica em psiquiatria - NUPEPS	Sul	UFSC	2011	Ciências da saúde	Medicina	3
Núcleo de estudos avançados em saúde coletiva	Centro Oeste	UFG	2014	Ciências da saúde	Enfermagem	6
Terapêutica Clínica e Cirúrgica	Sudeste	UNIFESP	2014	Ciências da saúde	Farmácia	3
Tecnologia e Inovação em Educação na Saúde	Nordeste	UFMA	2012	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	5
Saúde, Direito e Sociedade	Nordeste	UFS	2013	Ciências da saúde	Odontologia	4
Saúde e Nutrição de Grupos Populacionais	Sudeste	UFV	2011	Ciências da saúde	Saúde Coletiva	2
<b>De 5 a 9 anos de existência</b>						
Toxicogenética e nutrigenômica	Sudeste	UNIFESP	2008	Ciências biológicas	Genética	9
Plasticidade Morfofuncional dos Sistemas Orgânicos. Microscopia Celular e Tecidual.	Nordeste	UFRN	2009	Ciências biológicas	Morfologia	3
Organização e estabilidade de complexos biológicos	Sudeste	UFU	2006	Ciências biológicas	Bioquímica	3
Oncologia Celular e Molecular	Sul	UFPEL	2008	Ciências biológicas	Genética	3
Neuroanatomia Funcional e Evolutiva	Nordeste	UFRN	2010	Ciências biológicas	Morfologia	4
Laboratório de Imunofisiologia	Sudeste	UFRJ	2007	Ciências biológicas	Morfologia	2
Grupo de Pesquisa em Urologia (GPU)	Sul	UFCSPA	2006	Ciências biológicas	Farmacologia	8
Grupo de Pesquisa em Fisiologia - GPFis UNIPAMPA	Sul	UNIPAMPA	2010	Ciências biológicas	Fisiologia	6
Biologia e Fisiologia Celular	Nordeste	UFPB	2010	Ciências biológicas	Morfologia	11
Biogenômica do Desenvolvimento e Envelhecimento	Sul	UFSM	2007	Ciências biológicas	Genética	2
Grupo de Pesquisa em Imunologia e Doenças Infecto-	Nordeste	UNIFAL	2009	Ciências biológicas	Imunologia	20

Parasitárias do Sul de Minas Gerais						
Doenças Infeciosas, Parasitárias e Crônicas - DIPAC	Nordeste	UFRB	2007	Ciências biológicas	Microbiologia	5
Vulnerabilidades e Promoção da Saúde	Nordeste	UFPB	2009	Ciências humanas	Psicologia	5
Psicologia do Envelhecimento e Qualidade de Vida	Sudeste	UFU	2009	Ciências humanas	Psicologia	2
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Psicologia Clínica e da Saúde	Sul	FURG	2008	Ciências humanas	Psicologia	4
Laboratórios Integrados de Neuropsicologia - LINEU	Sudeste	UFMG	2008	Ciências humanas	Psicologia	9
Grupo de Pesquisa, Estudo e Extensão sobre Gênero e Gerações	Sudeste	UFF	2009	Ciências humanas	Sociologia	3
Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Sociedade	Nordeste	UFPA	2007	Ciências humanas	Educação	6
Atividades simbólicas e desenvolvimento humano: foco nas pessoas com necessidades especiais e/ou em risco social	Sudeste	UFRRJ	2010	Ciências humanas	Psicologia	5
Psicologia e processos sociais	Nordeste	UFPI	2007	Ciências humanas	Psicologia	3
Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos - MULTIEJA	Nordeste	UFAL	2008	Ciências humanas	Educação	12
GPID - Grupo de Pesquisa sobre Inclusão Digital	Sul	UFSC	2010	Ciências humanas	Educação	4
Estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos (epeja)	Sul	UFSC	2010	Ciências humanas	Educação	3
Desenvolvimento Adulto	Sudeste	UFSCar	2010	Ciências humanas	Psicologia	2
Gerações e gênero na agricultura familiar	Sul	UFMS	2009	Ciências humanas	Sociologia	6
CINEAD/LECAV: Cinema: aprender e desaprender do Laboratório de Educação, Cinema e Audiovisual	Sudeste	UFRJ	2006	Ciências humanas	Educação	3
Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas	Nordeste	UFPI	2007	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	5
Mortalidade, Morbidade e Saúde	Sudeste	UFMG	2008	Ciências sociais aplicadas	Demografia	4
Fundamentos e princípios constitucionais no direito	Sul	UFMS	2009	Ciências sociais	Direito	4

tributário e administrativo e seus reflexos sociais				aplicadas		
Estudos em economia da saúde e criminalidade	Sudeste	UFMG	2008	Ciências sociais aplicadas	Economia	10
Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura	Nordeste	UFRB	2009	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	7
Demografia Formal	Sudeste	UFMG	2008	Ciências sociais aplicadas	Demografia	2
Programa de Ergodesign Aplicado a Tecnologia Assistiva	Sul	UTFPR	2006	Ciências sociais aplicadas	Desenho industrial	12
Educação Física e Promoção da Saúde	Sudeste	UFOP	2010	Ciências da saúde	Educação física	4
Ciências Morfofuncionais	Norte	UFT	2008	Ciências da saúde	Saúde coletiva	11
Ciência dos Alimentos aplicada à saúde	Nordeste	UFBA	2009	Ciências da saúde	Nutrição	6
Centro de Pesquisa em Epidemiologia, Asma e Alergia	Nordeste	UFBA	2010	Ciências da saúde	Medicina	4
AUDIÇÃO E EQUILÍBRIO: Prevenção, avaliação, diagnóstico e intervenção	Sul	UFRGS	2010	Ciências da saúde	Fonoaudiologia	2
Atividade Física e o Processo de Envelhecimento	Nordeste	UFPB	2009	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	1
Grupo de Estudos em Diversidade, Corpo e Gênero	Sul	UFSM	2009	Ciências da saúde	Educação física	4
GEMORGETS - Grupo de Estudos sobre morbidade referida , processo de trabalho e gestão em saúde no contexto de vida humana	Centro oeste	UFMT	2010	Ciências da saúde	Enfermagem	25
Motricidade Orofacial: ações interdisciplinares	Sul	UFRGS	2010	Ciências da saúde	Fonoaudiologia	3
Métodos Estatísticos aplicados à Epidemiologia Clínica e Nutricional	Sudeste	UNIRIO	2009	Ciências da saúde	Saúde coletiva	4
LACESTUS - Laboratório de estudos do lazer, cultura, esporte, turismo e sociedade	Nordeste	UFPB	2007	Ciências da saúde	Educação física	3
Grupo de Pesquisa em Neuromecânica Aplicada - GNAP	Sul	UNIPAMPA	2009	Ciências da saúde	Educação física	7
Núcleo Interprofissional de	Sudeste	UNIFESP	2008	Ciências da	Saúde coletiva	5

Pesquisa e Atendimento no Envelhecimento				saúde		
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Modulação Autonômica Cardíaca e Envelhecimento	Sudeste	UFJF	2009	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	2
Núcleo de Neurogastroenterologia e Motilidade	Nordeste	UFC	2009	Ciências da saúde	Medicina	13
Núcleo de Estudos em Atividade Física & Saúde (NEAFISA/UFTM)	Sudeste	UFTM	2009	Ciências da saúde	Educação física	5
Neuropsicolinguística do envelhecimento	Sul	UFRGS	2010	Ciências da saúde	Fonoaudiologia	2
Neurologia Cognitiva e do Comportamento	Sudeste	UFMG	2006	Ciências da saúde	Medicina	5
Tecnologia, cultura e comunicação em Saúde e em Enfermagem (TECCSE)	Sudeste	UFJF	2007	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Saúde, Educação e Desenvolvimento	Nordeste	UFRB	2006	Ciências da saúde	Saúde coletiva	7
Projeto de valorização do envelhecimento - PROVE	Sudeste	UFRJ	2010	Ciências da saúde	Saúde coletiva	2
Núcleo Interdisciplinar de Geriatria e Gerontologia	Sudeste	UFF	2007	Ciências da saúde	Saúde coletiva	5
NEVE - Núcleo de estudos para valorização do envelhecimento	Nordeste	UFBA	2008	Ciências da saúde	Enfermagem	3
NAFIMES - Núcleo de Estudos em Aptidão Física, Informática, Metabolismo, Esporte e Saúde	Centro oeste	UFMT	2007	Ciências da saúde	Educação física	22
Grupo de estudos e Pesquisa em Gerontologia	Sul	UFSM	2008	Ciências da saúde	Educação física	3
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS E TÉCNICAS NA CLÍNICA ODONTOLÓGICA	Nordeste	UFPA	2007	Ciências da saúde	Odontologia	3
Epidemiologia da Saúde da Mulher, Criança e Adolescente	Sudeste	UFF	2009	Ciências da saúde	Saúde coletiva	3
Envelhecimento	Sudeste	UNIFESP	2008	Ciências da saúde	Medicina	3
EDUCAÇÃO E CUIDADO EM ENFERMAGEM: um enfoque sobre a Saúde do Idoso (NUPECE)	Centro oeste	UFMT	2010	Ciências da saúde	Enfermagem	8
Desenvolvimento de Novas Formulações Farmacêuticas	Sudeste	UFRJ	2006	Ciências da saúde	Farmácia	5
Avaliação e intervenção no sistema neuromusculoesquelético	Nordeste	UFPE	2009	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	5

Avaliação do Estado Nutricional	Centro oeste	UFMT	2010	Ciências da saúde	Nutrição	2
Alimentação & Nutrição	Centro oeste	UFGD	2010	Ciências da saúde	Nutrição	2
Abordagem Interdisciplinar do Doente Crônico	Sul	UFSM	2010	Ciências da saúde	Saúde coletiva	2
GEAPS- Grupo de Estudos em Atenção Primária à Saúde	Sudeste	UFVJM	2006	Ciências da saúde	Saúde coletiva	4
Fisioterapia nos Diferentes Níveis de Atenção à Saúde	Sul	UFMS	2009	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	7
Fisioterapia em Saúde Coletiva, Nutrição e Atividade Física.	Nordeste	UFPB	2006	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	4
Farmacotécnica	Sul	UFPR	2010	Ciências da saúde	Farmácia	10
Família, comunidade e enfermagem - teoria e prática	Sudeste	UFRJ	2008	Ciências da saúde	Enfermagem	4
Estudos sobre o Envelhecimento em Fisioterapia.	Sudeste	UFMG	2008	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	1
Estudos em Fonoaudiologia: avaliação, promoção e reabilitação da comunicação humana	Sul	UFCSPA	2010	Ciências da saúde	Fonoaudiologia	3
Estudos do Envelhecimento e da Pessoa Idosa	Centro oeste	UFMT	2009	Ciências da saúde	Enfermagem	1
Estudos de utilização de medicamentos	Sul	UFMS	2010	Ciências da saúde	Saúde coletiva	4
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A ASSISTÊNCIA PARA A SAÚDE HUMANA - GEPASH	Nordeste	UFCG	2007	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Grupo de estudos e pesquisas em políticas públicas e direitos humanos_gep3dh	Nordeste	UFPA	2010	Ciências da saúde	Saúde coletiva	6
Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde do Adulto e do Idoso	Nordeste	UFPB	2009	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estilo e Qualidade de vida	Sudeste	UFES	2006	Ciências da saúde	Saúde coletiva	7
Grupo de Estudo e Pesquisa em Fisiologia e Prescrição do Exercício	Nordeste	UFMA	2010	Ciências da saúde	Educação física	8
Grupo Cearense de Pesquisas Clínicas em Odontologia	Nordeste	UFC	2008	Ciências da saúde	Odontologia	4
GISC - Grupo interdisciplinar	Nordeste	UFBA	2007	Ciências da	Enfermagem	4

sobre o cuidado a saúde cardiovascular				saúde		
Grupo de Pesquisas em Hipertensão Arterial: Clínica e Experimental	Sudeste	UFU	2006	Ciências da saúde	Medicina	1
Grupo de pesquisa, ensino e extensão: Conhecimentos, práticas e legislação em direito e saúde	Sul	UFMS	2009	Ciências da saúde	Enfermagem	15
Grupo de Pesquisa em Treinamento de Força - GPTF	Sul	UFRGS	2010	Ciências da saúde	Educação física	10
Grupo de Pesquisa em Treinamento de Força	Sudeste	UFRJ	2010	Ciências da saúde	Educação física	3
Grupo de Pesquisa em Medicamentos, Saúde e Sociedade	Nordeste	UFPA	2009	Ciências da saúde	Farmácia	5
Grupo de Pesquisa em Imuno-Reumatologia - GPIR	Nordeste	UFPE	2010	Ciências da saúde	Medicina	9
Grupo de Neurologia Cognitiva-Comportamental da UFSCar (GNCC-UFSCar)	Sudeste	UFSCar	2010	Ciências da saúde	Medicina	3
Grupo de Estudos em Semiologia Médica (GESME)	Nordeste	UFPB	2008	Ciências da saúde	Medicina	4
Grupo de Estudos em Doença Renal Crônica	Nordeste	UFC	2008	Ciências da saúde	Medicina	3
NÚCLEO DE CONDIÇÕES CRÔNICAS E SUAS INTERFACES - NUCCRIN	Sul	UFPEL	2006	Ciências da saúde	Enfermagem	3
NEHAS - Núcleo de Estudos em HIV/aids, Saúde e Sexualidade	Nordeste	UFPB	2010	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Laboratório de fisiologia, nutrição e saúde	Centro oeste	UFG	2010	Ciências da saúde	Saúde coletiva	7
Laboratório de Biociências da Motricidade Humana - LABIMH	Sudeste	UNIRIO	2010	Ciências da saúde	Educação física	4
Imaginologia em oftalmologia	Sudeste	UFMG	2010	Ciências da saúde	Medicina	3
Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento e Representações Sociais- GIEPERS	Nordeste	UFPB	2007	Ciências da saúde	Enfermagem	4
Grupo de Psiquiatria	Sul	UFCSPA	2010	Ciências da saúde	Medicina	4
Pesquisa Qualiquantitativa de Representações Sociais organizada a partir do processo metodológico do Discurso do	Norte	UFAC	2010	Ciências da saúde	Saúde coletiva	5

Sujeito Coletivo						
Patologia e Saúde Geral	Nordeste	UFMA	2008	Ciências da saúde	Enfermagem	2
Otorrinolaringologia	Nordeste	UFAL	2008	Ciências da saúde	Medicina	7
Nutrição Funcional	Sudeste	UFF	2009	Ciências da saúde	Nutrição	5
Nutrição do Adulto e do Idoso - NUTRIA	Sul	UFCSPA	2010	Ciências da saúde	Nutrição	3
Nutrição Clínica e Aplicada	Sul	UFSC	2008	Ciências da saúde	Nutrição	3
Tecnologias e Inovações em Saúde	Nordeste	UNIFAL	2010	Ciências da saúde	Enfermagem	0
Saúde mental e qualidade de vida no ciclo vital	Nordeste	UFPE	2007	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Saúde Coletiva	Nordeste	UFPI	2010	Ciências da saúde	Enfermagem	6
Saúde Bucal Coletiva	Sul	UFRGS	2007	Ciências da saúde	Odontologia	5
Programa mais saúde: determinantes das doenças cardiovasculares, entre os servidores da UFOP, subsídios para a intervenção.	Sudeste	UFOP	2009	Ciências da saúde	Saúde coletiva	8
Processo de cuidar em saúde e enfermagem do adulto e do idoso nas dimensões individual e coletiva.	Sul	UFMS	2010	Ciências da saúde	Enfermagem	5
<b>De 10 a 14 anos de existência</b>						
Imunopatologia UFG	Centro oeste	UFG	2004	Ciências biológicas	Imunologia	3
Farmacologia de Compostos Bioativos	Sul	UFRGS	2003	Ciências biológicas	Farmacologia	4
Estresse oxidativo em eucariotos	Sul	UFRGS	2002	Ciências biológicas	Biofísica	7
Imunofisiologia e Imunopatologia dos linfócitos T	Sudeste	Uunirio	2004	Ciências biológicas	Imunologia	10
Núcleo de Estudos Educação e Gestão do Cuidado	Sul	UFRGS	2002	Ciências humanas	Educação	12
GEPACS - Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde	Sul	UFSM	2002	Ciências humanas	Antropologia	5
Grupo de Estudos: Psicologia e Saúde	Nordeste	UFRN	2001	Ciências humanas	Psicologia	6
Grupo de Estudos e Pesquisas	Sul	FURG	2005	Ciências	Psicologia	5

sobre Envelhecimento Humano - GEPEN				humanas		
Educação e Envelhecimento: múltiplas interfaces	Sul	UFRGS	2001	Ciências humanas	Educação	3
Desenvolvimento Humano e Processos Socioeducativos	Sudeste	UFJF	2003	Ciências humanas	Psicologia	5
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Desenvolvimento Social	Norte	UFT	2005	Ciências humanas	Educação	5
SENECTUS-Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento Humano na Amazônia	Nordeste	UFPA	2001	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	3
Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Políticas Públicas, Espaços Públicos e Serviço Social	Sudeste	UFF	2002	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	9
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Questão Social	Nordeste	UFPI	2001	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	15
Núcleo de Estudos de Direito Constitucional	Norte	UFMA	2001	Ciências sociais aplicadas	Direito	5
GEPPSSAM-Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas	Norte	UFAM	2002	Ciências sociais aplicadas	Serviço social	5
Gênero, Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento	Nordeste	UFRN	2002	Ciências sociais aplicadas	Planejamento urbano e regional	8
Grupo de Estudos da Postura Corporal	Sul	UFSM	2002	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	3
Envelhecimento, Gênero e raça	Sudeste	UFES	2005	Ciências da saúde	Saúde coletiva	2
Estudos sobre envelhecimento humano	Norte	UFAM	2005	Ciências da saúde	Educação física	2
Doenças crônico-degenerativas	Nordeste	UFRN	2005	Ciências da saúde	Medicina	10
DERMATOLOGIA CORRETIVA	Sudeste	UFRJ	2004	Ciências da saúde	Medicina	1
NUPE - Núcleo de Pesquisa em Epidemiologia	Sudeste	UFOP	2002	Ciências da saúde	Saúde coletiva	9
Neurociência Clínica e Experimental	Sul	UFCSPA	2005	Ciências da saúde	Medicina	3
Movimento e Saúde	Nordeste	UFRN	2001	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	5

Laboratório de Biologia Celular e Molecular do Câncer Humano	Sudeste	UFES	2004	Ciências da saúde	Medicina	12
Laboratório de Biociências do Movimento Humano - LABIMH	Sudeste	UFRJ	2005	Ciências da saúde	Educação física	11
Pesquisa odontológica	Sul	UFSM	2002	Ciências da saúde	Odontologia	6
Grupo Interdisciplinar em Odontologia	Sul	UFRGS	2002	Ciências da saúde	Odontologia	21
Educação para o auto cuidado em doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis e atenção domiciliar	Sudeste	UFRJ	2003	Ciências da saúde	Enfermagem	9
Envelhecimento e atividade física	Sudeste	UFF	2004	Ciências da saúde	Educação física	6
Expectativa de vida livre de incapacidades	Sudeste	UFMG	2001	Ciências da saúde	Medicina	4
Fisioterapia Geriátrica	Sudeste	UFSCar	2005	Ciências da saúde	Fisioterapia e terapia ocupacional	4
Cuidado, saúde e enfermagem	Sul	UFSM	2002	Ciências da saúde	Enfermagem	2
Doenças da Boca	Sul	UFPR	2003	Ciências da saúde	Odontologia	3
Córnea	Sudeste	UFMG	2002	Ciências da saúde	Medicina	1
Ciência Forense, Ética da vida e Deontologia	Nordeste	UFPB	2002	Ciências da saúde	Odontologia	11
CEIAE - Centro de Estudo e Intervenção na Área do Envelhecimento	Nordeste	UFBA	2004	Ciências da saúde	Saúde coletiva	7
Alimentos e Nutrição Humana	Nordeste	UFPI	2002	Ciências da saúde	Nutrição	4
Núcleo de Extensão e Pesquisa em Aptidão Física, Desempenho e Saúde - NEPAFIDES-NEFD/CEDU/UFAL	Nordeste	UFAL	2003	Ciências da saúde	Educação física	5
Laboratório de Pesquisa em Psicologia do Exercício - LAPPEX	Sudeste	UFLA	2004	Ciências da saúde	Educação física	4
Grupo Multiprofissional de Pesquisa sobre Idosos (GMPI)	Sul	UFPR	2004	Ciências da saúde	Enfermagem	3
Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva	Sudeste	UFTM	2002	Ciências da saúde	Saúde coletiva	4
Grupo de Pesquisa em Reumatologia, Farmacologia e Endocrinologia	Sudeste	UFJF	2003	Ciências da saúde	Medicina	5
Grupo de Pesquisa em	Nordeste	UFMA	2002	Ciências da	Odontologia	7

Odontologia Reabilitadora				saúde		
Grupo de Estudo e Pesquisa em Gerontogeriatría, Enfermagem/Saúde e Educação. GEP-GERON	Sul	FURG	2004	Ciências da saúde	Enfermagem	1
Grupo de base de pesquisa na área de saúde pública	Nordeste	UFPI	2003	Ciências da saúde	Saúde coletiva	6
GERMINAL- Grupo de pesquisa em doenças crônicas e ocupacionais	Sudeste	UFMG	2002	Ciências da saúde	Saúde coletiva	5
GEPECADI - Grupo de Estudo e Pesquisa em Enfermagem no Cuidado ao Adulto e Idoso	Sul	UFRGS	2005	Ciências da saúde	Enfermagem	5
Violência e a Saúde	Sul	UFSC	2002	Ciências da saúde	Saúde coletiva	5
Saúde humana e meio ambiente: Estudo multidisciplinar	Centro oeste	UFG	2004	Ciências da saúde	Medicina	15
Plantas medicinais e tóxicas	Nordeste	UFPB	2002	Ciências da saúde	Farmácia	16
Pesquisa em Cardiovascular	Norte	UFAM	2005	Ciências da saúde	Medicina	3
Obesidade, Dislipidemias, Diabetes e Exercício	Sudeste	UFSCar	2002	Ciências da saúde	Educação física	9
O Cotidiano do Cuidar em Saúde e em Enfermagem	Sudeste	UFJF	2002	Ciências da saúde	Enfermagem	2
<b>15 anos ou mais de existência</b>						
Bioquímica e Biologia Molecular	Sudeste	UFSCar	1996	Ciências biológicas	Bioquímica	5
Neurofarmacologia Comportamental UFSC	Sul	UFSCar	1985	Ciências biológicas	Farmacologia	9
Imunobiologia	Sudeste	UFMG	1984	Ciências biológicas	Imunologia	16
Etnofarmacologia	Sul	UFRGS	1991	Ciências biológicas	Farmacologia	10
Núcleo de Antropologia Visual - NAVISUAL	Sul	UFRGS	1989	Ciências humanas	Antropologia	5
Aspectos Interdisciplinares do Envelhecimento	Sul	UFRGS	1985	Ciências humanas	Psicologia	6
Sociedade e conhecimento	Sul	UFRGS	1982	Ciências humanas	Sociologia	5
População e Políticas Sociais	Sudeste	UFMG	1985	Ciências sociais aplicadas	Demografia	5
Epidemiologia do Envelhecimento	Sudeste	UNIFESP	1991	Ciências da saúde	Medicina	5
Epidemiologia de Doenças	Sudeste	UFMG	1978	Ciências da	saúde coletiva	2

Infecciosas e Parasitárias				saúde		
Doenças do metabolismo do cálcio, fósforo e esqueleto	Sudeste	UFRJ	1995	Ciências da saúde	Medicina	9
Investigações em Psiquiatria, Psicologia e Psicodinâmica	Sudeste	UNIFESP	1997	Ciências da saúde	Medicina	8
Saúde do Idoso	Nordeste	UFPE	1997	Ciências da saúde	Saúde coletiva	2

## ANEXO II

Tabela referente à busca de artigos com a palavra chave **envelhecimento** nas revistas de administração qualis A1:

---

<b>Revistas de administração brasileiras Qualis A1</b>	<b>ISSN</b>	<b>Artigos encontrados com a palavra envelhecimento (título)</b>	<b>Artigos Encontrados com a palavra envelhecimento (Assunto)</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)</b>	0102-311X	14	36	50
<b>Revista de Saúde Pública (Impresso)</b>	0034-8910	7	20	27

---

Tabela referente à busca de artigos com a palavra chave **envelhecimento** nas revistas de administração qualis A2:

<b>Revista de administração brasileiras Qualis A2</b>	<b>ISSN</b>	<b>Artigos encontrados com a palavra envelhecimento (título)</b>	<b>Artigos encontrados com a palavra envelhecimento (Assunto)</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)</b>	1413-8123	11	40	51
<b>Ciência Rural (UFMS. Impresso)</b>	0103-8478	1	0	1
<b>Online Brazilian Journal of Nursing</b>	1676-4285	1	1	2
<b>Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso)</b>	0102-7972	8	18	26
<b>Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso)</b>	0102-3772	4	4	8
<b>RB. Radiologia Brasileira (Impresso)</b>	0100-3984	2	0	2
<b>Revista Brasileira de Enfermagem (Impresso)</b>	0034-7167	6	9	15
<b>Revista da Associação Médica Brasileira (1992. Impresso)</b>	0104-4230	0	7	7
<b>Revista da Escola de Enfermagem da USP (Impresso)</b>	0080-6234	6	21	27
<b>Revista Latino-Americana de Enfermagem (Online)</b>	0104-1169	0	12	12
<b>Texto &amp; Contexto Enfermagem (UFSC. Impresso)</b>	0104-0707	4	0	4

Tabela referente à busca de artigos com a palavra chave **envelhecimento** nas revistas interdisciplinares qualis A1:

<b>Revistas interdisciplinares brasileiras Qualis A1</b>	<b>ISSN</b>	<b>Numero de artigos (título)</b>	<b>Numero de artigos (Assunto)</b>	<b>TÍTULO</b>
<b>Anais da Academia Brasileira de Ciências (Impresso)</b>	0001-3765	0	5	5
<b>Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)</b>	0102-311X	14	36	50
<b>Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso)</b>	0104-8333	1	0	1
<b>História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)</b>	0104-5970	2	1	3
<b>Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso)</b>	0104-7183	2	0	2
<b>Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso)</b>	0102-7972	8	18	26
<b>Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso)</b>	0102-3772	4	4	8
<b>Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)</b>	0104-026X	1	2	3
<b>Sociologias (UFRGS. Impresso)</b>	1517-4522	1	0	1
<b>Tempo Social (USP. Impresso)</b>	0103-2070	1	2	3

**ANEXO V**

Tabela referente à busca de artigos com a palavra chave **envelhecimento** nas revistas interdisciplinares qualis A2

<b>Revistas interdisciplinares brasileiras Qualis A2</b>	<b>ISSN</b>	<b>Número de artigos com a palavra envelhecimento no título</b>	<b>Número de artigos com a palavra envelhecimento no assunto</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Acta Cirúrgica Brasileira (Impresso)</b>	00102-8650	9	1	10
<b>Acta Paulista de Enfermagem (UNIFESP. Impresso)</b>	0103-2100	4	4	8
<b>Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)</b>	1413-8123	11	40	51
<b>Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Impresso)</b>	0103-166X	4	7	11
<b>Estudos de Psicologia (UFRN)</b>	1413-294X	3	0	3
<b>Interface (Botucatu. Impresso)</b>	1414-3283	9	4	13
<b>Jornal Brasileiro de Psiquiatria (UFRJ. Impresso)</b>	0047-2085	1	3	4
<b>Motriz : Revista de Educação Física (Online)</b>	1980-6574	2	2	4
<b>Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)</b>	0104-6276	0	1	1
<b>Paidéia (USP. Ribeirao Preto. Impresso)</b>	0103-863X	3	2	5
<b>Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso)</b>	1414-9893	1	6	7
<b>Psicologia em Estudo (Impresso)</b>	1413-7372	4	4	8
<b>Psicologia em Estudo (Online)</b>	1807-0329	0	8	8
<b>Psicologia e Sociedade</b>	0102-			

<b>(Impresso)</b>	7182	3	0	3
<b>Psicologia &amp; Sociedade (Online)</b>	1807-0310	0	1	1
<b>Psicologia: Teoria e Prática (Impresso)</b>	1516-3687	4	4	8
<b>Psico (PUCRS. Impresso)</b>	0103-5371	1	2	3
<b>Revista Brasileira de Enfermagem (Impresso)</b>	0034-7167	6	9	15
<b>Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)</b>	0102-3098	3	5	8
<b>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Impresso)</b>	0034-7183	0	1	1
<b>Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)</b>	1517-4115	1	1	2
<b>Revista Brasileira de Psiquiatria (São Paulo. 1999. Impresso)</b>	1516-4446	4	5	9
<b>Revista da Escola de Enfermagem da USP (Impresso)</b>	0080-6234	6	21	27
<b>Revista de Psicologia : Teoria e Prática (Online)</b>	1980-6906	1	0	1
<b>Revista de Saúde Pública (Online)</b>	1518-8787	0	0	0
<b>Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)</b>	0104-4478	0	1	1
<b>Revista Latino-Americana de Enfermagem (USP. Ribeirão Preto. Impresso)</b>	0104-1169	0	12	12
<b>Saúde e Sociedade (USP. Impresso)</b>	0104-1290	2	11	13
<b>Jornal Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia</b>	2179-6491	0	3	3

---

<b>Sociedade e Estado (UnB. Impresso)</b>	0102-6992	2	1	3
<b>Texto &amp; Contexto Enfermagem (UFSC. Impresso)</b>	0104-0707	4	0	4

---